

(ORGS.)

FABIO DA SILVA SOUSA

LEANDRO HECKO

NATHALIA MONSEFF JUNQUEIRA

História em CIÊNCIA E ENSINO ÉTICA E ENGAJAMENTO Combate

História em Combate

Copyright © 2022 Fabio da Silva Sousa, Leandro Hecko, Nathalia Monseff Junqueira e Desalinho.

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1900, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

O conteúdo dos textos são de inteira responsabilidade dos autores.

Capa de Pablo Rodrigues

Imagem de capa Chris Lawton/Unplash©

Editor-chefe

Pablo Rodrigues

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

História em combate : ciência e ensino, ética e engajamento / organização Fábio da Silva Sousa, Leandro Hecko, Nathalia Monseff Junqueira. — 1. ed. — São João de Meriti, RJ : Desalinho, 2022.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-88544-27-3

1. Ciências 2. Ética 3. História — Coletâneas 4. História — Estudo e ensino 5. Historiadores I. Sousa, Fábio da Silva. II. Hecko, Leandro. III. Junqueira, Nathalia Monseff.

22-124441

CDD-900

Índices para catálogo sistemático:

1. História 900

Eliete Marques da Silva — Bibliotecária — CRB-8/9380

[2022]

Desalinho publicações

Rua Caricó, S/N

São João de Meriti — RJ

Telefone: (21) 994428064

www.desalinhopublicacoes.com.br

desalinhopublicacoes@gmail.com

(ORGS.)
FABIO DA SILVA SOUSA
LEANDRO HECKO
NATHALIA MONSEFF JUNQUEIRA

História

em CIÊNCIA E ENSINO
ÉTICA E ENGAJAMENTO

Combate



Sumário

Prefácio **7**

Maria Celma Borges

Apresentação **13**

Fábio Sousa

Leandro Hecko

Nathalia Monseff Junqueira

Capítulo 1 **15**

ANPUH-MS: ciência e ensino, ética e engajamento

Leandro Hecko

Vitor Wagner Neto de Oliveira

Capítulo 2 **29**

Ensino, aprendizagem: a História na escola e na vida

Estevão C. de Rezende Martins

Capítulo 3 **41**

Emergência dos estudos culturais e seus contornos na América Latina

Aguinaldo Rodrigues Gomes

Miguel Rodrigues de Sousa Neto

Capítulo 4 **63**

A busca de conhecimento no território egípcio: uma prática dos viajantes gregos

Nathalia Monseff Junqueira

Capítulo 5 **87**

A cara da riqueza: a documentação textual e a personificação de Pluto

Leandro Mendonça Barbosa

Capítulo 6 **105**

As insígnias dos *quattuor amplissima collegia sacerdotum* e a consolidação do poder de Augusto: entre anverso e reverso

Carlos Eduardo da Costa Campos

Sobre autores **127**

Prefácio

Apresentar esta obra, que resulta do encontro da Associação Nacional de História, seção de Mato Grosso do Sul, realizado entre os dias 06 e 08 de abril de 2021, em Três Lagoas, é um prazer e, ao mesmo tempo, um desafio, na medida em que sou parte da trajetória da Anpuh-MS, e nela venho ensinando e aprendendo, entre avanços e recuos, o ofício de historiadora, de forma dialógica, junto a meus alunos/alunas/alunes e também aos/às colegas de trabalho. No ano de 1994 deu-se a primeira experiência na Anpuh-MS, quando apresentei meus primeiros passos na pesquisa, resultantes da Dissertação a respeito da luta pela terra no Pontal do Paranapanema-SP, desenvolvida na Unesp de Assis, entre 1994 e 1996. De lá para cá, especialmente a partir de 1998, momento em que ingressei como professora efetiva da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, tenho participado quase que ininterruptamente desses Encontros, organizados pelas instituições públicas que tem o curso de História em MS, em particular a UFMS e a Universidade Federal da Grande Dourados — UFGD, mas ainda, por duas ocasiões, pela Universidade Católica Dom Bosco — UCDB. Neste ano de 2022 é a primeira vez que o Encontro ocorrerá na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul — UEMS, Unidade de Amambai.

Posso dizer, sem temer exageros, serem estes Eventos momentos únicos de aprendizados e de troca de saberes entre discentes e docentes, desde

aqueles que estão começando o caminho na História, aos que já estão nele trilhando faz mais de duas décadas por Mato Grosso do Sul, como eu, em meio aos embates e desafios da Universidade pública, gratuita e de qualidade, que, no presente, se agudizaram ainda mais no cenário da pandemia.

Se os tempos já não eram fáceis, desde 2018 o horizonte encontra-se nublado e o quadro de dores, de 2020 para cá, acentuado de forma mais aguda pela perda de milhares de vidas ceifadas pela Covid-19, somada ao descaso das autoridades públicas, orquestrado pelo governo federal. Os textos que constam nessa Coletânea foram pensados nesse tempo, quando pela primeira vez nos vimos na condição e na situação, no Campus de Três Lagoas, de realizar um evento 100% online, como os autores Leandro Hecko e Vitor Wagner Neto de Oliveira narram, no Capítulo 1, ao escreverem “Anpuh-MS: ciência e ensino, ética e engajamento” e tecerem um balanço da constituição desta Seção da Associação, particularmente na organização dos Encontros, por eles interpretados — e com os quais concordo plenamente — serem o coração da Anpuh-MS. Ao narrarem essa história em sua tessitura é possível entender parte dos passos dados por esta Associação nas trilhas da história de MS. A organização ininterrupta dos Eventos, a cada dois anos, evidencia a dinamicidade e o envolvimento dos associados. Ao revés da tragicidade dos últimos tempos, a Anpuh-MS, no modo possível de cada dia, nos ensina que é preciso continuar a caminhar mesmo frente a tantas intempéries.

Dando continuidade à Coletânea tem-se o Capítulo 2, de Estevão C. de Rezende Martins, “Ensino, aprendizagem: a História na escola e na vida”, em que se aborda uma questão fundamental para a História e o ensino de História: a necessidade de conhecermos a História e estarmos conscientes de sua historicidade, como algo a ser adquirido gradualmente e que se estende por toda a vida. Para o autor, as narrativas históricas propiciam a vivência da historicidade para além da concretude da vida. Mas, as pessoas, ao serem de “carne e osso”, como afirma, vivenciam a história empírica, dela se apropriam não de forma abstrata, mas sentida, vivida. Sociedade e Cultura então se inter-relacionam e configuram o duplo pertencimento do indivíduo. O foco desta discussão é o ensino escolar trabalhado com adolescentes no ensino fundamental. Daí propor três intervenções na prática escolar (a perspectiva global do mundo; a perspectiva local-global e uma crítica centrada no etnocentrismo e nos equívocos da história curricular) que visam

promover perspectivas históricas globais, a serem integradas nas aulas de História do ensino fundamental. Propõe então a construção de histórias entrelaçadas indagando onde o global se reflete no local e vice-versa. Um texto inspirador para o exercício da docência e do trabalho com os adolescentes.

Em seguida, temos o Capítulo 3 “Emergência dos Estudos Culturais e seus contornos na América Latina”, escrito por Aguinaldo Rodrigues Gomes e Miguel Rodrigues de Sousa Neto, a instigar, semelhante aos textos anteriores, a discussão da produção e ensino da História apontando a perspectiva de novas epistemologias, especialmente a partir da década de 1950 e do “levante” estabelecido em várias frentes, as quais não se limitaram ao debate acadêmico, mas dele também se alimentaram. Experiências “traumáticas e de resistência” contribuíram para este “levante”, conforme os autores. Partindo dos “contornos da América Latina e o lugar dos Estudos Culturais” os autores discorrem sobre estas experiências, dando vida aos saberes produzidos em espaços de opressão e violência, mas ainda de resistência, tendo como inspiração trabalhos na perspectiva decolonial, a exemplo de Paulo Freire e da própria redefinição do sentido de América Latina. Conforme os autores, o olhar para as margens e o enfrentamento às posições hegemônicas explicitam parte do objetivo dos Estudos Culturais que trazem em seu bojo o propósito de uma “ruptura epistêmica em relação ao pensamento eurocentrado”.

No Capítulo 4 “A busca de conhecimento no território egípcio: uma prática dos viajantes gregos”, Nathalia Monseff Junqueira discorre acerca da produção de saberes na Antiguidade, a partir de três viajantes e de suas obras etnográficas (os historiadores Heródoto e Diodoro Sículo e o geógrafo Estrabão), enfatizando que o foco se centra nas informações desses viajantes sobre a Biblioteca de Alexandria, dados bibliográficos e as descrições que realizaram das pirâmides do Egito, com ênfase para as similitudes encontradas nesses relatos. Busca então assinalar a importância das bibliotecas e acervos como fontes de pesquisa para os escritores da Antiguidade. A escrita em grego e a permanência no Egito, por determinado tempo, são elementos comuns aos viajantes em análise. A Biblioteca de Alexandria torna-se um dos focos, por meio dos escritos de Diodoro e do que Heródoto ouvira contar acerca deste monumento. Observa ainda a presença dos sacerdotes na narrativa do Egito, principalmente de sua história e religião, os quais influenciaram os escritores antigos abordados. Templos e tumbas,

conforme Nathalia, tornaram-se espaços de representação dos fatos históricos, religiosos e culturais do Egito, a contribuir para a escrita dos três viajantes, funcionando ainda como bibliotecas. Também as pirâmides do Egito foram por eles descritas, num esforço em imprimir detalhes de uma das “sete maravilhas do mundo antigo”. Desse modo, encerra observando que a circulação de ideias e histórias era prática recorrente na Antiguidade, semelhante às pesquisas em bibliotecas e acervos.

O Capítulo 5, escrito por Leandro Mendonça Barbosa e intitulado “A cara da riqueza: a documentação textual e a personificação de Pluto”, traz uma importante discussão de como a sociedade helênica interpretou o conceito de riqueza na Antiguidade, indagando este sentido e o modo como se manifestara nos documentos gregos que chegaram ao tempo presente. A figura de Pluto sintetiza então, conforme o autor, o significado da riqueza para aquele momento histórico e as suas permanências na atualidade, contribuindo para a reflexão dos “usos do passado”. Observou Leandro Barbosa que em relação à riqueza alimentar, por exemplo, era compreendida como derivada da agricultura, o que sugere repensar a figura do próprio camponês naquele momento histórico e o modo como se desenhara e permanecera a sua imagem na história do presente. Ainda em nosso tempo, no Brasil, por exemplo, tragicamente a ideia do atraso acerca do campesinato permanece contribuindo para a incompreensão desses agentes da/na História.

Finalizando a obra, tem-se o Capítulo 6, “As insígnias dos *quattuor amplissima collegia sacerdotum* e a consolidação do poder de Augusto: entre anverso e reverso”, de Carlos Eduardo da Costa Campos, em que as insígnias de poder, especialmente as sacerdotais, impressas em moedas, podem ser interpretadas como objetos utilizados desde a Antiguidade. Aponta então como podem ser relacionadas à consolidação do poder de Augusto, na Roma Antiga. Conforme Carlos Eduardo interessa ao texto discutir a face institucional sacerdotal do *princeps*, utilizando a produção imagética que se constituiu em torno de Augusto. As insígnias sacerdotais, ao serem reconhecidas, conforme o autor, como “atributos de poder, dignidade, pertencimento e posição social” de cada grupo de especialistas religiosos em Roma, simbolizavam então segmentos específicos que devem ser analisados em suas particularidades. Assinala que “parecer e aparecer” portando insígnias ante a sociedade era o que se esperava do *princeps*, para que se afirmasse socialmente enquanto um grande sacerdote. Pela análise das moedas, da

numismática, o autor apresenta as imagens das insígnias sacerdotais explicando o significado de cada uma delas e apresentando as imagens das moedas em que constam desde utensílios às vestimentas, entre outras imagens. Augusto é visto como um “camaleão no poder” por se adaptar facilmente e transformar as suas práticas políticas de acordo com o contexto político romano. Ao finalizar o seu texto chama atenção para as contribuições da História Cultural e da História Política no estudo da História Antiga, observando o quanto podem contribuir para que, no presente, a sociedade teça novos olhares frente às relações de poder.

Os textos que compõem esta Coletânea, cada um a seu modo, contribuem para a discussão da escrita da História e do ofício do historiador, pois tratam de questões do presente e passado, em suas ambiguidades, contradições e conquistas, como as reflexões em torno da Anpuh-MS e de sua trajetória ao longo de quase 30 anos, ao debate em torno do ensino escolar trabalhado com adolescentes no ensino fundamental. Também os levantes e transformações nos contornos da América Latina são abordados, de modo que é possível apreender as possibilidades de pesquisas decoloniais por meio dos Estudos Culturais, a fim de descolonizar saberes, especialmente os eurocêntricos. Ao partirmos das reflexões do presente outras veredas vão sendo desvendadas nos levando ao tempo mais remoto, à Antiguidade, em que se aprende tanto a necessidade de valorizarmos espaços de produção do saber, como bibliotecas e acervos, à percepção de que os “usos do passado”, a exemplo do debate do significado da “riqueza” e das relações de poder a partir da numismática, podem favorecer à compreensão das questões atuais. São debates que se fazem necessários em tempos nos quais a esperança encontra-se em tempo de espera. Quiçá estas reflexões contribuam ao menos um pouco para humanizar a escrita e interpretação da História.

Maria Celma Borges
Inverno de 2022.

Apresentação

Este livro é uma publicação da Associação Nacional de História — ANPUH, de sua regional do Mato Grosso do Sul. Logo, trata-se de uma obra que tem um lugar de inserção, entre seus associados, embora também represente uma possibilidade de mostrar pluralidade e conexões humanas entre os autores que o compõe e seus lugares de fala, lugares geográficos e intelectuais.

Além disso, é importante dizer que a publicação é resultado do XV Encontro de História de Mato Grosso do Sul da ANPUH-MS ocorrido entre 6 e 8 de abril de 2021 e de tudo que o evento representou. Sob o tema “História em combate: Ciência e Ensino, Ética e Engajamento” o encontro fomentou a socialização, discussão e produção de novos saberes, de forma colaborativa, entre seus participantes. Tudo isso dentro de um contexto de Pandemia de Covid 19, que ainda se mostra ativa, mas que graças à Ciência que produziu a vacina vem sendo controlada. A Pandemia, por sua vez, levou a que o evento fosse realizado no formato *on line* e, desta forma, a gestão de 2018-2020 fez o possível para que sua realização fosse um sucesso.

Em prosseguimento ao fim do evento e continuando uma tradição da ANPUH-MS das duas gestões anteriores, consolida-se este trabalho, publicado e representando uma parcela daquilo que o evento mostrou e agora socializa neste formato, para distribuição entre os associados da ANPUH-MS e demais interessados nos temas em questão. Significa o livro uma parcela de um evento tão grande, nas poucas páginas da obra e dentro das pos-

sibilidades orçamentárias. Outro fator importante que cabe ser destacado nesta apresentação da obra, em relação ao seu significado, diz respeito à forma como o livro constitui uma memória de nossa regional da ANPUH, divulgando pesquisas e pesquisadores, bem como trazendo contribuições de outras instituições e estados, importantes para o enriquecimento do livro, conforme já muito bem prefaciado pela professora Maria Celma Borges. Que tenham uma ótima leitura e divulguem o conhecimento que o livro representa!

Fabio da Silva Sousa
Leandro Hecko
Nathalia Monseff Junqueira

ANPUH-MS: ciência e ensino, ética e engajamento

LEANDRO HECKO¹

VITOR WAGNER NETO DE OLIVEIRA²

Considerações Iniciais

O contexto da Pandemia de COVID-19 entre 2020 e 2021, ainda em curso, que marcou o país e afetou as ações da regional da ANPUH-MS na sua gestão deste período, traz consigo uma importante problemática a ser posta em tela: de que forma a regional em questão constrói sua trajetória de lutas e conhecimentos em diversos contextos em sua história? Responder a esta questão no marco do evento do XV Encontro de História de Mato Grosso do Sul da ANPUH-MS, cujo tema foi “História em Combate — ciência e ensino, ética e engajamento”, torna-se uma importante forma de registro.

Desta forma, este texto seguirá o caminho de, primeiramente, mostrar elementos da trajetória de encontros de História da ANPUH-MS, enfatizando sua importância para as lutas e fomento do conhecimento histórico. Na mesma linha, em segundo lugar, tratará da fase referente ao contexto da Pandemia que, na última gestão levou a que o XV Encontro de História

1. Professor de História Antiga do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul — UFMS e diretor da ANPUH-MS na gestão 2019-2020. Também professor do mestrado em Ensino de História, ProfHistória, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul — UEMS. Contato: leandro.hecko@ufms.br

2. Professor de História da América e do Brasil do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul — UFMS e diretor da ANPUH-MS na gestão 2009-2010. Contato: vitor.oliveira@ufms.br.

de Mato Grosso do Sul da ANPUH-MS acontecesse de forma remota, bem como as demais ações decorrentes da gestão responsável pelo evento.

Trajetória de lutas e conhecimento

A ANPUH-MS, fundada em 1985, foi fundamental para firmar a História como área dinâmica na produção do conhecimento histórico no Mato Grosso do Sul. Nestes 37 anos de Associação no MS, construiu-se uma tradição de eventos acadêmicos que se constituíram espaços de encontro, de debates, de apresentação de análises historiográficas profundas, ou iniciais, de pesquisadores e pesquisadoras já de longa estrada, com iniciadores em pesquisa. Os eventos regionais, iniciados em 1992, fazem parte do calendário de historiadores e historiadoras do Mato Grosso do Sul e de outros estados e são espaços privilegiados para divulgação da produção historiográfica e para o debate acerca dos desafios da Área.

A organização dos eventos, sua realização e o pós-evento tornam-se momentos raros em que podemos dialogar com um público amplo, nas cidades sedes, sobre História e historiografia. Nas localidades de realização do evento é possível envolver professores e estudantes do ensino básico, dialogar com os poderes públicos, com organizações de cultura, com movimentos sociais e pessoas comuns. Essa movimentação tende a se refletir na valorização local da área de História e na busca pelo curso de graduação.

Os encontros bianuais organizados pela ANPUH-MS, acontecidos com regularidade desde 1992, expressam bem o vigor da produção historiográfica do Estado, tanto em quantidade como em diversidade de temas. Em levantamento realizado nos programas dos eventos é possível perceber a evolução no número de participantes e na diversidade de instituições representadas.

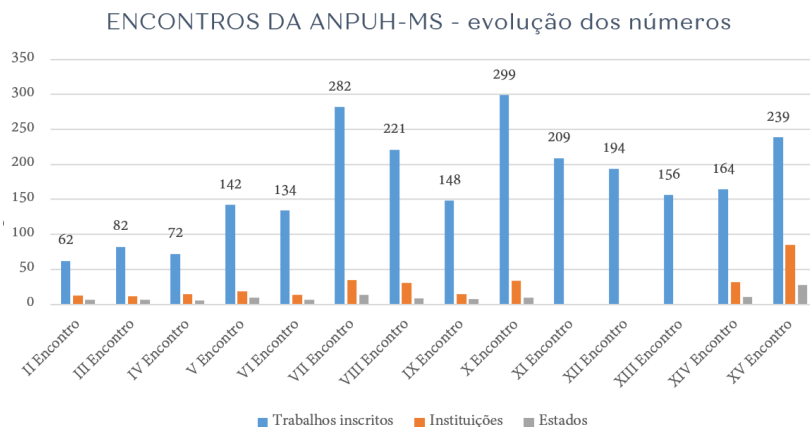


TABELA Dados reunidos a partir de consulta aos cadernos de programas e resumos, publicados desde o II Encontro (1994, Dourados). Em estados contamos também países, quando aparecem. XI Encontro (2012, Campo Grande), não encontrado o caderno de programa/resumos, nem os anais. XII Encontro (2014, Aquidauana), levantamento feito pelos anais, não se encontram informações de instituições dos pesquisadores.

XIII Encontro (2016, Coxim), as instituições dos pesquisadores não constam do caderno de programa/resumos. Análise parcial foi divulgada nos Anais do X Encontro (OLIVEIRA, 2010). Os dados foram ainda confrontados com levantamento realizado por Paulo Roberto Cimó Queiroz, divulgado na mesa “ANPUH-MS: Trajetória e desafios”, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=fL_bOxLfYNo.

Nos dados do gráfico podemos apreender a seguinte evolução no total de trabalhos propostos (o que não reflete o número de pessoas inscritas, sempre maior do que trabalhos inscritos): 1º) Do II Encontro, sob o título “História na fronteira”, em 1994, para o V Encontro, “Des-cobrimentos: os desafios da História”, em 2000, percebe-se aumento de quase 130% no número de trabalhos inscritos. No VII Encontro, que teve por título “Patrimônio histórico e cultural: identidade e poder”, em 2004, nota-se outro momento de elevação abrupta, 100% em relação ao evento de 2000. Este evento só seria superado em números pelo X Encontro, de 2010; 2º) Os encontros de 2000, 2004 e 2010 marcam momentos de aumento significativo nos números de trabalhos inscritos.

Estas elevações bruscas são explicadas, em parte, em vista dos temas gerais do V, VII e X Encontros, as cidades onde foram realizados, bem como a profissionalização da área de História na região. O V Encontro ocorria pela

primeira vez na UFMS Campus de Três Lagoas, atraindo pesquisadores do Sudeste pela proximidade geográfica (18 instituições representadas e nove estados), e foi exitoso por pautar um tema que era candente em 2000, cercado de polêmicas e comemorações: os 500 anos de chegada dos portugueses à América. O primeiro Programa de Pós-Graduação *strictu sensu* do Mato Grosso do Sul, iniciado em 1999 na UFMS Campus de Dourados, também influenciou na ampliação de trabalhos inscritos neste evento e nos posteriores.

No VII encontro (2004), ocorrido na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) em Campo Grande, pela primeira vez passamos os duzentos trabalhos inscritos, um acréscimo de 100% em relação ao encontro de 2000. O tema do VII Encontro (2004), “Patrimônio histórico e cultural: identidade e poder”, atraiu não só historiadores, mas muitos pesquisadores e interessados nas questões da preservação do patrimônio histórico e cultural, como arquitetos, artistas, literatos, linguistas e profissionais do turismo. A cidade e a Instituição sede do evento também contribuíram para o crescimento do número de trabalhos inscritos. Pela primeira vez se realizou um Encontro na capital, Campo Grande, e fora da UFMS, o que se refletiu na grande procura por parte de pesquisadores das instituições particulares de ensino superior, especialmente da Universidade Católica, sede do Encontro. A UCDB que, somando a participação em todos os cinco encontros anteriores aqui considerados, alcançava apenas 22 trabalhos inscritos, no Encontro de 2004 teve 45 trabalhos. Também o VII Encontro favoreceu o aumento na participação de pesquisadores da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e a presença de maior diversidade de estados da federação e de instituições representadas (35).

O X Encontro, “As muitas (in)dependências das Américas: dois séculos de História”, realizado em 2010 em Três Lagoas, com 299 trabalhos inscritos, é até hoje o maior evento. Atraiu quantidade expressiva de pesquisadores do Sudeste, pela proximidade geográfica, mas também foi um evento com diversidade expressiva de instituições e lugares, incluindo a participação de colegas de outros países. Outro fator de sucesso de público para aquele Encontro foi a qualificação de dois eventos paralelos: a X Semana de História da UFMS Campus de Três Lagoas e, especialmente, o Simpósio Internacional de História. O envolvimento de diversas áreas do conhecimento do Campus de Três Lagoas, também foi fator de dinamização do Encontro

que recebeu 500 pessoas inscritas, 17 simpósios temáticos e 170 textos completos publicados nos anais.

O XV Encontro, pela primeira vez realizado em ano ímpar (2021) e de forma virtual em vista da crise sanitária de COVID-19, teve a maior diversidade de instituições representadas (85) e de unidades da federação ou países (28). Creditamos essa evolução à forma virtual do evento que teve participação de pesquisadores de países europeus e de diversos estados brasileiros.

Os anais de textos completos foram publicados pela primeira vez no VI Encontro, realizado na UFMS Campus de Dourados sob o título “História, memória e identidades”, em 2002. A publicação, na forma impressa, ficou sob a responsabilidade dos associados à ANPUH na UCDB. A partir do VII Encontro (2004), os anais passaram a ser publicados em CD-R, e do X Encontro em diante passou a ser disponibilizado também em sítio de internet, formato adotado como exclusivo a partir de 2014 no XII Encontro “Democracias e ditaduras no mundo contemporâneo”, realizado na UFMS Campus de Aquidauana.

Uma análise mais apurada nos programas dos eventos, permite acompanharmos o desenvolvimento da pesquisa histórica no Mato Grosso do Sul. A diversidade temática dos trabalhos apresentados nos encontros parece acompanhar um movimento da História global/nacional, com a incorporação de assuntos, problemas e teorias badalados em períodos específicos. A maior presença de determinados temas é motivada pelo tema geral dos eventos que, por si só, atrai pesquisadores voltados para os assuntos abordados nas conferências e mesas que compõem a programação do evento. Mas os temas abordados nas comunicações orais também refletem uma consistência na produção historiográfica no Mato Grosso do Sul que extrapola as demandas ou pressões conjunturais à área de História.

De longe os temas “Ensino de História”, que por vezes aparece junto a “História da Educação”, bem como os temas “História indígena; arqueologia e etno-história indígena”, foram os que estiveram mais presentes nos encontros. Isso se deve, talvez, à intensificação da pesquisa na área de História Indígena impulsionada pelo Programa de Pós-graduação em História de Dourados, que tem em uma de suas linhas a História Indígena. Também os projetos de “mapeamento” arqueológico no caminho do gasoduto Bolívia-Brasil (1993-1998) podem ter contribuído para este aumento do volume de

trabalhos na área da arqueologia indígena. Já as discussões em torno do ensino de História, da cultura escolar, da história da educação e temas semelhantes, de início eram mais abordados nos eventos por pesquisadores da Educação. Com o passar do tempo, na leitura dos programas dos eventos, é possível perceber a incorporação dessas temáticas como preocupações dos historiadores.³

Outra subárea que aparece expressiva em números é a História Econômica, sempre presente na historiografia regional, mantém-se acompanhando a evolução dos números dos Encontros. Diferente da História Política, outro campo “tradicional” na historiografia regional, que oscilou sua presença nos eventos, para se firmar a partir do XII Encontro com leituras da Cultura Política e ditaduras. Outros temas tradicionais na historiografia regional, como a “Guerra com o/do Paraguai” e “Região Platina; fronteira” são presença constante nos eventos, mas com poucos trabalhos a cada edição. Temas relacionados aos “Mundos do trabalho, rural e urbano, escravizados e livres” também se tornaram constantes e bastante representativos numericamente. Esses trazem as contribuições da História Social, relações de classe e resistência. Nesta esteira estão pesquisas que inovaram a historiografia regional ao desvelar a história de negros e negras na construção do Oeste. Recortes em torno das “Colônias agrícolas e urbanas; migração”, da “religiosidade” e da “Luta pela terra” oscilaram bastante, enquanto temas voltados para a “História das mulheres, gênero, feminismo”, “História Antiga e Medieval” e “Historiografia; métodos; fontes” se fazem presentes nos eventos organizados a partir da segunda década deste século XXI, o que de-

3. Levantamento realizado nos cadernos de programas e resumos. Para definir os temas das comunicações consideramos o seguinte: 1º) Quando Comunicação Livre: primeiro pelo título, caso necessário, recorreu-se ao resumo; 2º) Quando Comunicação Coordenada: pelo título da coordenada e, quando necessário, recorreu-se aos resumos; 3º) Não consideramos as mesas de teses de doutorado recentes, uma atividade que fez parte da programação dos VI e VII encontros; 4º) Quanto às classificações (História Indígena/Arqueologia; História Econômica etc.), foi uma opção particular nossa, todavia considerando os temas das comunicações e a historiografia brasileira contemporânea; 5º) A partir do VIII Encontro, 2006, consideramos os títulos dos simpósios temáticos, forma de organização que aparece pela primeira vez neste evento. A diversidade de temas percebidas nos anos anteriores, permaneceu, todavia, aglutinados em torno de títulos dos simpósios. Parte deste levantamento foi divulgado nos Anais do X Encontro (OLIVEIRA, 2010).

nota a diversidade de formação dos docentes pesquisadores que passaram a atuar nas universidades em Mato Grosso do Sul.

O crescimento dos eventos acompanhou o desenvolvimento da área de História no Estado, com a implementação de novos cursos de graduação e de pós-graduação, o aumento de docentes no ensino básico e universitário, bem como se deu *pari passu* às conexões com outras regiões nacionais e internacionais. Essa evolução empregou maior complexidade a cada edição dos encontros de História, impondo o repensar constante na maneira de se fazer os eventos. Exemplo dessas mudanças se deu na forma de organizar as comunicações de pesquisa. Até o VII Encontro, 2004, as comunicações de pesquisa eram agrupadas pelos organizadores do evento como “seções de comunicação” “livre” ou “coordenada” considerando as proximidades temáticas. A partir do VIII Encontro, 2006, adotou-se a modalidade dos Simpósios Temáticos indicados por pesquisadores que se tornam responsáveis por coordenar os trabalhos. Essa dinâmica acompanhou a organização dos eventos nacionais da ANPUH, e reflete a especialização no interior da área de História com a organização de Grupos de Trabalho (GT) regionais.

A Associação de Historiadores carece, no entanto, de ações de preservação da memória dos eventos. Especialmente no caso dos eventos em que a comunicação e publicações acontecem na esfera virtual, torna-se premente a construção de um espaço virtual para disposição de anais, cadernos de resumos, programa, cartazes, folders e outros registros textuais e imagéticos dos encontros.

O evento bianual é a principal ação de nossa Associação, mas não é a única. Em que pese a dificuldade organizativa da Seção-MS da ANPUH, que não conta com sede e secretaria permanentes, a Associação se mostrou ativa na crítica às políticas educacionais na área de História e Ciências Humanas, para o ensino básico e universitário, bem como na defesa do patrimônio histórico e cultural no Estado. Isso constituiu uma tradição de posicionamento sobre temas candentes na região ou na área.

ANPUH-MS em tempos de Pandemia

Diante dos apontamentos do item anterior, cabe destacar o ano de 2020, que construiu um cenário diferenciado, por sua face atípica: uma pandemia de COVID19, que impossibilitou por questões sanitárias a realização de

ações e eventos presenciais. Houve uma espera para realização do XV Encontro Estadual que, diante da impossibilidade de eventos presenciais e na esperança de uma vacinação ágil por parte do governo entre fins de 2020 e primeiro trimestre de 2021, levou a efetivação do mesmo em 2021, no modelo remoto, utilizando as ferramentas que o *Google Meet* e *Youtube* disponibilizam em versão gratuita.

A ANPUH-MS chegou entre 2019 e 2020 com cerca de 100 nomes associados e aproximadamente 60 sócios pagantes. Isso mostra uma boa possibilidade de sua manutenção burocrática, considerando sua institucionalização como pessoa jurídica, manutenção de conta em banco, pagamento de contador e outros serviços necessários ao seu funcionamento. O estado de Mato Grosso do Sul conta com cursos de História na UFMS (5 cursos), UFGD, UEMS e UCDB, além de diversas outras instituições que ofertam o curso na modalidade EAD. Neste sentido, a quantidade de profissionais formados, em formação e em atuação nas redes pública e privada da Educação Básica, bem como no Ensino Superior, enfatizam a necessária presença e atuação da regional do estado. Deste quadro, a longevidade da regional, que já chega a três décadas, mostra uma estabilidade e importância no contexto regional articulado ao nacional.⁴

Na gestão 2019-2020, houve articulação direta com a Nacional. Em 2019 foi realizada, no mês de dezembro, uma reunião com a Presidência da ANPUH Nacional e as estaduais, na sede da ANPUH-Brasil na FFLCH-USP. Uma reunião antes da pandemia, momento em que não se sabia o que viria a acontecer. Nesta gestão a presidência estava com a professora Márcia Motta (UFF-RJ) e a vice-presidência com Tito Barros (UVA-CE). Entre alguns itens importantes de pauta, a profissionalização do historiador e a realização dos encontros estaduais de 2020.

4. Os dados apresentados foram expostos na participação de Leandro Hecko (Diretor da gestão 2019-2020 da ANPUH-MS) numa mesa de encerramento do Encontro de História da ANPUH-CE, estando disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=C6aSp7JnB-Cs&t=126s> com último acesso em 27/04/2022.



FOTO Imagem de registro da reunião de dezembro de 2019 com a direção nacional da ANPUH. Na imagem, a Presidente da Nacional, Márcia Motta, o vice-presidente, Tito Barros, o diretor da Regional do MS, Leandro Hecko, o tesoureiro da Regional do MS, Luiz Carlos Bento e em dupla função Mariana Esteves, como secretária da ANPUH Nacional e Secretária da Regional do MS. Outros membros da Nacional e diretores das regionais estaduais também se fizeram presentes.

Sobre a profissionalização do historiador, em 12 de agosto de 2020 o veto 10, que solapava a regularização da profissão do historiador, foi derubado, dando fim a um processo que se iniciou com o PLS368-2009 apresentado pelo Senador Paulo Paim. Ao fim do longo processo, a profissão de historiador/historiadora foi regulamentada pela Lei 14.038/2020, publicada em 17 de agosto do mesmo ano.⁵ Vale ressaltar no contexto a grande atuação da ANPUH Nacional e das regionais no processo que, graças ao engajamento, auxiliaram no reconhecimento da profissão.

Em termos de programação para o encontro de 2020 a ANPUH-MS tinha como cidade em que ocorreria o município de Três Lagoas, que possui um campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. No referi-

5. As informações básicas referentes à aprovação constam no site da ANPUH Nacional, no sítio <https://anpuh.org.br/> no segmento de notícias referente ao ano de 2020.

do campus funciona há 51 anos o curso de Licenciatura em História. Não obstante, diante do desenvolvimento da Pandemia e da lentidão de início e processo de vacinação, a Regional optou pela realização do XV Encontro no formato *on line*.

Em relação ao encontro estadual, considerando o modelo *on line*, no qual todas as atividades acadêmicas se desenvolveriam nas plataformas *Google Meet* e *Youtube*, a adesão foi bastante plural, quer no quantitativo de trabalhos inscritos (239) quer na abrangência em termos de apresentadores/palestrantes (28 localidades, entre os estados brasileiros e ainda outros países, como Espanha, Paraguai e Suécia). Como balanço da realização do evento, cabe dizer que o presencial é bastante importante em termos de relações pessoais entre os pesquisadores, uma questão humana de contato, porém os dados de um evento *on line* não devem ser desprezados, já que sua abrangência, no caso de conferências, lançamento de livros e mesas redondas se dá de forma síncrona e assíncrona. Seguem os dados de visualização resumidos:

ITEM DA PROGRAMAÇÃO BÁSICA	VISUALIZAÇÕES NO CANAL DA ANPUH-MS NO YOUTUBE
Conferência de abertura: História em Combate: Lutas pela História e Lutas na História — 1128 visualizações	1128
Mesa 1 — A Pós-Graduação em Mato Grosso do Sul: História, Humanidades e os desafios das diversidades	468
Mesa 2 — Ensino de História: a BNCC e os Desafios do Ensino de História no Século XXI	1007
Lançamento de livros no XV Encontro de História da ANPUH-MS	289
Mesa 3 — Espaços de produção de saberes no/sobre o Mundo Antigo	361
Conferência de Encerramento: História e Humanismo em Combate	531
Total	3784

TABELA Dados consolidados a partir do canal da ANPUH-MS no *YouTube* disponível em <https://www.youtube.com/channel/UC-AY673S4JUvjFjoD8tUzNA> que expressam o quantitativo de visualizações até março de 2022. Mais detalhes da programação podem ser vistos no caderno de resumos do evento.

Pensando nestes números, o evento realizado no formato *on line* continua sua propagação mesmo após o encerramento além, claramente, de vencer as barreiras espaciais possibilitando que qualquer pessoa em qualquer lugar com o equipamento e acesso à internet possa visualizar a efetivação da programação. Mesmo em contexto de Pandemia, consideramos a realização do XV Encontro de História da ANPUH-MS foi um sucesso.

Considerações finais

Diante dos breves relatos memoriais postos nos itens acima, cabe enfatizar, à guisa de considerações finais, alguns pontos importantes sobre e para a regional da ANPUH no Mato Grosso do Sul:

- A ANPUH-MS foi fundamental para firmar a História como área dinâmica na produção do conhecimento histórico no Mato Grosso do Sul, ao possibilitar o convívio de profissionais e iniciantes;
- A Associação mostra estabilidade em suas gestões, bem como diversidade institucional na participação das diretorias;
- Um dos grandes desafios é a aproximação da Regional com os professores da Educação Básica, em termos de sócios e de ações que efetivamente causem algum impacto neste nível de ensino;
- Faz falta um espaço virtual para armazenamento e disponibilização à consulta dos anais, cadernos de resumos, programa, cartazes, folders e outros registros textuais e imagéticos dos eventos;
- A Associação deve estar ativa na crítica às políticas educacionais na área de História e Ciências Humanas, para o ensino básico e universitário;
- Deve ser também propositiva, de projetos de divulgação do conhecimento histórico no Estado, num combate pela História, tão necessário na conjuntura em que nos encontramos;
- No contexto da Pandemia, uma questão importante para a ANPUH-MS ficou evidente: a necessidade de manutenção de redes, conexões via redes sociais e engajamentos em redes de relações entre pesquisadores e instituições, para o desenvolvimento crítico e engajado da área da História no estado do Mato Grosso do Sul em articulação com as esferas nacionais e internacionais. Todavia, o evento presencial permanece indispensável. Como argumentado anteriormente, a organização dos eventos, sua realização e o pós-evento são momentos raros em que podemos dialogar sobre História e historiografia, nas cidades sedes, com um público amplo de professores e estudantes do ensino básico, representantes dos poderes públicos, com organismos de cultura, com movimentos sociais e pessoas comuns. Uma história viva, que nos retroalimenta, e dinamiza a História.

Referências

ANPUH-MS. **Anais**. XV Encontro de História de Mato Grosso do Sul. História em Combate: ciência e ensino, ética e engajamento — Três Lagoas, MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2021.

ANPUH — Associação Nacional de História. <https://anpuh.org.br/>

ANPUH-MS. **Caderno de resumos**. XV Encontro de História de Mato Grosso do Sul. História em Combate: ciência e ensino, ética e engajamento — Três Lagoas, MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2021.

ANPUH-MS. YouTube: <https://www.youtube.com/channel/UC-AY673S4JUvjFjoD8tUzNA>.

OLIVEIRA, V. W. N. de. Mato Grosso do Sul: Apontamentos da história da historiografia. In: ANPUH-MS. **Anais**. X Encontro de História de Mato Grosso do Sul, Simpósio Internacional de História, XIII Semana de História da UFMS/CPTL. “As muitas (in)dependências das Américas: dois séculos de História”. 13 a 16 de junho de 2010, UFMS/CPTL, Três Lagoas-MS, 2010, p. 2061-2074 (CD-R). <http://www.ndh.ufms.br/wp-anais/Anais2010/index.html>.

Ensino, aprendizagem: a História na escola e na vida

ESTEVÃO C. DE REZENDE MARTINS¹

Ensinar e aprender História são faces de uma mesma moeda na experiência da vida, no conteúdo da consciência pessoal do agente racional humano, na cultura da sociedade — pode-se mesmo dizer, em certa medida, da humanidade.

Ser histórico é um traço substantivo da existência humana. Viver no tempo e dele se assenorear pelo conhecimento do passado, pelo agir no presente e pelo projetar no futuro são constantes antropologicamente universais. Não importa em que idioma, em que momento ou em que local se viva, a historicidade é essencial ao modo humano de ser.

Conhecer a História e estar consciente de sua historicidade são, pois, dois requisitos inerentes ao modo humano de ser. A aquisição de ambos requisitos é gradual e estende-se por toda a vida. Começa, obviamente, no meio familiar e expande-se na instrução e no treinamento escolar, como as duas primeiras (e parcialmente concomitantes etapas da existência).

A distinção entre as dimensões do tempo em sua consciência e os graus de realismo na consciência da realidade, para o indivíduo, de início parece estática. Mas as pessoas e as circunstâncias mudam e evoluem. Elas se transformam, envelhecem, alteram-se, desaparecem. Saber isso é o que expressa a categoria da consciência da historicidade. Essa consciência se

1. Professor titular emérito da Universidade de Brasília. Pesquisador 1-A do CNPq. Membro titular do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília. Contato: ecrm@terra.com.br.

baseia em uma síntese fundamental que se forma gradualmente a partir das categorias básicas de temporalidade e realidade. A historicidade vivida no mundo concreto está sempre relacionada apenas a experiências e ações imediatas, diretas, presentes. As pessoas e objetos que podem ser vivenciados e tratados são sempre reais e presentes. A historicidade dos eventos históricos, por outro lado, só pode ser vivida por meio de narrativas e atos de pensamento.²

Articulada com a consciência, a categoria da historicidade engendra a consciência da historicidade (mais frequentemente tratada como consciência histórica).³ Denota o conhecimento de que pessoas, coisas e eventos mudam com o tempo, mas também que certas coisas e eventos permanecem — aparentemente imutáveis no curto espaço de tempo da própria vida. A historicidade que vai além da experiência do mundo da vida só pode ser vivida (comunicativamente) por meio de narrativas históricas.

A consciência da historicidade não apenas descreve o conhecimento dos processos de mudança, mas também inclui a presença de “teorias da História” cotidianas na consciência do indivíduo. A “teoria da História cotidiana” é entendida tanto em termos de uma teoria da História em geral — com traços de cunho filosófico — quanto de uma teoria da Ciência Histórica. A teoria da História cotidiana é uma suposição ingênua, irrefletida, mas resultante de experiências primárias e secundárias, sobre o que é a História, quais são seus centros de força, o que muda na História, o que é duradouro, quem é o sujeito da História, o que a História tem que fazer consigo mesma, ou seja: descobrir que todo indivíduo está sujeito à historicidade e que tem sua própria história.⁴ Como uma teoria cotidiana do conhecimento histórico, a consciência da historicidade também contém suposições sobre como podemos saber algo sobre tempos passados.⁵

Em suma, a consciência da historicidade denota aquele aspecto da consciência histórica que contém informações sobre o que é mutável no

2. Ver Estevão C. de Rezende Martins. “A historicidade da cultura”, em Luiz Rohden; Alvaro L. M. Valls. (orgs.). *Entre a Filosofia Dialética e a Gestão*. São Leopoldo/RS: Editora Unions, 2018, p. 47-63.

3. Ver Estevão C. de Rezende Martins. “Consciência histórica”, em Marieta de M. Ferreira/Margarida M. Dias de Oliveira (orgs.). *Dicionário de ensino de História*. Rio de Janeiro, 2019, p. 55-58.

4. Lore Schacht. „Die Entdeckung der Lebensgeschichte.“ Em *Psyche*, 1978, 32(2), 97-110

5. Estevão C. de Rezende Martins. “Teoria da História: usos, práticas, fins”, em: Márcia de Almeida Gonçalves. (Org.). *Teorizar, aprender e ensinar História*. Rio de Janeiro: FGV/Paperj, 2020, p. 44-68.

processo histórico e o que permanece estático, quem ou o que causa essas mudanças (existe um sujeito da história e, em caso afirmativo, quem é). A consciência da historicidade também expressa o conhecimento da diferença entre natureza e história.⁶

Existir, pensar, agir e esperar são ações que se dão na concretude da História empírica, não em um mundo abstrato, em que as pessoas seriam meras quimeras. As pessoas são de carne e osso, existem em sociedades com longa (e nem sempre pacífica) história, cujo legado habita a cultura em que todo e qualquer indivíduo emerge, forma-se e atua.

A cultura de uma sociedade obviamente inclui seu estatuto de desenvolvimento político, econômico e social. É assim nesse meio-ambiente físico (da cultura material) e mental (da cultura imaterial) que o agente racional humano se forma. Em um de seus mais recentes livros, sobre os fundamentos da didática da História para e no mundo contemporâneo, Jörn Rüsen resume de modo magistral a interação formação-cultura:

“O que é formação? Formação é possuir ‘competência para atribuir sentido’. Ela é capacidade de apreender as experiências determinantes, as atitudes, os valores e os modelos normativos de interpretação que determinam a vida humana nos mais diversos campos práticos, apropriar-se criticamente deles, elaborá-los discursivamente e utilizá-los intencionalmente em seu próprio agir.

Essa capacidade cultural de produzir sentido está dotada de cinco qualidades: (1) a capacidade de percepção diferenciada das circunstâncias reais e complexas da vida; (2) a capacidade de as entender e interpretar; (3) a capacidade de fazer valer essa interpretação, argumentativamente, nos contextos sociais; (4) a faculdade crítica de julgar com respeito a si e aos outros; e, por fim (5), a capacidade de empatia, de colocar-se na posição dos outros e de relativizar, assim, a própria posição.”⁷

As qualidades aqui destacadas são marcantes por um duplo alcance: elas caracterizam cada sujeito, individualmente, mas incluem igualmente o

6. PANDEL, HANS-JÜRGEN. “Dimensionen des Geschichtsbewusstseins. Ein Versuch, seine Struktur für Empirie und Pragmatik diskutierbar zu machen“, em *Geschichtsdidaktik. Probleme, Projekte, Perspektiven*, 12 (1987) 2, p. 130-142.

7. Jörn Rüsen. *Geschichtskultur, Bildung und Identität. Über Grundlagen der Geschichtsdidaktik*. Berlim: Peter Lang, 2020, p. 71-73 [trad. Brasileira de Estevão C. de Rezende Martins no prelo pela Editora W.S.A. Editores, Curitiba].

outro, tão sujeito quanto o referente. Ambos só podem ser entendidos se for levada em conta seu também duplo pertencimento: à sociedade e à cultura.

Todo indivíduo só se constitui plenamente ao compreender que viver, e viver em sociedade, mesmo que não necessariamente penoso, é circunstância e tarefa complexa. Entender sua circunstância⁸ e saber explicá-la, para a poder ‘pilotar’, é uma faculdade reflexiva indispensável a todo agente. Afirmar-se no espaço social, público, nos meios a que pertence o sujeito, em todas as esferas de sua vida e de sua atuação exige do agente possuir sólida formação, para poder sustentar com raciocínio compreensível, reconstituível e criticável pelos demais integrantes da mesma ‘circunstância’. Deve-se acrescentar: no mundo contemporâneo, o autoentendimento, a argumentação e a interação no espaço sociocultural requerem de igual modo que se tenha presente ser o mundo maior do que a imediatez do que é próximo, familiar e rotineiro. Em tempos de acelerada globalização de ideias e trocas (materiais e simbólicas) entender que ‘o local de fala’, a ‘referência de pertencimento’ das pessoas são mais do que uma zona de conforto defensiva da identidade particular. São também trampolins viabilizadores do salto hermenêutico de aceitação e interpretação da diversidade humana.

A História é ampla, complexa, universal. Histórias nacionais, regionais, locais, grupais, pessoais são capítulos do grande livro do tempo. Contribuir para que se entenda essa dependência mútua de escala planetária, com efeitos práticos na gestão da experiência imediata do tempo em seu próprio meio é função de todo agente, em especial dos que estão incumbidos de administrar a pesquisa, o ensino e a formação das gerações emergentes.

Permito-me aqui lançar uma sugestão relativa a temas, parâmetros, currículos e outras exigências da indústria escolar, envolta tanto pelos anseios da consciência dos cidadãos quanto pela ação do Estado, que gere de perto a ‘fábrica de cidadãos’ que entende ser a função do sistema escolar. Outros especialistas poderão comentar com maior pertinência os caminhos ou descaminhos, origens e objetivos, vantagens e prejuízos e lá mais o que seja acerca da base nacional comum curricular, dos parâmetros, das diretri-

8. “Yo soy yo y mí circunstancia, e si no salvo a ella, no salvo yo”, um dos aforismos mais conhecidos de José Ortega y Gasset. *Meditaciones del Quijote*, em Obras completas de José Ortega y Gasset (7a ed., vol. 1, p. 310-400). Madrid: Revista de Occidente, 1996 (original: 1914), p. 322.

zes, dos livros didáticos, dos recursos didáticos do ensino e da aprendizagem, da formação dos professores e assim por diante.

A sugestão é a de tomar como ponto de referência também o fato de que há uma universalidade socioantropológica de fundo e uma universalidade empírica de fato, em particular no mundo do século 21. Não começou de supetão, impacta o dia-a-dia e povoa realidade como imaginário das gerações atuais.

Assim, dificilmente alguém vai querer negar que as perspectivas históricas globais são indispensáveis para uma aula de História no século 21. Por que isso? Porque os problemas centrais da sociedade mundial presente e futura, como a crescente desigualdade socioeconômica e a crise climática, são visíveis localmente, mas possuem natureza global e só podem ser enfrentados em nível global. Os mundos locais estão inextricavelmente ligados às relações globais. O quadro histórico nacional no qual as aulas de história operam tem de ser capaz de refletir adequadamente as realidades da sociedade ‘pós-quase tudo’ de hoje. Para que a educação histórica seja capaz de oferecer aos alunos a orientação histórica necessária, ela deve desenvolver sistematicamente perspectivas históricas globais. Isso pode ser feito, em particular, ao usar estudos de caso em sala de aula que mostrem a interação entre os níveis local, regional, comunitário, nacional e global de eventos passados. Desta forma, pode-se encorajar os alunos a mudar sua perspectiva ‘localmente global’ e, assim, deixar claro a eles que a perspectiva histórico-nacional está longe de esgotar a realidade histórica.

Certamente, os currículos de história sempre contiveram capítulos que tratam de tópicos históricos mundiais centrais além da história nacional. Sem o contexto, por exemplo, do ‘Antigo Egito’, das grandes navegações, dos ciclos coloniais, da Revolução Francesa, das independências ou da Guerra Fria, a história dificilmente se poderia organizar narrativamente. O que é decisivo, entretanto, é que esses objetos ‘trans-’ ou ‘supranacionais’ sejam articulados em uma perspectiva histórico-nacional. Desta forma, evitar-se-ia que contextos espaciais e factuais essenciais entrecruzados sejam ocultados, o que obscureceria a visão histórica das condições e relações da estrutura global. Isso pode resultar em equívocos problemáticos como, por

exemplo, estereótipos e preconceitos etnocêntricos, na imagem da História que o ensino escolar transmite aos adolescentes.

A sugestão aqui esboçada tem por objetivo apresentar três intervenções direcionadas e duas indicações adicionais para promover perspectivas históricas globais que os professores podem integrar em suas aulas de História no ensino fundamental. Estas sugestões podem ser adaptadas de forma flexível e diferente com relação à idade, aos interesses e aos requisitos de aprendizagem dos alunos nos vários tipos de escola. Os alunos devem, em primeiro lugar, obter uma visão global do ‘mundo’ (perspectiva macro), em segundo lugar ultrapassar os limites do quadro histórico nacional através de uma mudança de perspectiva histórica global (mudança de perspectiva local-global) e, em terceiro lugar, reconhecer e corrigir conceitos etnocêntricos e equívocos na história curricular (crítica ao etnocentrismo).

Sobre o conceito de história global

O termo história global usado aqui pode ser considerado ‘distante’. Porque fornece perspectivas globais para a época anterior aos descobrimentos (em torno do ano 1500), quando não havia sistemas totalmente globais. No centro disso está a questão das relações mútuas entre os níveis do ‘global’, do ‘local’ ou do ‘regional’. Porque a história global não é meramente a história dos ‘outros’, para além da história nacional. Em vez disso, trata-se de histórias entrelaçadas e da questão de onde o ‘global’ se reflete no ‘local’ e ‘nossas’ referências locais têm um impacto no nível global.

[Exemplo 1] Visões gerais orientadas para a história global na perspectiva macro

O trabalho muitas vezes negligenciado com os mapas-múndi forma a base para uma intervenção simples com o objetivo de ilustrar as limitações do quadro nacional, contextualizando o próprio espaço histórico na perspectiva macro. Desde o início da aula de História, os alunos podem ser levados, por exemplo, a pontos marcantes como os anos 1500, 1822, 1889, 1930, 1964, 1988 (no caso do Brasil), para elaborar visões históricas globais. O professor pode então comparar os mapas sucessivamente e examiná-los quanto à mudança histórica. Essa perspectiva macro pode ser ótima para

fornecer uma visão geral da distribuição global, por exemplo, das maiores metrópoles contemporâneas, as zonas de interação mais importantes, as rotas comerciais mais importantes, os impérios mais influentes e as áreas culturais centrais (incluindo religiões). Desta forma, equívocos etnocêntricos, por exemplo, sobre alegados ‘povos sem história’, também podem ser informados e criticados. É crucial que os alunos localizem seus ‘próprios’ espaços históricos no ‘mundo’ daquela época. Além da área do Brasil atual, também podem ser regiões que associam a experiências de migração ou histórias de família, por exemplo. Finalmente, deve-se abordar a tendência etnocêntrica da ‘projeção Mercator’, que coloca a Europa no centro do ‘mundo’ e mostra o continente africano em um tamanho bastante reduzido. Isso pode ser apoiado por uma comparação de mapas-múndi centrados de forma diferente (por exemplo, mapas-múndi ‘sul para cima’ com o sul global no topo), que são facilmente acessíveis na Internet.

Enquanto essas visões macroeconômicas transmitem ao aluno conhecimento sobre o ‘mundo’ em um determinado ponto histórico no tempo, o exemplo seguinte consiste em trabalhar a mudança das perspectivas históricas globais em tópicos curriculares nacionais.

[Exemplo 2] Mudança de perspectivas na história global

O fato de que o mesmo objeto histórico pode ser visto de diferentes perspectivas espaciais e as diferenças podem ser comparadas não é nada novo para professores de História. Por exemplo, se se olhar para os resultados das eleições nacionais brasileiras de 2018, no contexto das alterações no jogo político (e judicial) desde ao menos 2013, isso geralmente resulta em diferenças e semelhanças marcantes com outras fases da história nacional. Da mesma forma, uma mudança de perspectiva na história global pode trazer à luz equívocos etnocêntricos parcialmente inconscientes, como falsas noções de singularidade (‘Isso foi um ponto fora da curva’, ‘caso único’) ou generalizações (‘Sempre foi assim’, ‘este país não tem jeito’). Isso poderia ser mostrado especificamente usando o exemplo da Revolução Haitiana. Na colônia francesa de São Domingos, os escravos se libertaram da escravidão por meio de uma ação política bem-sucedida, fundaram o segundo estado independente do Novo Mundo e desenvolveram ainda

mais os ideais da Revolução Francesa. O fato de os não-europeus — e os negros escravizados — serem capazes de tal revolução e, assim, dar uma contribuição significativa para a história de ideias políticas, refuta o preconceito frequentemente encontrado sobre o desenvolvimento e a implementação da imagem iluminista do homem e do cidadão democrático. Não apenas a Europa e os europeus foram capazes de valores. Para sublinhar o contraste com a perspectiva eurocêntrico-ocidental, pode-se classificar as revoluções americana e francesa não só com a haitiana, mas também com os movimentos de independência da América Latina em um quadro geral das ‘Revoluções Atlânticas’.

[Exemplo 3] Desconstrução do eurocentrismo

Mesmo a visão macro e a mudança histórica global de perspectiva visam corrigir os equívocos eurocêntricos. Duas outras medidas didáticas devem ser apresentadas aqui, que servem especificamente para desconstruir o eurocentrismo.

Refletir sobre os conceitos básicos eurocêntricos nas aulas de História é uma intervenção muito fundamental. Isso reflete circunstâncias especiais da História europeia e não tem equivalentes historicamente significativos em outras culturas históricas, por exemplo, na China. Em aulas de História avançada, também se pode desconstruir conceitos espaciais relacionais (por exemplo, ‘Leste’ ou ‘Oeste’) e outros termos históricos básicos que derivam seu significado da História ocidental europeia (por exemplo, ‘estado-nação’ ou ‘modernidade’).

Além disso, pode-se trabalhar na correção de equívocos eurocêntricos com estudos de caso na forma de ‘vinhetas’, que estimulam reflexões críticas sobre as suposições dos alunos por meio de uma dissonância cognitiva. Um exemplo marcante de tais estudos: muitas investigações do Laboratório de Pesquisas em Educação Histórica (LAPEDUH), da Universidade Federal do Paraná, ensinaram mestrados e doutorados com elevado grau de inovação e crítica teórico-metódica, abordando temas como o regionalismo, os desenhos animados e os quadrinhos, a música popular, a representação de diversos outros (como, por exemplo, o islamismo, a África), filmes e vídeos, blogs.

Cortes transversais e marcos epocais

Os três exemplos aduzidos podem ser integrados na aula de História de forma rotineira ou na forma de aulas especiais. Além disso, também se pode montar aulas mais completas de História global, se houver espaço para isso no currículo e na carga horária. Por um lado, seria possível proceder a cortes transversais que abordassem tópicos históricos globais característicos (como a mudança da forma de ver a História com a prática das redes sociais), independentemente de diretriz curricular nacional. Pode-se examinar a mudança histórica em períodos que cobrem múltiplas épocas transversais na História global, por exemplo, a escravidão, a mudança climática ou o consumo acelerado dos recursos naturais. Por outro lado, cortes transversais de anos históricos ‘globais’, como 1492, 1789 ou 1989, também têm grande potencial didático. O ano de 1989, por exemplo, com a queda do Muro de Berlim, representa não apenas um marco na história nacional alemã, com o fim da divisão do país, como também na história global, ao acarretar o colapso da ordem mundial bipolar. Também marca convulsões políticas em várias regiões do mundo, como África do Sul, América Latina e República Popular da China, cujas consequências ainda podem ser sentidas hoje. 2001 é outro marco, que introduz o terrorismo e a ameaça constante que paira sobre indivíduos ‘anônimos’ como comunidades e países, no foco da análise transversal comparativa.

Perspectivas da história global nas diretrizes curriculares

Já é tempo de valorizar as perspectivas históricas globais no currículo das aulas de História. Só depois é de se esperar que os ajustes necessários na formação de professores e na formação avançada e na produção de materiais didáticos sejam realizados de forma sistemática e sustentável. O passo decisivo para a mudança necessária no quadro nacional é agora fixar tópicos, perspectivas e acessos históricos globais como componentes integrais na base curricular comum. Em última análise, trata-se de viabilizar que os alunos estejam suficientemente familiarizados com as perspectivas históricas globais para desenvolver uma visão contemporânea da História e, acima de tudo, para reconhecer os preconceitos etnocêntricos que encontram todos os dias em seu ambiente de vida.

Considerações finais

Cultura histórica inclui, por conseguinte, — a além da óbvia referência individual e sua inserção no quadro nacional usual — a dimensão universalista, ‘globalizada’, transnacional, supranacional, necessária para lidar, interpretativamente, com o tempo, de maneira tal que resulte uma História como conteúdo empírico, como produto da interpretação, como fator de orientação e como determinação de fins (em certos casos, há quem diga ‘a História’, em particular sob influxo do etnocentrismo). O conteúdo empírico traz a realidade objetiva do ocorrido, mediante a memória das fontes revividas pela subjetividade do homem presente. O produto interpretativo é o resultado da reflexão articuladora do pensamento histórico, que “tece” sentido e significado do conteúdo empírico, para que a história assim organizada possa servir de critério de orientação do agir presente e fornecer os elementos do agir futuro, sob a forma de intencionalidade vinculada a objetivos, fins e metas. Essa realidade do pensamento e da consciência histórica é comum a todos os homens e tem nas tradições orais das comunidades de qualquer porte um dos exemplos mais importantes. É essa mesma realidade que está à base da História como ciência, contudo, nela processada por recurso a procedimentos metódicos que põem regras e requisitos para o controle da veracidade, da plausibilidade e da fiabilidade intersubjetivas. Essa História é a que se ensina e aprende em um sistema escolar esclarecido e maduro, que alcança a vida de seus docentes e aprendizes.

O ambiente cultural de cada sujeito (indivíduo ou sociedade) é, pois, a condição de possibilidade da produção da História correspondente ao respectivo meio, entendido no ambiente global de um mundo sem fronteiras. Por essa razão, o referencial cultural de meios distintos pode acarretar incompreensões, conflitos e choques, entre grupos geograficamente distantes, mas aproximados pelos processos de globalização, e também entre grupos internamente a uma mesma sociedade formal, que se comunicam e ajuízam nas ágoras virtuais das redes.⁹

9. Ver Estevão C. de Rezende Martins. “Cultura, história, cultura histórica”, em *ArtCultura* (UFU), v. 25, p. 61-79, 2013.

Referências

MARTINS, Estevão C. de Rezende. “Cultura, história, cultura histórica”. *ArtCultura (UFU)*, v. 25, p. 61–79, 2013.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. A historicidade da cultura. *In: ROHDEN, Luiz Rohden/Luiz; VALLS, Alvaro L. M. (Eds.). Entre a Filosofia Dialética e a Gestão*. São Leopoldo/RS: Editora Unions, 2018, p. 47–63.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. Consciência histórica. *In: FERREIRA, Marieta de M.; OLIVEIRA, Margarida M. Dias de (Eds.). Dicionário de ensino de História*. Rio de Janeiro: FGV, 2019, p. 55–58.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. Teoria da História: usos, práticas, fins. *In: GONÇALVES, Márcia de Almeida (Ed.)*. Rio de Janeiro: FGV/Faperj, 2020, p. 44–68.

ORTEGA Y GASSET, José (Ed.). *Obras completas de José Ortega y Gasset*. 7. ed. Madrid: Revista de Occidente, 1996, v. 1, p. 322.

PANDEL, HANS-JÜRGEN. Dimensionen des Geschichtsbewusstseins. Ein Versuch, seine Struktur für Empirie und Pragmatik diskutierbar zu machen. *In: Geschichtsdidaktik. Probleme, Projekte, Perspektiven*. [s.l.: s.n.], 1987, p. 12 / 2, 130–142.

RÜSEN, Jörn. *Geschichtskultur, Bildung und Identität. Über Grundlagen der Geschichtsdidaktik*. Berlin: Peter Lang, 2020.

SCHACHT, Lore. “Die Entdeckung der Lebensgeschichte.” *In: Psyche*. [s.l.: s.n.], 1978, p. 32(2), 97–110.

Emergência dos estudos culturais e seus contornos na América Latina

AGUINALDO RODRIGUES GOMES¹

MIGUEL RODRIGUES DE SOUSA NETO²

Um novo espírito está surgindo. Assim como as ruas de Watts, estamos ardendo em revolução. Investimos contra os deuses de vocês... Cantamos a morte de vocês. Destruam os museus... nossa luta não pode ser pendurada em paredes. Que o passado caia sob os golpes da revolta. A guerrilha, os negros, os homens do futuro estamos todos no seu encaixe. Que se danem sua cultura, sua ciência e sua arte. A que propósito servem? Não se pode ocultar o seu assassinato em massa. O industrial, o banqueiro, a burguesia, com falsidade e vulgaridade infinitas, continuam a acumular arte enquanto massacram a humanidade. Sua mentira fracassou. O mundo se insurge contra sua opressão. Há homens nos portões em busca de um novo mundo. A máquina, o foguete, a conquista do espaço e do tempo, essas são as sementes do futuro que, libertado do seu barbarismo, irá nos impelir para a frente. Estamos prontos...

Que Comece a luta.

Declaração, Black Mask, 1966

(MESQUITA, ESCHE & BRADLEY, 2021, p. 120)

1. Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis. Doutor em Educação (Unicamp). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES) — Código de Financiamento 001.

2. Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Doutor em História (UFU). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES) — Código de Financiamento 001.

O contexto da virada linguística

As relações geopolíticas globais foram intensamente modificadas no período imediatamente posterior ao término da Segunda Guerra Mundial, em 1945. O próprio conflito já vinha deixando suas marcas desde seu início, em 1939, seja nas relações internacionais, na indústria, nos contingentes humanos — deslocados, violentados, mortos. O encerramento do conflito acabou por reorientar fluxos de força, o que levou ao estabelecimento de dois grandes blocos de países disputando globalmente, um capitalista e um socialista, cuja tensão ficou conhecida como “Guerra Fria”, à dissolução ou enfraquecimento dos antigos impérios coloniais e o consequente processo de descolonização afro-asiática, assim como as crises no campo da esquerda global trazida pela publicização, a partir de 1956, dos crimes cometidos por Josef Stalin e seus asseclas durante cerca de três décadas.

Sob o impacto do fim da guerra, da formação dos novos blocos e da descolonização, os movimentos sociais também foram alterados nos anos 1950-1970, não apenas pelo surgimento da chamada “Nova Esquerda”, oriunda da ruptura pós Stalin, mas também por um contingente de grupos sociais pouco notados até então e que passaram por um processo de organização e/ou de visibilização de suas demandas. Assim, os jovens, um grupo pouco observado até então, emergiram à cena, a exemplo dos movimentos de Maio de 1968 na França e do movimento hippie estadunidense; as feministas ganharam as ruas com pautas renovadas que passavam diretamente pela ocupação dos espaços públicos e pela determinação de seus próprios corpos; o movimento pacifista se apresentava como um contraponto à política de guerra e morte expressa na opção pela ocupação estadunidense do Vietnã; o movimento ambientalista buscava o enfretamento social e teórico a um modo de produção capitalista que se desenvolvia em bases altamente predatórias e devastadoras; eclodiam movimentos pelos direitos civis das populações negras e autóctones nos Estados Unidos e em outras regiões do globo; posteriormente, gays, lésbicas, travestis, transexuais, intersexos, bissexuais, transgêneros também ocuparam o espaço público, reivindicando o direito de existirem em suas diferenças, tendo acesso aos serviços do Estado, mercado de trabalho, e outras garantias que uma parte da população cisgênera e heterossexual já tinha — uma parte, porque não podemos nos esquecer que a questão de classe permanece ainda hoje irresolvida.

As revoltas de 1968 na França e nos Estados Unidos foram apenas a parte mais visível de um conflito que havia sido construído ao longo dos anos 1960 e cujos efeitos continuaram se desdobrando na década seguinte. Lutas anti-imperialistas na África e na América do Sul se voltaram frequentemente para as ideias marxistas leninistas, e o maoísmo entrou na moda por um breve período entre os intelectuais europeus no início da década de 1970. Porém, as tendências mais significativas dos movimentos de 1968 foram a descrença e a crítica generalizadas das ideologias estabelecidas (BRADLEY, 2021, p. 25).

Em um processo de transformação geopolítica e de ebulição social as ciências e as artes também estiveram imbricadas. A crítica a ideologias estabelecidas esteve ao lado daquelas direcionadas a determinadas interpretações do mundo até então hegemônicas. Algumas das mulheres que queimaram sutiãs nas ruas dos grandes centros urbanos, também estiveram nas universidades, como alunas ou professoras; o movimento feminista acabou por se fazer presente nos departamentos e institutos, levando ao surgimento dos estudos sobre as mulheres (a História das Mulheres dentre eles), posteriormente, dos Estudos de Gênero e, mais recentemente, dos Estudos Gays, Lésbicos e Transgêneros. O gradativo ingresso de negras e negros nos espaços universitários, seja por meio da derrubada de leis racistas ou pela implementação de medidas de reparação, como as leis de cotas, parece estar relacionado ao crescimento do número de pesquisas e o aparecimento de disciplinas sobre os povos colonizados e diaspóricos. Em um movimento mais recente, a hierarquização dos saberes científicos e tradicionais também tem sido objeto de questionamento e um reposicionamento pode ser percebido em determinados campos do conhecimento, a exemplo dos Estudos Culturais.

Um caminho para compreendermos estas transformações está colocado no próprio campo do materialismo histórico-dialético, cujos aspectos deterministas foram atacados internamente. A determinação da superestrutura pela base, além da interpretação etapista compulsória dos modos de produção foram criticadas e reposicionadas, evidenciando uma relação retro alimentadora entre base e superestrutura, além de uma interpretação histórica localizada para compreender as ocorrências e especificidades das modificações econômicas, de produção e das relações de trabalho. Dito de outro modo, o campo político-teórico do marxismo foi sendo alterado in-

ternamente, mantendo-se a relevância da interpretação das conjunturas, ampliando a capacidade de observação ao tomar as relações culturais como parte relevante da sociedade e de sua compreensão, e asseverando a práxis como definidora do próprio campo.

Tais modificações não ocorreram do mesmo modo, globalmente, sendo necessário considerar as especificidades de cada conjuntura. Richard Hoggart (*As utilizações da cultura*, 1957), Raymond Williams (*Cultura e sociedade*, 1958) e Edward Palmer Thompson (*A formação da classe operária inglesa*, 1963) puderam construir suas trajetórias em um dos mais ricos países do globo, uma das principais nações responsáveis pelo colonialismo e pelo imperialismo, e gozando de suas liberdades políticas, em que pese o fato de estarem, em princípio, à margem do establishment intelectual britânico. No mundo colonial as condições políticas e econômicas se mostraram bastante adversas para outros intérpretes das sociedades. A crítica colonial e das condições de vida das pessoas, em seus países de origem ou na diáspora, foi realizada tanto em países ainda dominados por nações europeias, a exemplo da Martinica de Aimé Césaire, autor do *Discurso sobre o colonialismo* (1955), nos violentos processos de ruptura, objeto de reflexão de Frantz Fanon, que atuou como médico durante a guerra de libertação da Argélia, que pode ser encontrada em *Os condenados da terra* (1961), ou, ainda, na condição fronteiriça tríplice vivida por Albert Memmi, cuja educação francesa e a fé judaica, impossibilitaram que ele permanecesse na muçulmana Tunísia pós-colonial. Os processos de descolonização afro-asiáticos, violentos, uma vez que as metrópoles não pretendiam abrir mão de suas colônias, foram sucedidos, por vezes, por guerras civis, a exemplo de Ruanda, Burundi, Nigéria, pelo estabelecimento de estados cuja própria estrutura subalternizava imensos contingentes humanos, caso do apartheid sul-africano, pobreza generalizada após décadas ou séculos de exploração colonial, ou governos autoritários, a exemplo da Indonésia de Suharto, a Myanmar de Ne Win, das ditaduras africanas no Mali, Benin, Burundi, República Democrática do Congo e outros países mais. O fim da relação colonial com as metrópoles europeias não encerrou os processos de opressão, violência e miséria, eles assumiram outras formas, ganharam fôlego outros atores sociais.

Se na América Latina os processos de independência das metrópoles coloniais, notadamente Espanha e Portugal, se localizaram temporalmente no século XIX, no século XX as ditaduras pulularam do mesmo modo que

na África e na Ásia. Assim, Ecuador (1972-1979), Peru (1968-1980), Bolívia (1971-1985), Colômbia (1953-1957), Paraguai (1954-1989), Chile (1973-1990), Brasil (1964-1985), dentre outros, se tornaram palco de ditaduras, sobretudo capitaneadas por militares. Mais uma vez a geopolítica global e as disputas entre capitalistas e socialistas se fizeram sentir localmente, seja a partir do financiamento destes governos, do treinamento de seus órgãos repressores, da justificativa para seu estabelecimento. Desse modo, em grande parte dos países latino-americanos os processos de transformação social estiveram ligados à resistência aos governos ditatoriais, à organização, por vezes clandestina, dos grupos contrários aos governos, ao estudo de textos teórico-políticos que pudessem orientar as ações de tais grupos. Também em razão desta conjuntura, leituras alternativas do marxismo tiveram mais dificuldade para se estabelecer, reconhecendo aqui a dificuldade mesma de acesso às obras, uma vez que se tratava de um autor “maldito” para os sucessivos ditadores. Entretanto, é em tais conjunturas que autores como Paulo Freire, Henrique Dussel, Aníbal Quijano e outros mais vão produzir suas interpretações de mundo e realizarão intervenções em suas sociedades. Estes sujeitos, junto a outros mais, em seus países de origem ou em uma diáspora latino-americana, podem ser vistos como alguns dos que se levantaram social e epistemicamente.

Observando com certo distanciamento temporal, podemos afirmar que, a partir da década de 1950, gradativamente se estabelece um movimento, um levante. Em distintas partes do globo pensadoras e pensadores, artistas e ativistas se colocaram contra as estruturas sociais hegemônicas e propuseram relevantes desmontes: das estruturas opressoras, mantenedoras da miséria, responsáveis pela violência, pelo silenciamento, pela morte. Tais sujeitos acabaram por criar epistemologias contextualizadas nas experiências traumáticas e de resistência. Desse modo, a epistemologia eurocêntrica, que concebe o outro a partir de uma exterioridade, negando-lhe agência e voz, tolhendo sua capacidade de interpretação do mundo que pudesse culminar em um processo de emancipação/libertação, seria refutada. Observemos mais de perto o caso latino-americano e suas implicações contemporâneas.

Contornos da América Latina e o lugar (possível) dos Estudos Culturais

As discussões sobre a existência de uma América Latina e a inclusão do Brasil neste território remontam ao século XIX. Este foi um período marcado pela criação dos estados nacionais, essa ideia de pertencimento a um território, uma língua (ou conjunto de línguas) e aceitação de um governo. Os processos de independência nas porções ocupadas pelos impérios espanhol e português levaram a que as elites presentes nos territórios colonizados construíssem elementos simbólicos de diferenciação entre a metrópole e as colônias. Estes aspectos tinham como função marcar a singularidade que permitiria aos territórios colonizados fomentar uma luta pela emancipação afirmada a partir de reavaliação e escrita da história, da criação de símbolos nacionais, a exemplo dos hinos e bandeiras, assim como da elaboração de traços de uma cultura comum, desenvolvida por uma intelectualidade nacionalista. No caso do território colonizado pelos espanhóis, as elites locais, na busca pela construção de uma unidade que lhes permitisse se afastar dos valores metropolitanos, constituíram o termo América Latina, que assume, mesmo naquele contexto, um aspecto controverso na medida em que foi forjado a partir de disputas políticas transnacionais e, também, internas a cada território.

FARRET & PINTO (2011) revisitam a bibliografia para apresentar justamente as dificuldades de construção da ideia de América Latina, desde sua própria nomenclatura. Foram cerca de quinze anos para a transição das *Índias Ocidentais* para *América*, só para considerar a primeira parte do problema. A necessidade de diferenciação do “inimigo” europeu, o colonizador de quem se pretendia apartar, levou à adoção do termo “americano” em substituição a expressões como “criollos” ou “espanhóis das Índias”. A segunda, expressa por *Latina*, apresenta tanto uma negativa do avanço político e econômico dos anglo-saxões, especialmente dos estadunidenses que, já no século XIX manifestavam suas intenções imperialistas sobre a região americana, quanto pelos interesses franceses, aproximados pela origem latina das línguas (francês, espanhol e português), de ampliar sua hegemonia para o território destas recém-formadas nações independentes. Assim, consideramos a dificuldade e as controvérsias presentes no surgimento e adoção do termo América Latina, já apontadas por FARRET & PINTO (2011), SOUZA (2011), ARDAO (1980), BILBAO (1995), DINIZ (2007), BETHEL

2009), BRUIT (2000), MIGNOLO (2005), mas, considerando sua utilização, faremos uso da nomenclatura, considerando os aspectos culturais, econômicos, políticos e as experiências de colonização comuns ou aproximadas aos países que constituem este vasto território.

A ausência do Brasil na América Latina é motivada por um longo processo histórico. É possível que um dos pontos fulcrais seja observado no mesmo contexto supracitado, aquele dos processos de independência. Se para as nações hispano-americanas a adição do *Latina* ao termo *América* significava um movimento de contraposição aos europeus colonizadores e aos Estados Unidos da América imperialistas, no caso brasileiro, Estados Unidos, França e Inglaterra foram referências culturais e econômicas para o recém-criado império brasileiro e não representavam uma ameaça. É preciso considerar, ainda, que o processo de independência do Brasil difere-se das demais experiências latino-americanas posto que, aqui, o primogênito do monarca metropolitano constituiu-se como a figura central do Estado independente. Para além, o próprio regime político instalado posteriormente à independência diferia das experiências vizinhas: enquanto nos países que surgiram com a independência da região à Espanha optou-se pelo modelo republicano, em uma ruptura clara com o monarquismo europeu, no Brasil a opção foi pela manutenção do mesmo regime pré independência. Deste modo, foi sendo constituída a ideia, até hoje presente nas terras brasileiras, de que o processo de independência local foi realizado sem violência, praticamente sem rupturas, apagando as rebeliões contrárias e outras versões deste mesmo evento. Assim, o Brasil não esteve inserido na América Latina no curso do século XIX e parte do século XX, mantendo suas relações e seus ideais voltados para o mundo europeu, tipo como exemplo de civilização a ser almejado. SANTOS afirma que,

No entanto, em meado do século XX este dilema começa a sofrer relativa modificação. O problema da incorporação do Brasil à América Latina deixa de ser visto como elemento complicador para ser fazer, cada vez mais, um elemento dinamizador, um problema a ser solucionado. Diversos elementos concorreram para isto: a crise econômica de 1929 que fez o Brasil “buscar” possíveis parceiros na América do Sul e aumentar as relações diplomáticas entre os países latino-americanos (com destaque para as Missões Culturais Brasileiras); as duas Guerras Mundiais que “abalaram” a ideia de superioridade civilizacional da Europa frente aos outros povos; os

movimentos de nacionalismo cultural; a criação da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), a circulação de ideias provocada pela tradução de obras de intelectuais de ambas porções da América Ibérica, como também pelas circulação de revistas em âmbito continental (*Cuadernos Americanos*, *Revista mexicana de Sociología*, *Desarrollo Económico*, entre outras); o contexto político da Guerra Fria e os exílios forçados de muitos intelectuais provocados pelos regimes militares na América Latina. Todos esses acontecimentos contribuíram para a criação de diversas iniciativas e projetos que buscavam aproximar o Brasil aos demais países da América Latina.

Neste contexto, sobretudo nos anos 50 e 60 do século XX, começa a se formar aquilo que o historiador francês Jean-François Sirinelli, chama *redes intelectuais*. Diversos intelectuais em suas construções (discursos, projetos, representações e utopias) passam a incorporar o Brasil à América Latina. São muitos os nomes de ambos os lados (brasileiro e hispano-americano) que pensaram a América Latina incluindo o Brasil e, em alguns casos, construíram um discurso de identidade e integração latino-americana, a exemplo poderíamos citar: José Vasconcelos (1881-1959); Celso Furtado (1920-2004), Aldo Ferrer (1927), Otavio Ianni (1926-2004), Leopoldo Zea (1912-2004), Darcy Ribeiro (1922-1997), Renato Ortiz (1947) entre outros. (SANTOS, 2012, p. 256-257)

A partir de meados do século XX intelectuais do Caribe e da América do Sul desenvolveram esforços importantes no sentido de conceber as especificidades e identidades nacionais e subcontinentais, articulando-se a partir da própria ideia de *América Latina* e de sua *invenção*. Se esta ideia seria questionada posteriormente, importa ressaltar que, nela, oportunizou-se uma posição crítica no sentido decolonial, arregimentando sujeitos que questionavam a posição hegemônica europeia e buscavam nas experiências latino-americanas outras possibilidades de interpretação do mundo. Este esforço constituiu-se em um elemento importante para a produção de um pensamento crítico acerca dos processos traumáticos ocasionados pelas experiências colonizadoras espanhola e portuguesa nas Américas, que seria retomado por diversos intelectuais latino-americanos a exemplo daqueles do grupo Modernidade/Colonialidade que afirmam a potencialidade epis-

temológica do termo *americanidade* como uma possibilidade de constituição de um pensamento singular autônomo à Europa. (MIGNOLO, 2005)

Expresso de outro modo, há uma região geopoliticamente reconhecida como América Latina, uma entidade autônoma em termos similares a Euro, África, Ásia ou América do Norte (FARRET & PINTO, 2011, p. 32), que tem sido tomada também do ponto de vista epistêmico, sendo que se oferece um contraponto ao pensamento europeu a partir das experiências de americanidade que comportam visibilidade dos povos subalternizados, levantes dos grupos oprimidos, constituição de saberes outros e reposicionamento deste território para além da hierarquização promovida pela colonialidade.

Nossa discussão dirige-se aqui a contribuição dos Estudos Culturais como um campo político-epistemológico que atua na intersecção entre as teorias e práticas sócio-históricas hegemônicas e o diálogo com as vozes subalternas para a construção de outros saberes, notadamente na América Latina. Como indica Barker, citado pela pesquisadora portuguesa Maria Manuel Baptista:

os estudos culturais constituem um corpo de teoria construída por investigadores que olham a produção de conhecimento teórico como uma prática política. Aqui, o conhecimento não é nunca neutral ou um mero fenómeno objectivo, mas é questão de posicionamento, quer dizer, do lugar a partir do qual cada um fala, para quem fala e com que objectivos fala (BARKER, 2008, p. 27 APUD BAPTISTA, 2009, p. 453).

BAPTISTA enfatiza que, por ser uma área interdisciplinar e bastante ampla, as possibilidades de abordagem dos Estudos Culturais são múltiplas. Um dos focos de interesse dos Estudos Culturais tem sido refletir sobre os processos de hegemonia e contra hegemonia no campo cultural e a construção política e social das “identidades”, abordando as questões da nação, raça, etnicidade, diáspora, colonialismo e pós colonialismo, práticas e produção cultural, sexo e gênero etc.

Em palestra proferida no seminário “Estudios Culturales en América Latina” (realizado pelos programas de pós-graduação em Estudos Culturais (PEC) e Integração da América Latina (PROLAM) da USP em 9 de junho de 2020) Eduardo Restrepo apresentou uma genealogia dos Estudos Culturais neste contexto regional dividida em três fases, a saber: o protagonismo

do pensamento de Freire e Dussel, as contribuições para os estudos da comunicação de autores como Jesús Martín-Barbero e Néstor García Canclini, e a formulação dos programas de pós-graduação em Estudos Culturais em países latino-americanos. O tema também foi desenvolvido por RESTREPO no artigo **¿Quién necesita estudios culturales en Colombia?** (2019). O pesquisador, docente da Pontificia Universidad Javeriana (Colômbia), destaca que as pesquisas aqui se orientam pela contextualização radical das realidades latino-americanas, o que pode ser entendido como uma ênfase na compreensão das conjunturas, um pensamento historicizante no qual as contingências do presente são pensadas em sua realidade e em sua possibilidade de transformação. Afirma que os intelectuais que aderem ao campo não devem buscar essencialismos nos Estudos Culturais, pois esse é um “pensamento sem garantias”, ou seja, uma forma de analisar a realidade social fora de estabilizações derivadas por determinismos estabelecidos e sem as violências epistêmicas feitas em nome de idealizações morais e políticas (RESTREPO, WALSH & VICH, 2014, p. 27ss). Tais afirmações estão em concordância com a proposição original de Stuart Hall:

Entender la “determinación” [determinacy] en términos de la asignación de límites, el establecimiento de parámetros, la definición del espacio de las operaciones, las condiciones concretas de la existencia, lo “dado” de las prácticas sociales, en vez de en términos de la predictibilidad absoluta de resultados particulares, es la única base de un “marxismo sin garantías finales”. Establece el horizonte abierto de la teorización marxista, la determinación [determinacy] sin clausuras garantizadas (HALL, 2014, p. 177).

Ainda, para Restrepo, as problemáticas dos Estudos Culturais já eram debatidas nesta porção do globo, como a reflexão sobre a superação da dicotomia alta/baixa cultura, o campo cultural como o modo de vida que se desenrola no cotidiano dos sujeitos imersos em relações de poder, os processos de resistência e emancipação populares e as experiências dos diversos grupos não hegemônicos.

Da primeira fase apontada por Restrepo, destaca-se a reflexão de Paulo Freire sobre o elitismo cultural brasileiro que cerceou a educação dos mais pobres e se aproxima do escopo dos Estudos Culturais que incide sobre os processos de subalternização e resistências a partir do embate das classes sociais antagônicas. Para Freire, a transformação do mundo passava

necessariamente por um processo de letramento cultural e crítico para se compreender o mundo que emergiria de uma educação popular que desvelasse o caráter ideológico hegemônico das ideias das classes dominantes. O autor elabora uma tradução cultural do entrelugar do oprimido sobre as ideias de opressão e liberdade que se articulam do campo cultural ao econômico, político e social.

Para além deste traço biográfico, Freire, desde os seus primeiros trabalhos, apresenta preocupações, constrói conceitos e discute questões as quais hoje podemos chamar de “decoloniais”. Ainda tomando por base o estudo de Mota Neto (2016), consideramos que o eixo fundamental de sua concepção decolonial está relacionado à crítica de seis fenômenos moderno-coloniais: a) crítica à experiência democrática da sociedade brasileira, herdeira de um regime colonial ou semicolonial; b) crítica à desumanização/massificação/coisificação do ser humano; c) crítica à teoria antidialógica da opressão e, em especial, à invasão cultural; d) crítica ao problema da dependência nas relações imperialistas e neocoloniais entre o Primeiro e o Terceiro Mundo; e) crítica à educação e aos sistemas de ensino coloniais; f) crítica à razão determinista da modernidade e à pós-modernidade neoliberal.

No conjunto, em seus quarenta anos de produção intelectual, Freire denunciou distintos aspectos do colonialismo e da colonialidade: a educação bancária, a cultura do silêncio, a invasão cultural, a violência, a desumanização, o patriarcado, o racismo, o latifúndio, o autoritarismo político, o assistencialismo, a situação de dependência dos países periféricos em relação aos centrais e o cientificismo (DA MOTA & STRECK, 2019, p. 213-214).

Ainda nesta fase, no caso de Enrique DUSSEL, a ligação com as problemáticas dos Estudos Culturais se faz presente desde a década de 1970, a partir da obra **Para una ética de la liberación latino-americana**, na qual apresenta um pensamento convergente de crítica à filosofia moderna que, por meio da noção de universalidade, desconsiderava os saberes constituídos pelo colonizados. Sua posição teórica se alinha ao pensamento dos integrantes do grupo Modernidade/Colonialidade, criado em 1998 por iniciativa de Edgardo Lander, a partir da perspectiva filosófica da ética da libertação que solapava os universalismos e propõe uma filosofia latino-americana como um projeto epistêmico-político de emancipação dos oprimidos:

Ahora sí habrá surgido ante nosotros un ámbito más allá del fundamento ontológico europeo que nos permitirá pensar la cuestión latinoamericana, nuestro ser distinto y la ética de la liberación que necesitamos para que nuestra acción ilegal se nos presente con la dignidad de un gesto supremamente moral, digna de los héroes, no de los que dominan y conquistan, sino de los que crean las patrias y liberan a los oprimidos. Desde la “Alteridad” surge un nuevo pensar no ya dialéctico sino analéctico y, poco a poco, nos internamos en lo desconocido para la filosofía moderna, para la filosofía europea presente, para el pensar logológico, instaurando una antropología latinoamericana con la pretensión de ser la cuarta edad de la filosofía y la real filosofía contemporánea post-imperial, válida no sólo para América latina, sino igualmente para el Mundo árabe, el África negra, la India, el Sudeste asiático y la China. Filosofía de los oprimidos a partir de la opresión misma. Filosofía de la liberación de las naciones pobres del globo. [...] El pensar que no se compromete con la realidad histórica, siendo esta la única realidad que nos ha sido dada para ser vivida, es un pensar sofisticado, inauténtico y culpable de solidarización con el statu quo, con la dominación imperial y con el asesinato del pobre (DUSSEL, 1973, p. 12).

Posteriormente, na década de 1990, Dussel aprofunda sua crítica à noção de modernidade eurocêntrica na obra **1492: el encubrimiento del otro (hacia el origen del mito de la modernidade)**, na qual argumenta que a noção de exterioridade é o que constituiu o outro da América. Desvendando esse encontro violento da colonização com o nativo latino-americano que tem sua humanidade e sua voz silenciada e passa a ser definido/narrado pela visão de exterioridade do ego europeu. Selis (2018) indica que a visão de Dussel terá forte impacto na produção do grupo Modernidade/Colonialidade:

Assim, o esclarecimento e desnaturalização das diferenças coloniais compõem o artifício utilizado pelos autores do grupo M/C, a fim de edificar a crítica subalterna da modernidade. Na edificação desse saber local, os autores do grupo M/C apresentam enfoques e desenvolvimentos específicos. Como sintetiza Escobar, “algumas dessas diferenças são explicadas, em certa medida, pelos diferentes enquadramentos, ênfases e objetivos — economia política para Quijano, uma filosofia da libertação para Dussel, literatura e epistemologia para Mignolo” (2003, p. 61, tradução nossa). Logo, enquanto Quijano observa de forma atenta o papel dos elementos raciais nas estru-

turas de controle de trabalho e de recursos na modernidade, Dussel, por sua vez, investiga a violência implicada nos processos de negação da alteridade daquele sistema. Já Mignolo demonstra interesse pelo âmbito em que a diferença colonial se torna subalternização epistêmica, avançando, pois, na noção do “pensamento liminar”. (SELIS, 2018, p. 183-184).

Como observa-se a partir de suas filosofias de emancipação dos oprimidos, Freire e Dussel constituíram um protagonismo no trato das problemáticas que seriam encampadas pelos Estudos Culturais latino-americanos.

A segunda fase de constituição de um campo interdisciplinar denominado, não sem ressalvas, como Estudos Culturais latino-americanos pode ser observada a partir das reflexões realizadas nas décadas de 1980 e 1990 pelos teóricos Jesús Martín-Barbero (**Dos meios às mediações: comunicação cultura e hegemonia**, de 1987), que se dedicou a pensar a relação comunicação/cultura e apropriação, e Néstor García Canclini (**Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**, 1989; **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais e globalização**, 1995; **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**, este, já de 2004), que se voltou para o estudo das identidades e consumo, cultura popular e o trinômio poder/dominação/ resistência. Os dois autores influenciaram de maneira geral o campo das Ciências Humanas, mas, sobretudo, os cursos de Comunicação que, partindo das categorias de mediação, apropriação e recepção, buscaram investigar o impacto das mídias no cotidiano das pessoas, se afastando das perspectivas mais niilistas da teoria crítica e reconhecendo a capacidade de interação e agência dos consumidores/cidadãos.

A terceira fase exposta por Restrepo é marcada pela institucionalização dos programas de pós-graduação em Estudos Culturais na América Latina, em países como Equador (Universidad Simón Bolívar), que conta com o primeiro curso de doutorado em Estudos Culturais da América Latina, e México (Universidade da Fronteira/Chiapas). O caso colombiano chama atenção pelo histórico de aparecimento e ampliação dos grandes temas dos Estudos Culturais no campo das ciências humanas e sociais, por meio de eventos, publicações coletivas e periódicos, até sua institucionalização com um significativo número de oito programas de pós-graduação com cursos de mestrado em funcionamento a partir do início dos anos 2000.

La institucionalización de los postgrados en estudios culturales empieza con un programa de especialización en la Universidad Javeriana en el 2002, que dará origen a la maestría en el 2007. Para el 2004 aparece la maestría de la Universidad Nacional, en el 2008 la de la Universidad de los Andes, en el 2016 la de la Universidad Católica de Pereira (la primera fuera de Bogotá), la de la Universidad del Bosque en 2017 y, finalmente, este año se abre la primera cohorte de la maestría en la Universidad Tecnológica de Pereira. 7 Por su parte, la Universidad de los Llanos en Villavicencio se encuentra tramitando internamente la creación de una nueva maestría en estudios culturales, la cual se espera empiece a impartir sus clases prontamente. A estos programas presenciales, se le suma la apertura de la primera maestría en modalidad virtual por parte de la Universidad Javeriana. Esto hace que Colombia existan hoy con siete maestrías en estudios culturales, eso sin contar otros programas que se encuentran o imaginan muy cercanos a los estudios culturales como la Maestría en Problemas Sociales Contemporáneos del IESCO-Universidad Central, la Maestría en Estudios Sociales de la Universidad del Rosario o la Maestría en Estudios Interculturales de la Universidad del Cauca, entre muchas otras (RESTREPO, 2019, p. 168).

No Brasil são dois programas em Estudos Culturais (USP e UFMS), um programa em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (UEG), e dois programas em desativação, um em Estudos Culturais Contemporâneos (FUMEC) e outro em História e Estudos Culturais (UNIR), todos com cursos de mestrado.

Restrepo considera essa fase importante, na medida em que o campo interdisciplinar/transdisciplinar afeito aos Estudos Culturais como um “pensamento sem garantias” e com o compromisso político de pensar radicalmente as realidades latino-americanas, se proliferou neste território. Assim, o autor destaca o protagonismo de Catherine Walsh ao sintetizar, em 2001, a necessidade de se constituir um campo próprio para os estudos latino-americanos que permitissem a reflexão sobre o poder, a opressão e as resistências nos países latino-americanos.

O texto “¿Qué saber, qué hacer y cómo ver?...” corresponde à introdução escrita por Catherine Walsh para um livro que reúne os resultados do “Primer Encuentro Internacional sobre Estudios Culturales Latinoamericanos: Retos desde y sobre la Región Andina”, realizado em junho de 2001. Como escreve a autora, buscava-se abrir um espaço de diálogo desde a América Latina “sobre a pos-

sibilidade de (re)pensar e (re)construir os ‘Estudos Culturais’ como espaço de encontro político, crítico e de conhecimentos diversos” (RESTEPRO, 2015 p. 28).

O autor destaca que esse texto marcava uma guinada decolonial como característica dos Estudos Culturais no Equador, privilegiando os temas do estado pluriétnico e a interculturalidade. Vale ressaltar que essa tendência foi e tem sido seguida por outros programas de investigação no contexto da América Latina.

No caso do México, há que se destacar o Mestrado em Estudos Culturais da Universidad Intercultural de Chiapas, cujos eixos que o estruturam são o Filosofia Intercultural e dos Estudos Decoloniais e Interculturais, destacando-se temas como gênero, pluralismo jurídico, territórios, povos, movimentos sociais e participação política. Na Universidad Autónoma de Chiapas, o Mestrado em Estudos Culturais tem como linhas investigativas direcionadas para as questões das identidades e agências, expressas em questões de gênero, étnicas, geracionais, regionais, institucionais, religiosas, educacionais, artísticas, subjetividades, performatividade, identificações culturais, movimentos juvenis, religiosos, lgbtqia+, hacktivism, cyberpunks, ativismo digital, identidades saturadas, plenas e estáticas, pensando, ainda, as problemáticas relativas ao poder e à cultura, com destaque para as questões regionais, a história dos movimentos culturais, as políticas culturais hegemônicas e contra-hegemônicas; em uma terceira perspectiva, problematiza questões de fronteira e migração com ênfase nos processos de diásporas, de desterritorialização e reterritorialização que reconfiguram culturas, ações de violência, discriminação, mobilização forçada etc.

Na Colômbia os programas possuem diferentes perspectivas e linhas de abordagens investigando desde a problemáticas epistemológicas aos campos da comunicação e seus impactos no cotidiano, e temas ligados a gênero, subjetividades, feminismo, teoria queer, masculinidades, corpos, população indígena, racismo, raça, interculturalidade, ciberespaço, violência.

No Brasil também enfrentamos uma pluralidade de abordagens no campo dos Estudos Culturais. Há programas que privilegiam os temas afeitos aos processos de comunicação e cultura, incluindo aí a indústria cultural e seus efeitos sobre os cidadãos, os que se deslocam para os temas da cultura, fronteira e territorialidades e se dedicam a pensar a cultura pelo viés da pós-colonialidade e da interculturalidade. O Programa de Pós-Graduação

em Estudos Culturais da Universidade de São Paulo apresenta como objetivo a compreensão das intersecções entre cultura, indivíduo e sociedade, questionamento as fronteiras entre a alta cultura e a cultura de massa ou comercial, os processos de produção da cultura, os objetos culturais híbridos, configurações de grupos socialmente marginalizados, processos migratórios, assim como a crítica do próprio conhecimento em sua organização tradicional. O Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul se organiza a partir de duas linhas de pesquisa, uma intitulada Diferenças & Alteridades, que agrega estudos inter e transdisciplinares acerca das práticas socioculturais das diferenças, dos tensionamento nas relações sociais entre os grupos marcados por sua distinção, diversidade e diferença, suas resistências e práticas de luta, da produção/diluição de identidades, e outra intitulada Sujeitos & Linguagens, que considera as dimensões culturais, políticas, econômicas e discursivas que envolvem os sujeitos e seus saberes em relação a suas regiões, espaços, lugares e não-lugares, e trânsitos. Ressalte-se que, apesar de existirem ênfases nas áreas de concentração dos programas, as questões comuns ao campo dos Estudos Culturais são acolhidas nos diversos programas existentes em solo brasileiro.

Restrepo (2019) pontua que os Estudos Culturais Latino-Americanos e os intelectuais como Jesus Martín-Barbero e Nestor García Canclini, não se filiam diretamente à vertente inglesa, como a tradição estadunidense pretende afirmar. Por isso a adoção de expressões como estudos de cultura na América Latina, ou, estudos sobre comunicação e cultura, ou, ainda, estudos de cultura e poder na América Latina.

A longa tradição dos Estudos Culturais, da hegemonia às margens

A partir das contribuições de autores como Freire, Dussel, Martín-Barbero, Canclini, Restrepo, Walsh, dentre outros, e, ainda, da institucionalização dos Estudos Culturais por meio da criação de programas de pós-graduação nas universidades latino-americanas, vimos que o foco central deste amplo campo do conhecimento inter/transdisciplinar é a disputa por

epistemologias construídas radicalmente nas experiências de sujeitos e grupos que se articulam nas margens dos sistemas hegemônicos de poder.

A teoria gramsciana, principalmente a noção de hegemonia, nos permite pensar a cultura, entendida como práticas e representações, as possibilidades de cooptação, incorporação, e, também, de resistências, de criação de contra hegemônias estabelecidas nos interstícios, nos entrelugares, nas margens. Grada Kilomba, em sua exposição **Desobediências Poéticas**, realizada na Pinacoteca de São Paulo em 2019, pergunta: “Quem está no centro? E quem permanece fora, nas margens?”. Há um grande e poderoso número de sujeitos, difusos e organizados em grupos, que habitam as margens, nelas produzem, e, a partir delas, falam, tensionam, negociam, combatem as hegemônias, agenciam e constroem redes de solidariedade, sobrevivência, vivências.

bell hooks (1984), recuperada por Patrícia Hill Collins, nos leva a refletir sobre como sobreviver nesses espaços, “ao viver como vivíamos, na margem, acabamos desenvolvendo uma forma particular de ver a realidade. Olhávamos tanto de fora para dentro quanto de dentro para fora... compreendíamos ambos” (hooks, 1984, p. vii apud COLLINS, 2016, p. 100). Há, então, um outro ponto de vista para pensarmos as potencialidades da margem, que Collins chama de “vantagem epistêmica”. Se, por vezes, o feminismo negro, lugar epistêmico do qual falam as duas autoras, é empurrado para a margem, ela se torna lócus de criatividade na produção de conhecimento e nas disputas de narrativas. A margem tem sido, então, espaço de articulação de resistências das/dos estrangeiras/estrangeiros de dentro, como os nomeia Collins, para a criação de narrativas, práticas e representações contra hegemônicas, impedindo o silenciamento das vozes subalternizadas que sofrem violências interseccionais motivadas por questões raciais, de classe, de gênero, de orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária.

Agir a partir das margens é enfrentar as posições hegemônicas que buscam negar as experiências de sujeitos não hegemônicos como mulheres, indígenas, população lgbtqia+ e dissidentes de toda ordem e demonstrar suas capacidades de agenciamento nos espaços intersticiais.

Ao longo deste capítulo buscamos apresentar os Estudos Culturais como uma ferramenta importante para reflexão sobre as problemáticas latino-americanas, imbricadas no processo de globalização, na medida em

que se configura como uma ruptura epistêmica em relação ao pensamento eurocentrado. Ao mesmo tempo, institui um pacto político de defesa dos interesses das populações e sujeitos subalternizados, soergue-se a partir de uma ecologia de saberes e, ao não tomar os sujeitos subalternizados como objeto de seus estudos, mas como parceiros de agência na transformação local e global, cria uma relação outra na elaboração dos saberes e em sua circulação. Desta forma, o campo inter/transdisciplinar dos Estudos Culturais, ao longo de sua constituição e transformações subsequentes, almejou, a partir dos esforços dos intelectuais latino-americanos, a instituição de um pensamento mestiço, fronteiriço, híbrido, descolonizado, em suma, propondo um pensamento e uma práxis autônomos.

Referências

ARDAO, Arturo. **Génesis de la idea y el nombre de América Latina**. Caracas: Centro de Estudios Latinoamericanos Romulo Gallegos, 1980.

BAPTISTA, Maria Manuel. Estudos culturais: o quê e o como da investigação. **Carnets**. Revue électronique d'études françaises de l'APEF, n. Première Série-1 Numéro Spécial, p. 451-461, 2009. Disponível em http://ppg.fumec.br/ecc/wp-content/uploads/2017/06/Maria-Manuel-Baptista_estudosculturais.pdf. Acesso em 16 out. 2021.

BETHELL, Leslie. O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica. **Estudos Históricos**, v. 22, p. 289-321, 2009. Disponível em <https://www.scielo.br/j/eh/a/wDjSryQpkTFYcKBMHqwfNKD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 16 out. 2021.

BILBAO, Francisco. Iniciativa de la América. Idea de un congreso federal de las repúblicas. In: ZEA, Leopoldo (Comp.). **Fuentes de la cultura latinoamericana**. Tomo I. México: Fondo de Cultura Económica, 1995. p. 51-66.

BRADLEY, Will. Introdução. In: MESQUITA, André, ESCHE, Charles & BRADLEY, Will (comp). **Arte e ativismo: antologia**. São Paulo: MASP, 2021, p. 17-33.

BRUIT, Héctor H. A Invenção da América Latina. **Anais Eletrônicos do V Encontro da ANPHLAC**. Belo Horizonte, Anplac, 2000, p. 1-12. Disponível em http://antigo.anphlac.org/sites/default/files/hector_bruit.pdf. Acesso em 16 out. 2021.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais e globalização**. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4 ed, 6 reimp. São Paulo: Editora da USP, 2013.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

CESAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Blumenau: Letras Contemporâneas, 2010.

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8t-zzsGrvmFTKFqr6GLVMn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 17 out. 2021.

DA MOTA, João Colares; STRECK, Danilo R. Fontes da educação popular na América Latina: contribuições para uma genealogia de um pensar pedagógico decolonial. **Educar em Revista**, v. 35, p. 207-223, 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/er/a/Y3SNBNzjzKW9QxQCQLp7PW6b/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 16 out. 2021.

DINIZ, Dilma Castelo Branco. O conceito de América Latina: uma visão francesa. **Caligrama**. Revista de Estudos Românicos. Belo Horizonte, n. 12, 2007. p. 129-148. Disponível em <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/caligrama/article/view/185>. Acesso em 16 out. 2021.

DUSSEL, Enrique D. **Para una ética de la liberación latinoamericana**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Argentina Editores, 1973.

DUSSEL, Enrique. **1492: A ocultação do Outro. A origem do mito da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1993.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

FARRET, Rafael Leporace & PINTO, Simone Rodrigues. América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia. **Topoi**, vol. 12, nº 23, jul.-dez. 2011, p. 30-42. Disponível em <https://www.scielo.br/j/topoi/a/Pj-cg68zJj43JC4v53zCQCnr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 16 out. 2021.

HALL, Stuart. **Sin garantías**: trayectorias y problemáticas en estudios culturales. 2 ed. Popayán: Universidad del Cauca, 2014.

HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura**. Queluz de Baixo: Editorial Presença, 1973.

KILOMBA, Grada. **Desobediências Poéticas**. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, 2019.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação cultura e hegemonia. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2006.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido do Retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MESQUITA, André, ESCHE, Charles & BRADLEY, Will (comp). **Arte e ativismo**: antologia. São Paulo: MASP, 2021.

MIGNOLO, Walter. **La idea de América Latina**. La herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Gedisa Editorial, 2005.

RESTREPO, Eduardo, VICH, Victor & WALSH, Catherine. Práctica crítica y vocación política: pertinencia de Stuart Hall en los estudios culturales latinoamericanos. In: HALL, Stuart. **Sin garantías**: trayectorias y problemáticas en estudios culturales. 2 ed. Popayán: Universidad del Cauca, 2014, p. 27-35.

RESTREPO, Eduardo. Sobre os estudos culturais na América Latina. **Educação**, v. 38, n. 1, p. 21-31, 2015.

RESTREPO, Eduardo. ¿Quién necesita estudios culturales en Colombia? **Ciências Sociais Unisinos**, vol. 55, nº 2, 2019, p. 163-173. Disponível em http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2019.55.2.03/60747327. Acesso em 17 out. 2021.

SANTOS, Luciano dos. O Brasil como parte da América Latina: o projeto identitário-integracionista de Leopoldo Zea. **Temporalidades**, vol. 4, nº 2, ago.-dez. 2012. Disponível em <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5461/3391>. Acesso em 16 out. 2021.

SELIS, Lara. Infiltração clandestina: a questão da diferença no pensamento latino-americano. **Carta Internacional**, v. 13, n. 2, 2018. Disponível em <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/807>. Acesso em 17 out. 2021.

SOUZA, Ailton. América Latina, conceito e identidade: algumas reflexões da história. **PRACS**: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, nº 4, p. 29-39, 2011. Disponível em <https://periodicos>.

unifap.br/index.php/pracs/article/view/364/n4Ailton.pdf. Acesso em 16 out. 2021.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

A busca de conhecimento no território egípcio: uma prática dos viajantes gregos

NATHALIA MONSEFF JUNQUEIRA¹

A produção de saberes na Antiguidade e seu acondicionamento tornou-se uma prática realizada em diversas cidades na Antiguidade. Documentos antigos revelam como a observação e a prática contribuíram para o desenvolvimento de pesquisas em torno da astronomia, matemática, geografia, história e tantos outros campos do conhecimento. Ao ler esses documentos que sobreviveram ao tempo, percebe-se que os autores citavam outros autores que admiravam ou somente realizavam a tarefa de copiar, com algumas modificações, uma passagem que eles acreditavam ser importante para o seu argumento. Essas cópias aconteciam, em muitos casos, nos arquivos e nas bibliotecas espalhadas pelo mundo habitado (*oikoumenè*).

Para esse capítulo, foram selecionados três viajantes e suas obras etnográficas, que foram lidas, consultadas e criticadas ainda na Antiguidade: Heródoto (c. 484-425 a.C.), considerado por Cícero (*De Legibus*, I. 1-5), o pai da História, o historiador Diodoro Sículo (c. 90-30 a.C.) e o geógrafo Estrabão (c. 64 a.C.-23 a.C.). Em um primeiro momento, serão abordadas algumas informações a respeito da Biblioteca de Alexandria, sua localização e espaço que ocupava na produção de saberes no mundo antigo. Em

1. Docente do curso de História da UFMS/CPAN. Doutora em História Cultural pela Unicamp. Esse artigo está vinculado ao projeto “As mulheres egípcias e a construção da identidade na Antiguidade: os relatos etnográficos de Heródoto (V a.C.) e Estrabão (I a.C.-I d.C.)”, sob minha coordenação.

seguida, os dados bibliográficos dos autores e suas obras serão apresentados e, por fim, a descrição que os viajantes fazem das Pirâmides do Egito, consideradas uma das Sete Maravilhas do Mundo Antigo.

Dessa maneira, tem-se como objetivo demonstrar como as pesquisas e consultas nos acervos e nas bibliotecas tornaram-se uma prática comum dos escritores da Antiguidade. Através da narrativa a respeito das Pirâmides do Egito realizada pelos escritores selecionados, abordar-se-á como as informações eram adquiridas e como elas circulavam entre os círculos responsáveis pela produção de saberes na Antiguidade.

Esses viajantes apresentam dois pontos importantes de serem ressaltados: o primeiro refere-se ao fato deles escreverem em grego, ou seja, compatilham elementos da cultura grega no momento que entravam em contato com outros povos e desenvolviam suas narrativas sobre eles. Além desse ponto em comum, outro importante detalhe considerado na seleção desses autores se refere ao fato deles terem permanecido um período de tempo no Egito e dedicado um livro de suas obras a esse território.

Devido ao fato da eleição da região egípcia como um elemento em comum a esses três autores, faz-se necessário uma exposição de algumas informações sobre a cidade de Alexandria, local onde se encontrava a biblioteca definida como um dos locais de produção de conhecimento do mundo conhecido. Essa localidade foi fundada por Alexandre III da Macedônia em 331 a.C., em um período de expansão de sua área de influência política e cultural no século IV a.C. O Egito, até o momento da invasão dos macedônicos, era uma das sátrapas persas, devido a expedição militar de Cambises em 525 a.C. (HERÓDOTO. *Histórias*, II. 1), que assegurou o domínio dessa região nas mãos dos persas. Segundo Diodoro Sículo, o rei macedônico

decidiu fundar uma grande cidade no Egito e ordenou, aos que deixou nessa região, esta tarefa de que construíssem a cidade entre o lago e o mar. Após medir o espaço e dividir os bairros... chamou a cidade de Alexandria, situada de maneira muito conveniente, perto do porto de Faros. (*Biblioteca Histórica*, XVII. 52-2).

O relato que Estrabão faz da fundação de Alexandria difere, em parte, deste apresentado acima. Segundo o geógrafo, os primeiros reis do Egito eram contrários à importação de mercadorias e, por extensão, aos navegadores, principalmente os gregos, considerados “ladrões (πορθηται) e inve-

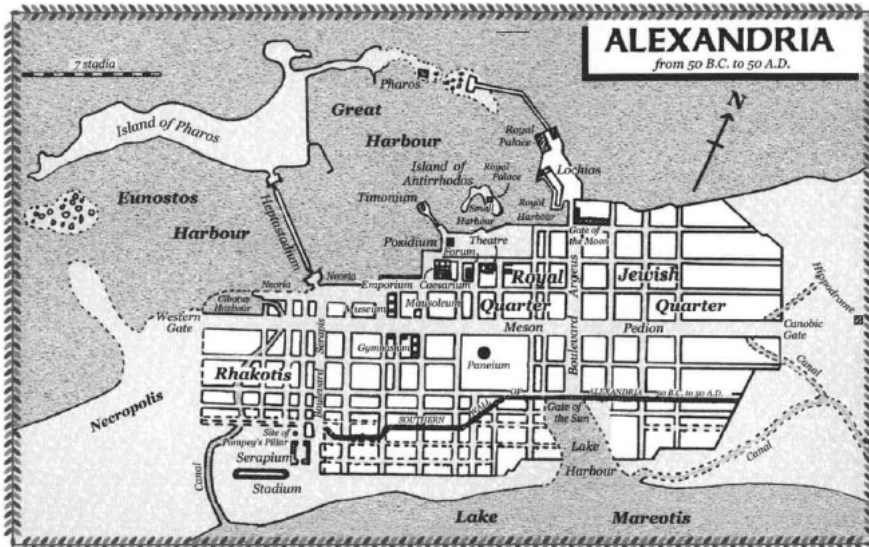
josos” (ἐπιθυμηταί) (*Geografia*, XVII. 1-6). Continuando o seu relato, uma parte da atual Alexandria teria sido cedida aos membros da guarda de Alexandre, uma vila chamada Facontis. Alexandre, percebendo a comodidade do local, decidiu fortificá-la diante do porto.

Com a morte de Alexandre em 323 a.C., todas as regiões conquistadas pelo rei macedônico foram divididas entre os seus generais mais próximos, denominados de diádocos: Antígono fica responsável pela região dos Balcãs, Seleuco, pela Ásia e Ptolomeu I Soter — filho de Lago —, torna-se governante das terras do Egito. Segundo Rudolph Blum, este assume o título de “rei” (2001, p. 95) em 305 a.C., iniciando o período dos lágidas no poder. Essa dinastia foi a responsável por iniciar “os suntuosos investimentos para transformar a cidade na autêntica representante da linhagem herdeira dos ideais de seu fundador” (CLÍMACO, 2008, p. 01), Alexandre III.

Estrabão não relata somente como o rei macedônico idealizou a fundação dessa cidade, mas também como ela estava configurada no período que ele permaneceu neste território, que já havia sido conquistado pelos romanos, tornando-se uma *provincia Caesaris*² nas décadas finais do I a.C.

A forma do local da cidade é a de uma clâmide (ou manto militar). Os lados, que determinam o comprimento, são circundados por água... Toda a cidade é cortada por estradas de passagem de cavaleiros e bigas. Dois deles são muito largos, excedendo um pleuro em largura e cortam um ao outro em ângulos retos. Também contém belos jardins públicos e palácios reais, que ocupam um quarto ou mesmo um terço de toda a sua extensão. Pois como cada um dos reis desejava adicionar algum esplendor aos locais dedicados ao uso público, assim, além dos edifícios já existentes, cada um deles ergueu um edifício às suas próprias custas; portanto, a expressão do poeta pode ser aqui aplicada, “há construção sobre construção”. Todos os edifícios estão conectados uns aos outros e com o porto, e também aqueles que estão além dele (*Geografia*, XVII. 1-8).

2. De acordo com Davide Faoro (2014), o Egito teria sido a primeira *provincia Caesaris* e a primeira província governada por um equestre.



FONTE MACLEOD, Roy. *The Library of Alexandria: Centre of Learning in the Ancient World*. London; New York: I.B.Tauris & Co Ltd, 2010, p. X.

Diodoro Sículo também se refere ao formato da cidade como sendo “parecida com uma clâmide” (*Biblioteca Histórica*, XVII. 52-2), com ruas largas que cortam a cidade, que é admirável em tamanho e beleza, pois estaria adornada com casas e templos luxuosos. Diodoro Sículo afirma que Alexandre mandou construir um palácio magnífico por seu tamanho e solidez e que tal palácio sofreu ampliações dos “reis que governaram após Alexandre até os nossos dias” (*Biblioteca Histórica*, XVII. 52-2). Finalizando o seu relato acerca dessa urbe, o historiador siciliano opina que, nos últimos anos, a cidade havia crescido a tal ponto, que muitos afirmariam que seria a primeira cidade do mundo civilizado, por sua beleza, tamanho, objetos de luxo, além de ter “mais de trezentos mil” habitantes (*Biblioteca Histórica*, XVII. 52-2).

A cidade tinha uma localização estratégica e privilegiada, nas proximidades do delta do Nilo. De acordo com a narrativa de Estrabão, este rio “penetra por múltiplos canais, de cima e das laterais, de onde chegam importações em maior quantidade que do mar, de forma que o porto do lago é mais rico que o porto marítimo” (*Geografia*, XVII. 1-7). Para Cynthia Mota, essas qualidades de Alexandria “atraíram judeus, gregos das mais diversas cidades, macedônicos e trácios, transformando-a, desde o início, em lugar

cosmopolita com a presença do Museu e da Biblioteca” (2008, p. 46). Para Daniel de Figueiredo (2012, p. 72), a circulação de pessoas oriundas de diferentes lugares favorecia não somente as trocas de bens materiais, mas também as trocas culturais, ou seja, a cidade não atraía somente comerciantes (CLÍMACO, 2008), mas, devido as notícias a respeito da biblioteca, diversos historiadores, filósofos, geógrafos, astrônomos foram atraídos para realizar suas pesquisas nesse local, como Diodoro Sículo e Estrabão.

Diodoro Sículo explicita, no livro I de sua obra *Biblioteca Histórica*, que percorreu a região egípcia, afirmando “que o território havia sido governado por homens durante pouco menos que cinco mil anos, até a centésima octogésima Olimpíada, o período que visitamos o Egito e reinava Ptolomeu, chamado de ‘Novo Dionísio’ (*Biblioteca Histórica*, I. 44-1), ou seja, entre os anos de 60 a 56 a.C. Outro dado que confirmaria essa estada desse viajante na terra dos faraós, de acordo com Francisco Parreu Alasa (2001, p. 8) seria a passagem encontrada no Livro I (83-9), na qual o siciliano descreve que se encontrava no Egito no momento em que Ptolomeu XI Auletes estava aguardando ser reconhecido pelos romanos como governante daquela região, que se concretizaria em 59 a.C. Segundo Mota (2008, p. 20), o autor teria permanecido por quatro anos nessa região, pesquisando na mais importante biblioteca do mundo antigo, a Biblioteca de Alexandria.

Muitas das informações a respeito da sua vida e das suas viagens são relatadas pelo próprio historiador, originário da Sicília, na sua obra. Diodoro Sículo indica que nasceu em Agirio, na Sicília: “ἡμεῖς γὰρ ἐξ Ἀγυρίου τῆς Συκελίας ὄντες” (*Biblioteca Histórica*, I. 4-4), atualmente batizada de Agira, localizada na província de Ena. Esse historiador teria nascido por volta do ano 90 a.C., vindo a falecer em torno do ano de 30 a.C. Devido ao fato da Sicília já ser um território administrado por Roma, foi através do contato com esses romanos que ele aprendeu o latim e teve acesso aos arquivos para as suas pesquisas (MOTA, 2008, p. 20), como ele mesmo afirma no início da *Biblioteca Histórica*: “e por causa do contato com os romanos naquela ilha, adquirimos um grande conhecimento da sua língua, razão pela qual apreendemos exatamente todos os eventos desse império, registros guardados entre eles desde um longo período de tempo” (DIODORO. *Biblioteca Histórica*, I. 4-4). Apesar de conhecer o latim, toda a sua obra foi redigida em grego.

Esta narrativa teria levado trinta anos para ser escrita e despendido muito tempo e enfrentado muitos perigos para a sua confecção, como ele mesmo afirma:

Portanto, vendo que essa empresa, embora muito útil, porém exigiria muito trabalho e tempo, foram dedicados a ela trinta anos e, com muitas dificuldades e perigos, visitamos grande parte da Ásia e da Europa para observar com os nossos próprios olhos todas as partes mais necessárias e possíveis (DIODORO. *Biblioteca Histórica*, I. 4-1).

Apesar da dificuldade que os historiadores encontram na datação da redação das obras na Antiguidade, Alasa (2001, p. 8) afirma que a *Biblioteca Histórica* deve ter sido escrita após a divinização do cônsul romano Júlio César, ocorrida em 44 a. C., fato este mencionado pelo siciliano: “Gaio Júlio Cesar, designado ‘deus’ por causa de seus feitos bélicos.” (*Biblioteca Histórica*, I. 4-7). A estrutura da obra é explicada pelo próprio autor (*Biblioteca Histórica*, I. 4-6): os seis primeiros livros tratam dos fatos e mitos anteriores aos troianos, destes, os três primeiros são destinados a descrição dos povos não-gregos e os três últimos, quase que exclusivamente, aos gregos; os onze livros posteriores narram a história universal da Guerra de Tróia até a morte de Alexandre Magno, os vinte e três livros restantes se referem ao princípio das Guerras Gálicas e expansão da Império Romano até as ilhas Britânicas, em 55 a.C. (OLDFATHER, 1989, p. XIV).

Outro frequentador da Biblioteca de Alexandria foi o geógrafo Estrabão, contemporâneo do historiador siciliano, nascido entre os anos de 64-63 a.C.,³ em Amasia e morto provavelmente em 25 d.C. Esse geógrafo de origem grega, teria nascido após a anexação da região do Ponto como província romana e escreveu suas obras entre o século I a.C. e I d.C. De acordo com Daniela Dueck (2000, p. 06), essa ligação da família do amasiano com o círculo governamental na região do Ponto teria facilitado sua inserção entre os escritores e oficiais que faziam parte da rede de sociabilidade do Imperador Augusto. Deve-se ressaltar que Estrabão partilha de dois mundos

3. Para mais detalhes a respeito do debate em torno da data de nascimento de Estrabão, ver SILVA, Bruno dos Santos; GUARINELLO, Norberto Luiz. Estrabão e as Províncias da Gália e da Ibéria: um estudo sobre A Geografia e o Império Romano. 2013. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-29072013-100434/>>.

culturais: o grego, uma vez que sua educação (*paideia*) gira em torno da cultura grega; e romana, já que ele teria acompanhado os generais romanos, escolhidos pelo próprio Imperador, nas viagens empreendidas pelas terras conquistadas.

A obra intitulada *Geografia*, que chegou até nós, seria o resultado das jornadas realizadas pelo geógrafo pelas diversas partes da atual Europa, África e Ásia. Conforme o próprio autor, ele percorreu do Oeste da Armênia até a costa da Tirrenia, oposta a Sardenha; e na direção sul, do Mar Euxino até as fronteiras da Etiópia. Teria sido o homem que mais viajou para a confecção de uma obra (*Geografia*, II. 5-11), justificando sua premissa de que as viagens são fundamentais para quem queria seguir pelo campo da Geografia.

Estrabão teria vivido em Alexandria entre os anos de 25-20 a.C., tornando-se amigo do governador da província do Egito, Élio Galo. Ele o acompanhou em sua jornada desde a Syene (atual Assuã) até as fronteiras da Etiópia (*Geografia*, II. 5-12). Entretanto, essa viagem não se restringiu a seguir esses oficiais, mas também para complementar seus estudos e pesquisas na Biblioteca de Alexandria, determinante para selecionar as passagens dos textos de seus antecessores que estão relatadas em seu texto (JONES, 1960, p. XX).

Apesar de ser conhecida e frequentada por diversos escritores da Antiguidade, como os autores selecionados para esse texto, as informações a respeito da elaboração, construção e funcionamento da Biblioteca de Alexandria tornam-se um desafio para os historiadores modernos. De acordo com Roy MacLeod (2010), a primeira informação a respeito da Biblioteca de Alexandria que sobreviveu “é a Carta de Aristeias (180-145 a.C.), pela lenda escrita por um estudioso judeu que era empregado na Biblioteca” (2010, p. 02). Segundo essa lenda, a construção do edifício teria sido aprovada por Ptolomeu II, que procurou Demétrio de Faleros (TRACY, 2000, p. 343), aluno de Aristóteles, para estabelecer uma biblioteca na cidade de Alexandria: “Depois que Demétrio de Faleros foi nomeado chefe da biblioteca do rei (βασιλέως βιβλιοθήκη), ele recebeu grandes somas de dinheiro para adquirir, se possível, todos os livros do mundo e, fazendo compras e transcrições, ele cumpriu — tanto quanto pôde —, o plano do rei.” (ARISTEIAS. *Carta a Filócrates*, IX). A informação de que Demétrio de Faleros era o responsável pela aquisição de obras para a biblioteca também é encontrada

em Epifânio (*Patrologia graeca*, v. 43, col. 250 e 252), Tertuliano (*Apologia*, XVIII. 5), Clemente de Alexandria, (*Miscelânea*, I.22.148.1), Flávio Josefo (*Antiquitates Judaicae*, XII.12) entre outros autores antigos.⁴

Entretanto, esses autores antigos divergem a respeito de qual rei egípcio teria iniciado a construção da biblioteca: Ptolomeu I, conhecido como Sóter ou Ptolomeu II, o Filadelfo. Blum (2011), afirma que a ordem para a construção do Museu e da Biblioteca partiu de Ptolomeu I, e não de seu filho, Ptolomeu Filadelfo. Em sua obra, o autor supracitado disserta a respeito do período que o filósofo e legislador Demétrio de Faleros⁵ se refugia na corte de Ptolomeu I em 297 a.C., após ser expulso de Atenas. Rapidamente ele é inserido na rede de sociabilidade do rei egípcio, tornando-se o “primeiro entre os amigos do rei” (BLUM, 2011, p. 100). Entretanto, com a chegada de Ptolomeu II ao poder, Demétrio foi enviado para outra região do Egito, pois teria aconselhado Ptolomeu I a não escolher o Filadelfo como o seu sucessor no trono.

A biblioteca fundada pelos Ptolomeus atingiu grande prestígio nas dinastias posteriores, patrocinada pelos lágidas, com o intuito de atrair o maior número de sábios do mundo conhecido para Alexandria. Ptolomeu III solicitou que vários livros fossem enviados à biblioteca para serem copiados, ampliando, assim, o acervo com textos de diversas origens e temáticas. Dessa forma, a Biblioteca de Alexandria torna-se uma das bibliotecas reais que foram “estabelecidas em todos os centros helenísticos — por prestígio, por cultura e inteligência — e para fins práticos de administração e poder” (MACLEOD 2010, p. 03).⁶

Para comportar toda essa documentação, esse edifício “era composto por diversas alas e pórticos, com filas de prateleiras ou *theke*, dispostas ao longo de passagens cobertas” (MACLEOD 2010, p. 04). De acordo com a pesquisa desenvolvida por Cynthia Mota, os livros, que eram organizados por rolos, continham os “*pínakes*” (2008, p. 47), um resumo do conteúdo de cada obra. Conforme descrito por F. Javier Gómez Espelosín (1996), Calí-

4. Os organizadores Peter Stork, Jan Max van Ophuijsen e Tiziano Dorandi, na obra *Demetrius of Phalerum: Text, Translation and Discussion*, apresentam cento e setenta e seis passagens de obras produzidas na Antiguidade nas quais Demétrio de Faleros é citado.

5. Sobre Demétrio de Faleros, consultar a obra citada na nota anterior, principalmente o capítulo intitulado *Demetrius of Phalerum: Who was He and Who was He Not?*

6. Joana Clímaco (2013) versa a respeito das críticas realizadas por Vitruvius e Sêneca em relação à posição que a Biblioteca de Alexandria ocupava naquele momento.

maco, quando esteve responsável pela administração da biblioteca alexandrina, foi encarregado de classificar todas as obras existentes através dos pínakes. Os pínakes também continham várias informações sobre os autores das obras gregas encontradas nesse edifício, sendo esse sistema de catalogação copiado por outros bibliotecários do mundo antigo (BLUM, 2011).

A localização da biblioteca ainda é incerta. De acordo com autores consultados para esse capítulo, ela ficaria localizada no mais importante distrito de Alexandria, o bairro real, que abrigava o Museu e a Biblioteca. Na narrativa de Estrabão, somente encontramos a descrição do Museu, o espaço dedicado às Musas:

O Museu faz parte dos palácios. Possui um passeio público e um recinto mobilado com cadeiras, e um amplo salão, onde os homens de saber, pertencentes ao Museu, fazem as suas refeições comuns. Esta comunidade também possui propriedades em comum; e um sacerdote, anteriormente nomeado pelos reis, mas atualmente por César, preside o Museu. Uma parte pertencente aos palácios consiste no chamado Sema, um recinto, que continha os túmulos dos reis e o de Alexandre (*Geografia*, XVII. 1-8).

Conforme MacLeod, “no recinto da Biblioteca encontravam-se duas instituições, o Museu e a própria biblioteca, com propósitos sobrepostos, mas jurisdição separada — a *biblion* (ou local de livros) para estudiosos e o *mouseion* dedicada às Musas.” (2010, p. 03), localizada no bairro denominado Brúquion (CONQUEUGNIOT, 2013).

A Biblioteca de Alexandria não seria o primeiro lugar de armazenamento de produção escrita na Antiguidade. Os antigos reinos dos hititas e dos assírios tiveram impressionantes arquivos, como aquele localizado na cidade síria de Mari, supostamente em vários idiomas, e a biblioteca mais famosa do Antigo Oriente Próximo era a Biblioteca de Assurbanipal em Nínive, fundada no século VII a.C. pelo rei assírio Assurbanipal, que governou entre os anos de 668 a 627 a.C. Outra biblioteca conhecida era a da Babilônia e pode ser datada no tempo de Nabucodonosor (605-562 a. C).

Gaëlle Coqueugniot (2013) afirma, em seu livro *Archives et bibliothèques dans le monde grec: édifices et organisation, v^e siècle avant notre ère — II^e siècle de notre ère*, que existiu uma prática de criação de bibliotecas reais espalhadas por diversas cidades no período helenístico, como a de Pérgamo e de Alexandria. Além dessas bibliotecas reais, as denominadas

bibliotecas públicas também ganham destaque nesse momento de expansão do helenismo, como aquelas fundadas nas cidades de Atenas, Cós e Rodes.

Estrabão também informa a respeito da Biblioteca de Aristóteles, que recebeu “Erasto, Corisco e Neleu filho de Corisco, este último um homem que não foi apenas aluno de Aristóteles e Teofrasto, mas também herdou a biblioteca de Teofrasto, que incluía a de Aristóteles” (*Geografia*, XIII. 1-54). Coqueugniot (2013, p.39) afirma que essa biblioteca de Aristóteles fazia parte de uma tradição literária de coleções privadas de livros realizadas por certos homens de letras atenienses, como Eurípides, Platão e o próprio Aristóteles, devido ao comércio de livros desenvolvido em Atenas.

A Biblioteca e o Museu de Alexandria tornaram-se locais de produção de conhecimento (MOLLER, 2019), porém não estavam ligados a nenhuma escola filosófica ou doutrina. No caso de Diodoro Sículo e Estrabão, eles se deslocam para o Egito com o intuito de realizar os seus estudos nesse espaço, que já era conhecido pela quantidade de exemplares mantidos em seu acervo. Segundo Mota, pelo fato de os cientistas homens de letras viverem nessa instituição e receberem moradia e alimentação, permitindo uma dedicação total aos estudos, tal prática acabou atraindo para a cidade uma “grande quantidade de pessoas que se dedicavam aos estudos de toda natureza” (2008, p. 46).

Entretanto, Bernad Legras afirma que ela era uma “biblioteca ‘fechada’, reservada a “uma elite cultural e de nascimento” (2002, p. 123), contudo, os acadêmicos residentes tinham alguma liberdade acadêmica, talvez até estabilidade” (MACLEOD, 2010, p. 05). Por outro lado, Coqueugniot ressalta que essa biblioteca, assim como outras do período helenístico, tinha um acesso limitado, ou seja, a consulta à documentação “era controlada e necessitava de autorização real” (2013, p. 39).

Dessa maneira, pode-se deduzir que Estrabão e Diodoro Sículo preferiam ou tinham acesso a essa elite cultural. O geógrafo, como informado anteriormente, era amigo de Élio Galo, prefeito dessa região, o que teria facilitado o seu acesso à biblioteca. Outros alunos que frequentaram o complexo do Museu e da Biblioteca são conhecidos: Apolonio de Rodes, Arquimedes, Euclides, Eratóstenes, nomes famosos e que, de certa maneira, referendavam esses espaços como produtores de saberes na Antiguidade. No caso do historiador siciliano, imagina-se que ele também fazia parte de uma família abastada (ALASA, 2001; MOTA, 2008), o que permitiu que

realizasse as viagens, que ele descreve em sua obra, e pudesse passar muitos anos escrevendo a *Biblioteca Histórica*, que era composta por 40 livros, porém, poucos livros sobreviveram até a atualidade.

Em conformidade com as informações de autores da Antiguidade, a biblioteca seria queimada nas Guerras Alexandrinas em 48 a.C., quando Julio César, após ter invadido o Brúquion, foi atacado pelas tropas egípcias. (BLUM, 2011). Aulo Gélio (*Noctes Atticae*, VII. 17-3.4) afirma que o incêndio não foi causado de forma intencional (*non sponte neque opera consulta*) pelos soldados auxiliares romanos. Sêneca, o jovem, comenta que quarenta mil exemplares foram queimados nesse incêndio. Essa informação, provavelmente, foi copiada da obra *História de Roma*, escrita por Tito Lívio, porém, essa “relevante seção não sobreviveu” (BAYNES, 2010, p.70) aos séculos. Para Robert Baynes, (2010) é difícil afirmar se a biblioteca foi incendiada durante a invasão romana ao território egípcio no I a.C., pois sua localização era incerta, como mencionado anteriormente. Se isso aconteceu, o autor citado anteriormente (2010) acredita que somente uma pequena área tenha sido atingida pelo fogo.

A destruição final da biblioteca do museu ocorreu por volta do ano de 272 d.C.. Segundo o relato de Amiano Marcelino, que escreve no V a.C., a própria Alexandria foi ampliada, não gradativamente, como outras cidades, mas logo no início, em grandes dimensões, e por muito tempo foi minada pelas disputas internas, até finalmente, depois de muitos anos, quando Aureliano era imperador, a escala das desavenças cívicas culminou em um conflito mortal. Suas muralhas foram derrubadas e a cidade perdeu a maior parte da área que era chamada de Brúquion e que, há muito, era a morada de seus homens mais ilustres (*Rerum Gestarum*, XII. 16-15).

Apesar da Biblioteca de Alexandria não existir no tempo de Heródoto, o terceiro autor selecionado para esse capítulo, a sua investigação acerca da cultura e da história egípcia pôde ser realizada devido aos sacerdotes, que se tornaram sua fonte de informações. Nascido em Halicarnasso por volta de 485 a.C., em uma família abastada, Heródoto teve a oportunidade de viajar pelo Egito, Líbia, Fenícia e Babilônia, Grécia e a região chamada de Magna Grécia. O historiador grego dá indícios em sua obra que esteve no Egito, Tiro, Arábia, Esparta, Delfos e Beócia. As tentativas para datar estas jornadas acabam se tornando hipotéticas ou fantasiosas. Para alguns historiadores, ele teria estado no Egito após o ano de 460 a.C. (GODLEY, p. VIII)

e teria viajado pelo Oriente antes de se estabelecer em Atenas (ASHERI *et al.*, 2007, p. 07).

Diodoro Sículo informa, em seu texto, a necessidade de “citar quantos gregos célebres por sua inteligência e educação se deslocaram ao Egito nos tempos antigos para que se inteirassem dos costumes e da educação desse local” (*Biblioteca Histórica*, I. 96-1). Embora o historiador siciliano, na continuação dessa passagem, não mencione Heródoto, explicita essa prática de deslocamento de filósofos, historiadores e literatos para o Egito em busca de conhecimento, além de relatar a opinião dos sacerdotes, que são categóricos em informar “que foi importado do Egito tudo aquilo pelo qual eles eram admirados entre os gregos” (*Biblioteca Histórica*, I. 96-2).

No livro II que compõe a *Histórias*, após descrever aquilo que ele viu enquanto se deslocava pelo território egípcio (HERODOTO. *Histórias*, II. 99), Heródoto passa a descrever aquilo que ele ouviu dos sacerdotes. Diodoro Sículo, no Livro III, também recorre aos sacerdotes como uma das fontes sobre esse território e a localidade vizinha, a Etiópia:

Durante o período em que visitamos o Egito, tratamos com muitos sacerdotes e também conseguimos relatos de muitos embaixadores vindos da Etiópia; depois de nos informamos por estes de cada coisa com exatidão e depois de comprovar os relatos dos historiadores, fizemos a nossa descrição seguindo os que mais coincidem entre si (DIODORO. *Biblioteca Histórica*, III. 11-3).

Dessa forma, percebe-se que esses autores contavam com os sacerdotes para ter acesso às informações sobre o Egito, principalmente sobre a história e a religião desse povo. Entretanto, diferente de Heródoto, o historiador siciliano indica ao seu leitor que suas fontes serão confrontadas com os relatos de outros historiadores. Contudo, ele ressalta que seus antecessores não realizaram um trabalho de qualidade ao relatar os fatos da humanidade desde o início dos tempos até a sua época: “fixando nossa atenção nos escritores anteriores a nós, consideramos em grande parte seus objetivos; entretanto, não acreditamos que suas obras foram compostas de forma mais conveniente e exequíveis” (*Biblioteca Histórica*, I. 3-1). Torna-se importante sublinhar que essa prática de confrontar as obras produzidas empenhada por Diodoro Sículo foi possibilitada pelo seu acesso aos acervos e às biblio-

tecas encontradas em diversas cidades pertencentes ao mundo habitado, como a Biblioteca de Alexandria.

Outra informação relevante quando se analisa as fontes no Egito Antigo é referente aos templos e tumbas se tornarem espaços de representação dos fatos históricos, religiosos ou culturais desse território. Platão já havia reportado essa prática no encontro entre Sólon e os sacerdotes egípcios quando afirmavam que “qualquer evento ocorrido que seja nobre ou grande ou de qualquer forma conspícuo, seja em seu país ou no nosso ou em algum outro lugar de que saibamos por relatório, todos esses eventos são registrados desde a antiguidade e preservados aqui em nossos templos” (Timeu, 23a). Dessa forma, Faiza M. Haikal (2008) avança a possibilidade de que as fontes de Heródoto extrapolassem os sacerdotes e incluíssem as imagens que ele observava nos templos e outros espaços designados para a conservação da história ou de outros dados considerados importantes de serem resguardados, uma vez que templos e tumbas funcionavam como bibliotecas, assim como suas paredes preservam os livros religiosos mais antigos e mais longos que temos no Egito e talvez no mundo, desde os Textos da Pirâmide que datam de meados do terceiro milênio a.C., até as últimas inscrições do Templo de Philae no século V d.C.; além de registros histórico, textos geográficos e uma grande variedade de inscrições e cenas forneciam informações valiosas sobre a economia do país, sua vida social e o nível de suas realizações científicas (HAIKAL, 2008, p. 39).

Assim, compreende-se a necessidade que este historiador faz, em seu relato, de sentenças como eu vi (*opsis*) e eu ouvi, (*akoê*), ou quando deixa explícitas as suas dúvidas, as suas intenções ao relatar algum mito ou acontecimento, opiniões e pensamentos, recorrentes em todo o texto. Portanto, quando é grafado em sua obra “eu ouvi”, remete-se às fontes orais consultadas por Heródoto, que no caso da história do Egito seriam os sacerdotes dos templos ou os tradutores contratados por ele. Quando ele utiliza a expressão “eu vi”, infere-se uma observação pessoal realizada pelo grego de um acontecimento ou das imagens encontradas nos templos.

Apesar de viajarem por diferentes partes do mundo conhecido em momentos históricos distintos, Heródoto, Diodoro Sículo e Estrabão procuraram informações que os auxiliassem em suas investigações (ἱστορία), uma vez que esses autores buscavam respostas não mitológicas para as suas

indagações. Essas buscas resultaram em três obras, que apresentam distintos fundamentos para a sua produção.

No caso do relato herodotiano, a sua obra nos ajuda a mapear por onde teria viajado para a investigação de alguma região ou na busca por informação acerca das razões para bárbaros e gregos guerrearem, como informado no prólogo de sua obra:

Eis a exposição das investigações de Heródoto de Halicarnasso para que os feitos dos homens não se percam no tempo, e para que não fiquem sem renome as grandes e admiráveis empresas, tanto dos bárbaros quanto dos gregos; e, sobretudo, a razão por que guerrearam uns contra os outros (HERÓDOTO. *Histórias*, prólogo).

A obra *Histórias*⁷ teria sido redigida em dialeto jônico e em um estilo simples e direto (WATERS, 1996, p. 28). A região onde Halicarnasso, local atribuído para o nascimento de Heródoto, estava localizada facilitou o encontro da cultura grega e a oriental e esse contato possibilitou que o pensamento racional e inquisitivo aflorasse, tornando possível que os filósofos procurassem uma compreensão diversa daquela proposta pelo mito para as manifestações da natureza (MORAIS, 2004, p. 20). Dessa forma, as viagens realizadas pelo historiador seriam necessárias para a aplicação do método investigativo adotado por ele e imprescindível para explicar o comportamento das cheias do Nilo ou as diversas práticas sociais descritas na obra, por exemplo.

Diodoro Sículo informa aos seus leitores o objetivo de sua narrativa nos primeiros capítulos do Livro I (*Biblioteca Histórica*, I. 2-8), ao explicar que a produção desse texto histórico visa a justiça, proporciona uma grande experiência aos estudiosos e que seria a mais útil de todas (*πραγματείαν δὲ πασῶν εὐχρηστοτάτην*): “Se alguém descrevesse da melhor forma os fatos de todo o mundo transmitidos à memória como os de uma única cidade começando desde os tempos mais antigos até a sua própria época, é evidente

7. Esta narrativa está dividida em nove livros. Os primeiros quatro livros descrevem os povos não-gregos, chamados de bárbaros pelo historiador grego: lídios, egípcios, babilônios, persas, citas, entre outros, relatando a geografia, história, antropologia, costumes sexuais, matrimônio, crenças religiosas, cultos fúnebres e a cultura das regiões envolvidas nessa guerra e os livros seguintes, relatam as conquistas dos povos persas e as batalhas que envolveram gregos e persas no V a.C.

que realizaria um trabalho imenso, porém ele teria composto a obra mais útil de todas para os aficionados em ler”. (*Biblioteca Histórica*, I. 3-6).

No caso da *Geografia*,⁸ os dois primeiros tratam de assuntos metodológicos a respeito da ciência geográfica; além de reiterar a finalidade de sua obra: ela é importante para o conhecimento dos céus e das coisas da terra e do mar, das plantas e das frutas e para as atividades dos governantes e comandantes. Outra intenção de Estrabão ao escrever a sua obra seria a de contribuir, com novas informações, para a ampliação do conhecimento do mundo habitado além de ajudar o novo Imperador, Augusto, na administração do Império (*Geografia*, I. 1-16). O geógrafo sublinha que sua empreitada é colossal e que, ao se lidar com tantos fatos e coisas, sua obra seria digna de um filósofo (τῆς τοῦ φιλοσόφου πραγματείας εἶναι νομίζομεν, εἴπερ ἄλλην τινά, καὶ τὴν γεωγραφικὴν, ἣν νῦν προηγήμεθα ἐπισκοπεῖν. ὅτι δ’ οὐ φαύλως νομίζομεν ἐκ πολλῶν δῆλον) (*Geografia*, I. 1-1). Já os outros quinze, apresentam a descrição de várias regiões do mundo conhecido, do Ocidente e do Oriente, além de um pouco de história de alguns povos e seus costumes (SILVA, 2013, p. 48).

Os relatos etnográficos não seriam uma novidade para esses autores. Na leitura de suas obras, nota-se que eles dialogam com outros viajantes que os antecederam: Homero — denominado pelo amasiano como o primeiro geógrafo —, Hecateu de Mileto, único autor em prosa contemporâneo que Heródoto faz referência, o poeta Êsquilo, Eratóstenes, e Políbio, entre outros. Ao se comparar os livros nos quais o relato sobre o Egito se torna o tema central, as evidências dos autores com os quais Estrabão dialogaria estão mais explícitas: Homero, Diodoro Sículo, e Heródoto.

Por meio da leitura dessas três narrativas, verificou-se que diversos tópicos relatados pelo geógrafo, como política, religião, geografia, etnologia, mitologia, história, filosofia, botânica e zoologia, são muitos semelhantes aos narrados por Heródoto e Diodoro Sículo. Assim sendo, a motivação para a escolha desses três autores para a composição desse capítulo foi devido a essa coincidência nesses relatos produzidos no mundo antigo.

Retornando a narrativa referente ao Egito, Heródoto passa a narrar a trajetória de todos os faraós, como governaram esse território e suas em-

8. Embora a obra que tenha sobrevivido escrita por Estrabão seja a *Geografia*, não se pode deixar de mencionar que o geógrafo produziu uma primeira narrativa que tinha “o intuito de continuar as *Histórias* de Políbio”, segundo Airtton Pollini (2017, p. 222), intitulada *Commentários históricos*.

preitadas, como o caso da construção das Pirâmides, localizadas na planície de Gizé. De acordo com o historiador, a primeira pirâmide “é feita de pedras polidas e têm figuras gravadas. Dez anos foi o tempo necessário para a sua construção e das câmaras subterrâneas, na colina sobre a qual se erguem as pirâmides. Quéops fez construir as câmaras com suas tumbas numa ilha, levando-lhes água de um canal do Nilo. A própria pirâmide consumiu vinte anos de trabalho...” (*Histórias*, II. 124).

Na narrativa de Diodoro Sículo, a maior das três pirâmides, “enumeradas entre as sete obras maravilhosas” (*Biblioteca Histórica*, I. 63-1), seria uma realização de Quéops, que teria governado por cinquenta anos. As pirâmides, nas palavras do siciliano, “produzem um admirável estupor a quem as contempla pela magnitude de suas obras e pela execução de sua técnica... E está construída toda de pedra dura, de elaboração difícil, mas de duração eterna...” (*Biblioteca Histórica*, I. 63-2-5). No que tange ao relato herodotiano, esse faraó governou por cinquenta anos (*Histórias*, II. 127-1) e que a construção desse espaço teria sido um trabalho que oprimia os construtores, que levaram dez anos na construção de uma estrada por onde as pedras foram arrastadas até o local escolhido para a elevação da primeira pirâmide (*Histórias*, II. 124).

Em ambas as explicações destes historiadores, há um esforço em descrever inúmeros detalhes a respeito das pirâmides, como o material, as medidas da base e dos lados, quem ordenou a construção e suas opiniões acerca de cada governante. Por outro lado, na apresentação que Estrabão faz de uma das sete maravilhas do mundo antigo, observa-se um breve relato das pirâmides como um todo. Ao detalhar os arredores de Mênfis, informa que há um tipo de montanha,

e nela há numerosas pirâmides, as tumbas dos reis, cujas três são notáveis; e duas dessas estão até numeradas entre as Sete Maravilhas do Mundo... são quadrangulares no formato, e sua altura é um pouco maior que o comprimento de cada dos lados; e uma deles é somente um pouco mais larga que a outra (*Geografia*, XVII, 1.33).

Ou seja, no trecho acima é possível observar que o geógrafo não faz menção ao nome dos construtores das pirâmides, nem se detém na descrição dos detalhes que possibilitaram as pirâmides a figurarem entre as maravilhas arquitetônicas do mundo antigo.

Entretanto, na continuação do relato, um nome é mencionado: o da cortesã Rodópolis: “Agora essas pirâmides estão perto uma da outra e no mesmo nível; mas mais distante... está a terceira, que é muito menor que as outras duas, embora construída em muito maior valor... Ela é chamada de ‘Tumba da cortesã’, tendo sido construída por seus amores...” (*Geografia*, XVII, 1.33).

No que diz respeito a lenda da cortesã Rodópolis, ela também está inserida no *logos* herodotiano, quando este narra a respeito da história de Micerino, afirmando que esse faraó

deixou uma pirâmide quadrangular de pedra etíope até a metade, muito menor que a pirâmide do pai... Certos gregos dizem que ela é da cortesã Rodópolis, mas estão incorretos. Parecem-me falar sem ao menos saber quem foi Rodópolis (de outro modo não lhe teriam atribuído a construção de uma pirâmide na qual foram gastos — por assim dizer — incalculáveis milhões de talentos), sem saber tão pouco que Rodópolis atingiu sua maturidade no reino de Amásis e não no de Micerino... (*Histórias*, II. 134).

Sendo o foco de interesse de capítulo demonstrar que a circulação de ideias e histórias era recorrente na Antiguidade, bem como as pesquisas realizadas em bibliotecas e acervos, na obra de Diodoro Sículo, o nome de Rodópolis também é mencionado no final do relato sobre as pirâmides. O autor afirma que “alguns dizem que essa última é a tumba da cortesã Rodópolis e afirmam que alguns monarcas, convertidos em seus amantes, levaram a cabo a construção em comum por amor.” (*Biblioteca Histórica*, I. 64-14).

Mais informações da cortesã são encontradas nos relatos de Estrabão e Heródoto. Ambos afirmam que ela tem uma relação com o irmão da poetisa Safo, Caraxo. Segundo o historiador, ele a teria libertado da prostituição e, ao permanecer “no Egito, e, sendo muito atraente, ganhou bastante dinheiro (bastante para ser uma Rodópolis, mas não tanto para construir uma pirâmide)” (HERODOTO. *Histórias*, II. 135). Para o geógrafo, Rodópolis seria a amada de Caraxo (*Geografia*, XVII, 1.33) e, além disso, ele narra a seguinte história fabulosa:

que, quando ela estava se banhando, uma águia arrebatou uma de suas sandálias que estavam com a sua serva e a carregou para Mênfis; e enquanto o rei foi administrar a justiça em lugar aberto, a

água, quando ela pousou em cima de sua cabeça, arremessa a sandália em seu colo; e o rei, mexido tanto com o formato da sandália como pela estranheza do ocorrido, enviou homens em todas as direções no país em busca da mulher que usava a sandália; e quando ela foi encontrada em Náucratis, ela foi levada a Mênfis, tornando-se a esposa do rei, e quando ela morreu foi homenageada com a tumba mencionada acima (*Geografia*, XVII, 1.33).

De acordo com Allan Lloyd (2007), apesar de Heródoto não acreditar que a pirâmide tivesse sido construída pela cortesã, essa história acabou ganhando notoriedade, sendo descrita, como visto, em Diodoro Sículo, Estrabão, como também em Plínio, o Velho (*Naturalis Historia*, XXXVI. 17). Heródoto, ao retratar o passado, o faz de uma maneira crítica, pois tenta mostrar que os feitos narrados são decorrentes das ações humanas, sem uma intervenção divina. Outra prerrogativa de sua obra é o fato de que ele, muitas vezes, divulgava duas versões da mesma história, alertando para aquilo que foi visto ou ouvido evidenciando, em algumas passagens, a sua opinião; já em outros momentos, caberá ao leitor decidir a versão mais verossímil. De acordo com Jorge Lozano (1994, p. 19), as principais características desses relatos historiográficos na Antiguidade é a importância que se dá aos termos eu vi (*opsis*) e eu ouvi (*akoê*), pois isso conferiria aos fatos narrados à ideia de que eles efetivamente aconteceram.

Segundo Nicola Biffi (1999), a lenda era conhecida e frequentemente contada, porque muitas vezes estava ligado aos rumores sobre a paternidade das pirâmides individuais, entretanto, Heródoto (*Histórias*, II. 134-5) já a contestava, como observado anteriormente. É muito provável que em vez disso, Estrabão tenha reformulado um *logos* criado em torno de uma rainha egípcia mítica chamada Nitócris, que com o tempo assumiu “os contornos de um conto de fadas muito parecido com a Cinderela”. (BIFFI, 1999, p. 324). Essa aparente confusão entre Rodópis e Nitócris também é mencionada por Anne Burton (1972), que credita o equívoco ao sacerdote egípcio Maneto, que atribui para essa rainha a menor das três pirâmides.

Para Daniela Dueck (2017), estudiosa dedicada ao campo da geografia na Antiguidade, esta história é a única na qual o geógrafo se utiliza de personagens que se remetem a pessoas conhecidas, pelo menos desde a época de Safo, e acrescentaria os detalhes da sandália, o que parece ser uma narrativa independente. O ganho para a pesquisa geográfica é o valor

divertido da história: a literatura que acrescenta o tópico “trapos de riqueza” (DUECK, 2017, p. 227) sempre agradava o gosto popular.

Apesar de ser evidente a conexão entre os três autores em torno da história referente à cortesã Rodópis, o historiador de Halicarnasso não é creditado pelos outros viajantes como sendo a fonte do relato, apesar de Estrabão informar que os romanos seriam “imitadores dos gregos” (*Geografia*, III, 4.19). O geógrafo consultou não somente Heródoto, mas uma gama de escritores gregos para a confecção das suas obras, entretanto, ele é citado uma única vez no Livro XVII da *Geografia*:

Heródoto e outros autores falam muita bobagem, adicionando aos seus relatos contos maravilhosos, para dar, por assim dizer, um tipo de tom ou ritmo ou deleite; como, por exemplo, a afirmação de que as fontes do Nilo estão na vizinhança das ilhas perto de Syene e Elephantina... e que nesse local seus canais tem considerável profundidade.” (*Geografia*, XVII. 52).

O importante aqui é tornar visível a afirmação de que essas obras, produzidas durante a Antiguidade, são o resultado da investigação (ιστορία) realizada por esses autores em diversas regiões do Mundo Antigo, seja por testemunho ocular, seja pela pesquisa nas bibliotecas e arquivos. Elas devem ser analisadas dentro do seu contexto histórico, no qual não havia a obrigatoriedade da citação dos autores com as quais dialogaram, porém deve-se analisá-las em busca de mapear quem são esses autores e o impacto que eles produziram na confecção das suas narrativas. A análise realizada para esse capítulo sugere que cada autor tentou elaborar sua obra de uma maneira diversa dos outros que o precederam, porém, seguindo o método investigativo exposto por eles ao longo das suas narrativas, justificando, dessa forma, a escolha dessas obras como fontes para o estudo da História.

Referências

Documentação textual

AMMIANUS MARCELLINUS. **Rerum Gestarum**. With An English Translation. John C. Rolfe, Ph.D., Litt.D. Cambridge. Cambridge, Mass., Harvard University Press; London, William Heinemann, Ltd. 1935-1940.

AULUS GELLIUS. **The Attic Nights**. With An English Translation. John C. Rolfe. Cambridge. Cambridge, Mass., Harvard University Press; London, William Heinemann, Ltd. 1927.

CICERO, M. Tullius. **De Legibus**. Georges de Plinval. Paris. Belles Lettres. 1959.

DIODORO DE SICILIA. **Biblioteca Historica**. Libros I-III. Introducción, traducción y notas de Francisco Parreu Alasa. Espanha: Editorial Gredos, 2001.

DIODORUS OF SICILY. **Books I and II, 1-34**. With an English translations by C. H. Oldfather. Great Britain: St. Edmundsbury Press Ltd, 1989 (1933).

Diodorus SICULUS. **Book I: A Commentary**. By Anne Burton. Etudes Preliminaires aux Religions Orientales dans l'Empire Romain, vol. 29. Leyden: E. J. Brill, 1972.

HERODOTE. **Histoires**. Introduction, notice preliminaire sur la vie et la personnalite d'Herodote et sur la presente edition par E. Legran. Paris, Belles Lettres, 1932.

HERODOTUS. **The Histories**. With and English translations by A. D. Godley. Cambridge, Mass.; London: Harvard Univ.: Heinemann, 1990.

HERÓDOTO. **Histórias: Livro II**. Tradução, introdução e notas Maria Aparecida de O. Silva. São Paulo: Edipro, 2016.

HERÓDOTO. **Histórias: Livro III**. Tradução, introdução e notas Maria Aparecida de O. Silva. São Paulo: Edipro, 2017.

Paradoxógrafos griegos. Rarezas y maravillas. Traducción, introducción y notas de F. Javier Gómez Espelosín. Biblioteca Clásica Gredos: Madrid, 1996.

PLINY THE ELDER. **Naturalis Historia**. Karl Friedrich Theodor Mayhoff. Lipsiae. Teubner. 1906.

STRABO. **The Geography**. Book I. With and English translations by Horace Leonard Jones. Londres: The LOEB Classical Library, 1960.

STRABO. **The Geography**. Book V. With and English translations by Horace Leonard Jones. Londres: The LOEB Classical Library, 1960.

STRABO. **The Geography**. Book VIII. With and English translations by Horace Leonard Jones. Londres: The LOEB Classical Library, 1960.

Wright, Benjamin G. **The Letter of Aristeas: 'Aristeas to Philocrates' or 'On the Translation of the Law of the Jews'**, Berlin, München, Boston: De Gruyter, 2015.

Obras de apoio

ASHERI, David; LLOYD, Alan; CORCELLA, Aldo. **Herodotus Books I-IV**. Oxford, Oxford University Press, 2007.

BARNES, Robert. **Cloistered Bookworms in the Chicken-Coop of the Muses: The Ancient Library of Alexandria in MACLEOD, Roy. The Library of Alexandria: Centre of Learning in the Ancient World**. London; New York: I.B. Tauris & Co Ltd, 2010.

BIFFI, Nicola. **L'Africa di Straboni: Livro XVII della Geografia**. Modugno: Edizioni dal Sud, 1999.

BLUM, Rudolf. **Kallimachos: The Alexandrian Library and the Origins of Bibliography**. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1991.

COQUEUGNIOT, Gaëlle. **Archives et bibliothèques dans le monde grec: édifices et organisation, v^e siècle avant notre ère — II^e siècle de notre ère**. Oxford: Archaeopress, 2013.

CLÍMACO, Joana Campos. **Alexandria: Debates historiográficos sobre uma "cidade-problema" para o Império Romano**, in **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão**. ANPUH/SP — USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.

_____. **A Alexandria dos antigos: entre a polêmica e o encantamento**. 2013. Tese (Doutorado em História Social) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/T.8.2013.tde-29072013-105942.

DUECK, Daniela. **Strabo of Amasia. A greek man of letters in Augustan Rome**. London: Routledge, 2000.

_____. **Geography in Classical Antiquity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

_____. **Spicing up geography: Strabo's use of tales and anecdotes**, in DUECK, Daniela. **The Routledge Companion to Strabo**. London; New York: Routledge, 2017, pp. 219-232.

FAORO, Davide Ambrogio. L'Egitto e i poteri di Augusto: uma breve riflessione sulle Provinciae Caesaris, in CAMPOS, Carlos E. C. e CANDIDO, Maria Regina. **Caesar Augustus: entre práticas e representações**. Vitória/Rio de Janeiro: DLL-UFES/UERJ-NEA, 2014. pp. 51-64.

FIGUEIREDO, Daniel de. **A Controvérsia Nestoriana e suas implicações político-administrativas nas cartas de Cirilo de Alexandria** (séc. V d.c.). Franca: Dissertação de Mestrado, 2012.

HAIKAL, Fayza M. Private Collections and Temple Libraries in Ancient Egypt in EL-ABBADI, Mostafa; FATHALLAH, Omnia Mounir. **What Happened to the Ancient Library of Alexandria?** Boston: Brill, 2008, pp. 39-54

LOZANO, Jorge. **El discurso histórico**. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

MACLEOD, Roy. **The Library of Alexandria: Centre of Learning in the Ancient World**. London; New York: I.B.Tauris & Co Ltd, 2010.

MOLLER, Viotet. **The map of knowledge: a thousand-year history of how classical ideas were lost and found**. New York : Doubleday, 2019.

MORAIS, Cynthia. **Maravilhas do Mundo Antigo: Heródoto, pai da História?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

MOTA, Cynthia Cristina de Moraes. **As lições de história universal da Biblioteca Histórica de Diodoro de Sicília como processo educativo da humanidade**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. doi:10.11606/T.8.2008.tde-02102009-160347.

POLLINI, Airton. A ideia de História em Estrabão a partir do Relato sobre a Magna Grécia (Geografia, Livro VI) in SILVA, Glaydson J. e Silva, Maria Aparecida de O. **A ideia de História na Antiguidade Clássica**. São Paulo: Alameda, 2017. Pp. 219-254.

SILVA, Bruno dos Santos; GUARINELLO, Norberto Luiz. **Estrabão e as Províncias da Gália e da Ibéria: um estudo sobre A Geografia e o Império Romano**. 2013. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-29072013-100434/> >.

TRACY, Stephen V. Demetrius of Phalerum: Who was He and Who was He Not?, in FORTENBAUGH, William W.; SCHÜTRUMPF, Eckhart (orgs.). **Demetrius of Phalerum: Text, Translation and Discussion**. London, England: Transaction Publishers, 2000.

WATERS, K. H. **Heródoto El historiador**. México: Fondo de Cultura Económica, (1985) 1996.

A cara da riqueza: a documentação textual e a personificação de Pluto

LEANDRO MENDONÇA BARBOSA¹

Refletir sobre uma criatura que representou a riqueza em diferentes momentos da história da antiga Grécia, para sociedades que se transformavam conforme os contextos, é olhar para as dinâmicas socioeconômicas pelas quais passavam as sociedades balcânicas. Tendo isto por ciência, a intenção deste texto é a de refletir, por meio de um objeto, as possibilidades que a documentação textual nos confere à compreensão da ideia, das analogias ou do modo como parte da sociedade helênica pensava o conceito de riqueza. Como uma sociedade balizada por suas crenças religiosas, cujas representações faziam parte do cotidiano, os Gregos sempre produziram correspondentes divinos ao seu concreto.

Aqui, trabalharemos com quais formas a noção da riqueza, tão cara às sociedades antigas e modernas, se manifestou em documentos que chegaram aos dias de hoje, que vão do século VII ao IV AEC. O objetivo é traçar um panorama de como a riqueza adquiria diferentes humores e sentidos, assim como a sociedade grega também se transformava, o que se reflete na documentação.

Faz-se necessário clarear que não buscamos realizar uma análise histórica de caráter simplesmente linear, mas sim entender a especificidade de cada documentação, de seu respectivo autor e do contexto histórico no qual

1. Pós-doutor em Estudos Culturais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Doutor em História Antiga pela Universidade de Lisboa/Portugal.

este estava inserido. É essencial para o Historiador perguntar ao documento “quem o escreveu” e “por qual motivo”, levando a uma apreciação contextual e conceitual das fontes.

No caso de nosso primeiro documento, *Teogonia*, confeccionado no século VII AEC, Hesíodo, *aedo* beócio, organiza o panteão divino a sua visão, através de uma tradição oral que construiu religiosidades milenariamente. Este é o documento mais antigo que nos chegou a personificar a criatura que alude a riqueza. Hesíodo atesta² que Pluto, a Riqueza, é fruto da união entre Deméter e Jasão:³

Deméter divina entre deusas gerou Pluto,
unida em amores ao herói Jasão sobre a terra
três vezes lavrada na gorda região de Creta.
Pluto benevolente por terra e largo dorso no mar
anda e a quem encontra e chega às mãos
ele torna próspero e dá muita opulência
(Hes. *Theog.* 969-974).

O nome da divindade nos abre algumas possibilidades. A grafia original é Πλουτοζ – *Ploutos* — que significaria algo como a palavra “riqueza”. Aqui, optamos por colocar o nome da divindade, pois substantivos abstrato e próprio se enleiam quando da nomenclatura e trata-se, nesta passagem, da expressão de uma deidade.

A menção a Creta atestaria uma origem minoica ao deus, assim como há esta discussão em relação a sua mãe, Deméter? Não podemos afirmar, pois não existem evidências de Pluto nos períodos palaciano e pós-palaciano cretenses; destarte é um indício. É indiciário também que Hesíodo immortalizou uma hierogamia cretense: a deusa-mãe que se une a um jovem herói, sendo o fruto desta união uma infundável prosperidade (LÉVÊQUE, 1996, p. 129). A “terra três vezes lavrada”, em uma “gorda região”, mostra a

2. Provavelmente Hesíodo, aqui, acrescentou uma informação a uma tradição que Homero já havia iniciado. No Canto V da *Odisseia* é relatada a união entre Deméter e Jasão, porém não é descrita prole.

3. Filho de Éson e, talvez, Alcímede. Foi criado por Quíron, com quem aprendeu a ciência da matemática. Jasão é o herói que conquistou o velo de ouro — conforme Louis Gernet (1968), objeto símbolo de riqueza, com valor mágico — e que passou pela tragédia de ter os filhos mortos por sua ex-esposa, Medeia.

abundância na qual Pluto foi gerado, uma riqueza agrária que será abordada a partir de agora.

O *Hino Homérico a Deméter*, escrito também no século VII AEC e de autoria anônima, traz elementos que confluem com a acepção hesiódica da riqueza. Este hino tinha como função louvar Deméter e as demais divindades dos Mistérios de Elêusis por meio da narrativa da saga da deusa em busca de sua filha Perséfone, que foi levada por Hades. É na descrição de momentos deste misterioso culto agrário que Pluto é referenciado: “ao seu lar, Pluto, que dá riqueza aos homens mortais” (*h. Hom.* 2, v. 486).

A partir deste período arcaico Pluto — tratado como o benevolente e próspero por Hesíodo, e o que dá riqueza aos mortais no Hino Homérico — granjeia a tradição de distribuir riqueza — que mais tarde será apropriada pela comédia — prestando um serviço aos mortais. O deus era um dos responsáveis pelo *ólbios*⁴ dos iniciados (CARVALHO, 2019, p. 75), mostrando a passagem para uma vida próspera e farta espiritualmente.

Então, o contexto da divindade no período arcaico era o do abastamento nas colheitas: “Pluto, a ‘riqueza’, é verdadeiramente o produto da colheita dos cereais, que expulsa a pobreza e a fome” (BURKERT, 1993, p. 550). É só mais tarde que representará a riqueza em geral (MASSI, 2010, p. 266), possivelmente devido ao caráter cada vez mais urbano que a sociedade helênica, e conseqüentemente a documentação escrita que nos chegou, adquiria.

Entretanto, de acordo com o especialista do *Lexicon Iconographicum Mythologiae Classicae*, Clinton Kevin, o deus não possuía sacrifícios em sua honra ou cultos próprios (CLINTON, 1994, p. 416), ao menos até o início do século IV AEC, espaço temporal de nossa pesquisa, sendo atrelado aos ritos de Deméter e Perséfone. Na comédia, como veremos, Aristófanes cria um mundo de sacrifícios, adoração e crítica a Pluto dentro da cena cômica.

Assim como o epíteto de Hades, Plutão — que também é mencionado nos cultos em Elêusis — Pluto se associará à riqueza vegetal nos Mistérios de Elêusis. Não encontramos relações na documentação entre o deus Pluto e a faceta de Hades, Plutão; todavia, se não podemos afirmar que se trata do mesmo deus em distintos aspectos, ao menos podemos encontrar associação com seus nomes: Ploutwv e Ploutoç possuem praticamente a

4. Termo que, no contexto de Elêusis, significaria “riqueza e prosperidade”, além de “felicidade e bênção”.

mesma designação, referente à riqueza; igualmente, participavam do mesmo rito agrário.

É possível que ambos, por questões sincréticas ou, ainda, interpretações do pensamento religioso, estejam conexos. Embora Pluto tenha surgido, provavelmente, em Creta, este, no final do período arcaico — pois é a época em que Plutão se populariza, haja vista as imagens na cerâmica — tem suas funções confundidas com as do epíteto de Hades, sendo ambos responsáveis por simbolizar a riqueza agrária nos rituais ocorridos em Elêusis.

Como Pluto, até o período clássico, integrará essencialmente as práticas agrícolas, é possível a ligação com Plutão também pela semente que nunca morre, mas germina. Uma estreita relação sempre existiu entre os cultos agrários e a questão mortuária. É assim que o “rico em grão”, Pluto, acabou por confundir-se com outro rico, o “rico em hóspedes” Plutão — *polydégmon* — aquele que também, por viver no inframundo, possuía como uma das prerrogativas auxiliar no crescimento dos vegetais a partir de sua semente, empurrando-os do subsolo para o mundo de luz. Pluto, o rico agrícola, transformou-se sob o vocábulo *Plutón* — Plutão — em um duplo eufemismo e cultural de *Aides* — Hades (BRANDÃO, 1986, p. 285).

Temos, então, na documentação disponível até o século IV AEC um Pluto agrário, da riqueza da terra e abundância aos humanos. Pela característica tanto da *Teogonia* quanto do *Hino Homérico a Deméter*, fontes as quais o ambiente rural se sobrepõe ao incipiente mundo urbano do período arcaico, Pluto é descrito dentro de um contexto que remete à riqueza alimentar vinda da agricultura.

O giro é feito pela comédia de Aristófanes. *Pluto*, rerepresentada em Atenas no ano de 388 AEC,⁵ foi a última peça elaborada pelo comediógrafo, que já havia transmutado grande parte das características que o consagraram. Preferimos colocar esta obra como representante da “Comédia Intermediária”, concordando com Kleber Bezerra Rocha (2019), pois há mudanças significativas, mas também uma certa memória e reciclagem de recursos do passado.

O estilo do comediante — que sempre criticou a vida pública e os grandes acontecimentos pelos quais Atenas passava — se modifica em al-

5. Provavelmente outra peça de mesmo nome foi encenada ainda no século V AEC, em 408, porém o suposto texto se perdeu.

guns feitos; nesta peça o fulcral é a vida do pobre, seu bem-estar e suas aspirações individuais. (RAMALHO, 1999, p. 7-8). Neste período a sociedade ateniense passava pelas consequências do pós-Guerra do Peloponeso, que levou a *polis* a uma aguda crise econômica e social. A riqueza que importa na obra é a da sobrevivência, mais do que aquela que concederia um estatuto de cidadania ou um assento na Assembleia democrática.

É notório que neste período o sentimento de cidade como construtora de identidades sociais se desestrutura, diluindo este sentido de unidade coletiva e inclusão social. Percebe-se, no Aristófanes deste momento, um afastamento da questão “pública” e uma valorização do “privado”, do doméstico e dos interesses individuais. Em suma, *Pluto* é uma obra com preocupações no imediato (SILVA, 2015, p. 13). Ainda conforme Maria de Fátima Sousa e Silva (2015), as mazelas do pós-guerra colocaram em causa a *eudaimonia*.⁶ O que importa, no contexto da escrita, é cada indivíduo ou grupo empobrecido lutar por sua riqueza.

Pluto foi encenada no início do século IV AEC, em uma Atenas subjugada a Esparta, contando com poucos recursos e sem o esplendor de outrora. Não trabalharemos com a peça em todas as suas concepções. Porém, consideramos uma fonte essencial para entender uma das facetas do “ser que concede a riqueza”, haja vista que os Gregos não a tratavam somente pela perspectiva do valor material, mas a consideravam um elemento ético e político.⁷

Nesta comédia, Aristófanes constrói Pluto como um deus frágil — sendo inclusive confundido com mortal — vagando pelas ruas tal qual um mendigo, e cego, fruto da ação de Zeus.⁸ Retratar o deus da riqueza desta forma é uma metáfora aristofânica do próprio universo da Atenas do período: arruinada, mendicante e sem rumo. Através do castigo de Zeus é instaurada a corrupção e a estupidez entre os mortais, pois, com a cegueira, Pluto

6. Conceito ateniense descrito por Heródoto, em *Histórias*, período de ascensão econômica das comunidades helênicas, o qual o valor e a riqueza estariam associados ao prestígio à pátria, à prole numerosa e à morte gloriosa tendo em vista a proteção do coletivo.

7. Para uma discussão sobre os vários tipos de riquezas e suas concretudes, sob a palavra *chremata*, Cf. FLORENZANO, Maria Beatriz B. O “Outro lado da moeda” na Grécia Antiga. In: *Livro do Seminário Internacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2002, p. 49-66.

8. Pluto é cego porque favorece tanto os “bons” quanto os “maus”, pois ambos são passíveis de conseguir riqueza. Zeus o cega para que não recompense somente os bons, mas também os maus, como uma vingança a Humanidade.

se tornou inseguro e ignorante do que se passava a seu redor (SILVA, 2015, p. 15), administrando “às cegas” seu poder.

O Coro, que tem sua participação diminuída, é composto por camponeses pobres — que demonstram continuar vivendo nas franjas do sistema socioeconômico ateniense — que observam não ser no *oikos* de quem trabalha que Pluto habita, mas no dos parasitas da *polis*, que conseguiram dinheiro rapidamente e eram vistos com desconfiança pelo povo. O personagem principal, Crêmilo, um pequeno camponês, pobre na primeira parte da peça, é ironicamente exemplo de envergadura moral dos menos abastados: bom pai, honesto e solidário, até atingir a riqueza na parte final.

Contudo, Aristófanes desde o início já mostra a flexibilidade ética, pois Crêmilo expõe a dúvida de como educar seu filho: mantendo-o honesto ou o adaptando ao ilícito. O comediógrafo também é claro em diferenciar os trabalhadores — artesãos, camponeses e mercadores — que cada dia empobrecem mais na Atenas decadente aristofânica, dos oportunistas, políticos e delatores que enriquecem ilicitamente.

Neste trabalho utilizaremos de algumas passagens presentes na obra para entendermos as definições que Pluto carrega. A primeira é entre Crêmilo, seu escravo Carião e o deus da riqueza, que é abordado pelos dois primeiros na rua. Interessante apontar que Aristófanes modifica a estrutura de *Pluto* com relação a suas comédias anteriores, e o personagem principal, Crêmilo, perde parte do protagonismo (ALMEIDA; POMPEU, 2014, p. 02), sendo que coadjuvantes ganham mais espaço e auxiliam fulcralmente na interação textual do enredo.

O início do diálogo trata do poder de Pluto dentro do divino, pois, conforme Carião, os humanos fazem sacrifícios com o interesse de obter riqueza:

CRÊMILLO

Por que é que fazem sacrifícios em honra dele?

Não é por causa deste indivíduo?

CARIÃO

Sim, por Zeus, rezam para enriquecerem sem demora.

CRÊMILLO

Não é este sujeito então a causa,

e não acabará com tudo isso facilmente, se quiser?

PLUTO

Por que, afinal?

CRÊMILO

Porque nem um só dos mortais sacrificará,
nem boi, nem bolo, nem coisa nenhuma, se tu não quiseres.
(Aristoph. *Pl.* v. 132-139).

No que pode ser uma crise religiosa com os deuses tradicionais — Atenas se encontrava em sérios problemas devido a Guerra do Peloponeso, e suas instituições eram colocadas em xeque — Pluto, benfeitor de riqueza, agora escassa, tornou-se o deus mais importante. Se injustiças ele faz, é por culpa de Zeus, que o cegou, com raiva da Humanidade.

A própria função social de Pluto já está, em partes, modificada. A riqueza que o deus concedia aos Helenos era a riqueza fértil, aquela relacionada à abundância e a própria terra. A prosperidade, metaforicamente, seria concedida pela natureza. Neste final de período clássico a riqueza a qual o deus representa não é a da terra, mas a materializada no dinheiro, individualista, conseguida com costumes urbanos, como a labuta diária ou o furto:

CRÊMILO

Graças a ti foram descobertas, entre os homens,
todas as artes e manhas:
um de nós, sentado, remenda os sapatos,
outro é ferreiro, outro ainda é carpinteiro...

CARIÃO

Outro é ourives, com o ouro que lhes dás...

CRÊMILO

E outro é gatuno, por Zeus, outro ainda é arrombador.

CARIÃO

E o tintureiro...

CRÊMILO

E o que lava as peles...

CARIÃO

E o que amacia os couros...

CRÊMILLO

E o que vende cebolas...

CARIÃO

E o que é apanhado em adultério,
de certo modo por tua causa, é depilado.

PLUTO

Infeliz de mim! Quanto tempo isso me escapou!

CARIÃO

E o Grande Rei, por quem se dá ares, senão por causa deste?

CRÊMILLO

E a Assembleia não é por causa dele que reúne?

CARIÃO

E então? Não és tu que enches as trieias? Diz-me.

CRÊMILLO

E não és tu que dás de comer em Corinto ao exército mercenário?
(Aristoph. *Pl*, v. 160-176).

Crêmilo e Carião exemplificam a Pluto ofícios que dependem do poder do deus, ou seja, da concessão de dinheiro, sendo este a concretude da riqueza. Desde o “Grande Rei”, no caso o rei dos Persas, que ajudou a financiar Esparta na Guerra do Peloponeso (RAMALHO, 1999, p. 85), até a reunião dos cidadãos da Assembleia têm como intuito discutir as questões relacionadas a Pluto, ou seja, à riqueza.

Esta opulência parece ser cada vez menos da terra e mais de questões cidadinas, associadas ao cotidiano urbano e não ao rural dia a dia de Elêusis e da *chóra* de modo geral: “Mais tarde, com o desenvolvimento da riqueza mobiliária, Pluto desligou-se do cortejo de Deméter e passou a ser a personificação da riqueza em geral.” (GRIMAL, 2000, p. 380). O que Aristófanes reflete é exatamente esta condição: de um Pluto que extrapola aos cultos de mistério e abarca as mazelas dos moradores da *polis*.

É o que podemos conferir com esta passagem a seguir. Muito mais do que representar somente a riqueza agrícola, Pluto representará a abundância de elementos citadinos, sobretudo alimentos, na fala do escravo. Já na

fala do camponês que almeja a riqueza, não estão alimentos, mas sentimentos caros aqueles que são cidadãos:

CRÊMILO

E, por Zeus, muito mais do que isso, de tal modo que jamais alguém está cheio de ti. De tudo o resto nos saciamos: de amor...

CARIÃO

de pão...

CRÊMILO

de música...

CARIÃO

de guloseimas...

CRÊMILO

de glória...

CARIÃO

de bolachas...

CRÊMILO

de coragem...

CARIÃO

de figos secos...

CRÊMILO

de ambição...

CARIÃO

de papas...

CRÊMILO

de comandos militares...

CARIÃO

de sopa de lentilhas...

CRÊMILO

Mas de ti nunca ninguém ficou cheio
(Aristoph. *Pl*, v. 188-193).

Enquanto Carião, um escravo, tem para si a riqueza como o alimento, e que a abundância significa a fartura alimentar, Crêmilo, que almeja ficar rico e ser agregado a *polis*, seja pelo estatuto da cidadania, que se encontrava alargado neste quarto século antes da era cristã, seja pela integração por ter se tornado rico e querido por setores da sociedade *poliade*, a ideia de riqueza de Crêmilo vem por meio de sentimentos, honras, glórias militares ou mesmo de lazeres reservados à cidadania, como a música.

Tendo consciência das mazelas socioeconômicas pelas quais Atenas passava, surge a figura de Blesidemo, amigo de Crêmilo, que defende a partilha igualitária das riquezas entre todos. Aristófanes, neste ato, ressignifica o conceito de *phília*: dentro de uma amizade estará o “repartir”. Esta relação de *phília* estabelecida irrita outro personagem, retratado como uma velha repugnante, Penia — a Pobreza — pois esta *phília* pode expulsá-la; ela, então, passa a afiançar seus méritos.

Em *agón*, Pluto, visto como corrupção, e Penia, como virtude, são reunidos, mas não partem para o confronto, indicando que riqueza e pobreza não são antagônicas, mas complementares (SILVA, 2015, p. 18). Penia argumenta que a desigualdade é reconhecida como estímulo ao trabalho, sendo indispensável à coletividade. É Penia quem estimularia o esforço, na política asseguraria a virtude, e que, por meio da carestia, estimularia o trabalho e daria rigor na vida pessoal e cívica. A velha lança mão da *sana paupertas*, o qual a vida de mendigo era ruim, mas labutar todos os dias para não passar por privações, não.

Na conversação entre Crêmilo e Penia, Aristófanes propõe uma relação entre a temperança e o excesso — *sophrosyne/hybris* — (ALMEIDA; POMPEU, 2014, p. 06) colocando Crêmilo como uma pessoa sem moderação e que, por isso, equivoca-se em suas ideias. O pobre seria detentor de *sophrosyne*, enquanto o rico de *hybris*, e este é mais um dos motivos que levariam a pobreza a ser importante dentro da ordem social, a de uma Atenas do período de Aristófanes, em crise e empobrecida.

Por vários momentos o comediógrafo coloca em xeque esta visão da pobreza como sinônimo de justiça. Apesar de temperante, não há virtude exclusiva para o mortal pobre (ALMEIDA; POMPEU, 2014, p. 07); uma vez rico, o camponês Crêmilo rejeita a ideia da divisão. A dimensão humana

nesta peça é colocada não na perspectiva rico/pobre, mas pelo que é inerente ao ser mortal.

Crêmilo não aceita os argumentos e Penia, diante de uma plateia sofrida, é vencida; Pluto consegue recuperar sua visão. A solução vem, assim, na forma de dividir igualmente a riqueza, acreditando assim eliminar a principal razão da maldade: a ambição. O deus passa a ser, então, terreno público, em uma peça que preza, em sua maior parte, pelo campo privado. Uma vez livre da cegueira, Pluto poderia reservar a riqueza aos destinatários legítimos, tornando rica gente honesta, e a Humanidade seria agraciada. A divindade se torna autoridade sobre homens e deuses e, cenicamente, é instalada no *Parthenon* de Atenas.

Entretanto, uma técnica bastante utilizada por Aristófanes, e usada a partir deste momento da obra, é a de colocar em xeque a ideia vencedora, por meio de um teste de eficácia. As ações de Pluto fazem com que surjam novos problemas: personagens aparecem para demonstrar que na vida civil as agruras de quem sempre foi solidário despontam quando os necessitados não precisam mais de sua caridade. É o caso do Justo, que diz ao escravo Carião que procura Pluto para recuperar seu acúmulo, pois se viu só quando a partilha aconteceu:

JUSTO

Venho encontrar o deus, porque ele é para mim a causa de grandes bens. Eu recebi uma fortuna suficiente de meu pai e costumava socorrer os meus amigos necessitados, convencido de que este procedimento era útil na vida.

CARIÃO

Naturalmente, logo o dinheiro te faltou.

JUSTO

De fato

CARIÃO

Portanto, a partir daí foste infeliz.

JUSTO

Realmente. E eu estava convencido de que aqueles que até então eu ajudara, quando estavam em apertos, haviam de ser realmente meus amigos seguros, se alguma vez eu viesse a precisar. Mas eles afastavam-se de mim e pareciam já não me ver.

CARIÃO

E riam de ti, tenho certeza.

JUSTO

De fato. Fiquei sem dinheiro e sem recursos e isso matou-me. Mas não agora! E é por isso que eu venho rezar ao deus, com toda a razão, neste local.

(Aristoph. *Pl*, 828-841).

Semelhante fato se passa com um sicofanta,⁹ que se considera um proscrito, pois não pode viver em uma sociedade onde reina a abundância, já que seu ofício consiste em conseguir dinheiro por meio da chantagem:

SICOFANTA

Infeliz de mim, como estou perdido, desgraçado que sou! E três vezes infeliz, e quatro e cinco vezes, e doze e dez mil vezes! Oh, oh! De tal modo estou submerso num destino cheio de infelicidades!

CARIÃO

Apolo defensor e deuses amigos, que mal é esse de que o homem sofre?

SICOFANTA

Não acabo de passar males terríveis, perdendo tudo o que tinha em casa, por causa deste deus que há de voltar a ser cego, se a justiça me não abandonar?

JUSTO

Para Carião

Creio que conheço mais ou menos o caso. Apresenta-se um homem que é infeliz e tem cara de pertencer aos de mau caráter

CARIÃO

Sim, por Zeus, com toda a razão, naturalmente, está perdido.

SICOFANTA

Onde, onde está o que prometia sozinho fazer-nos a todos ricos depressa, se pudesse voltar a ver de novo? Ele, muito mais do que isso, destruiu alguns.

(Aristoph. *Pl*, v. 850-866).

9. Hipócritas delatores que buscavam informações de pessoas para, assim, difamá-las, esperando receber um suborno do difamado.

O sicofanta vivia de reunir o dinheiro que ganhava, que foi perdido quando houve a partilha, o que o deixou infeliz, pois de que valia ser conhecido como “mau caráter” se agora nem a vantagem do dinheiro teria com isso?

Além das necessidades materiais, há, em nível emocional, perdas com a divisão promovida pelo deus que agora vê. Uma velha perde seu parceiro mais jovem, um pobre, que realizava todos os favores em troca de dinheiro:

VELHA

Ora ouve! Eu tinha um mocinho por amigo, pobrezinho, mas bem parecido e belo e bom. Se eu precisava de alguma coisa, ele tudo fazia ao meu serviço com delicadeza e graça. E eu, pela minha parte, servia-o em todos os seus desejos. (Aristoph. *Pl*, v. 975-979)

[...]

VELHA

É justo, por Zeus, que ele force aquele a quem eu fiz bem, por sua vez, a proceder bem comigo? Ou é justo que eu não receba recompensa nenhuma?
(Aristoph. *Pl*, v. 1028-1030)

O fato de o jovem pobre ignorar a velha depois de receber sua parte na distribuição configura-se como mais um indício de que Aristófanes aponta que a ideia de pobres como justos é uma ilusão (ALMEIDA; POMPEU, 2014, p. 06), pois a velha questiona se é lícito, depois do tanto que fez, não receber gratificação nenhuma.

A peça segue dando exemplos que subvertem a ordem social após a partilha da riqueza. Na esfera religiosa, por exemplo, Hermes, o mensageiro, traz um aviso de Zeus a Crêmilo, no qual diz que o deus está furioso, pois como as pessoas não precisam do sustento, não há mais oferendas. E o próprio Hermes tem medo de passar fome — uma zombaria de Aristófanes com os deuses — sem as oblações. O argumento é endossado por um Sacerdote do templo de Zeus, que também necessita de oferendas para comer (Aristoph. *Pl*. v. 1097-1207). Os deuses e sacerdotes, em mais um artifício de crítica cômica de Aristófanes, passam a seguir Pluto, o novo salvador.

Outra percepção importante é a própria mudança do personagem Crêmilo que, uma vez rico, passa a rejeitar os camponeses pobres, outrora chamados de amigos. A riqueza causou no pequeno camponês a segrega-

ção e, como dito por Pluto, quem o tem ao seu lado torna-se mesquinho. Rico, Crêmilo não exerce mais o seu papel de liderança e o objetivo se torna individual. Como hoje, mostra a peça, o dinheiro não é garantia de uma ressurreição social.

Com estes exemplos é possível tecermos a problemática do abandono da *eudaimonia*. Deuses e mortais reclamam de suas perdas individuais e, atacando ou seguindo Pluto, o interesse é a recuperação do que lhes foi tirado na esfera privada. O caráter público e o pensamento coletivo, e esta é uma crítica de Aristófanes a seu contexto, é abdicado e substituído pelas reivindicações particulares e singulares.

Considerável salientarmos que é na segunda metade do período clássico e, sobretudo, no período helenístico, que Pluto se populariza. Embora haja breves menções a seu nome na *Teogonia* e no *Hino Homérico a Deméter*, o deus ganha notoriedade nesta obra teatral. Esta popularização remeteria à própria abertura dos Mistérios de Elêusis, que passam a ser conhecidos pelos cidadãos e a angariar inúmeros adeptos, de todos os locais e hierarquias sociais. A própria questão da modificação das funções divinas atribuídas a Pluto seria um sintoma de que certos aspectos e facetas nos ritos ocorridos em Elêusis também poderiam ter se modificado.

O culto passou de agrário para urbano? Não acreditamos. O caso é que determinados costumes e algumas deidades que nele estavam presentes acabaram por ganhar novas feições, conforme o culto também se transformava e ganhava aderentes. Algumas destas figuras divinas, Pluto inclusive, dissociaram-se do ritual, passando a representar algo maior e a se tornar cidadão e caro a ásty. O deus será cada vez mais a alegoria do dinheiro como riqueza; a salvação não de projetos grandiosos, mas da sobrevivência social (SILVA, 2015, p. 24).

Nos mitos primordiais Pluto integrou seu poder a uma produção agrícola e a cegueira não fazia parte de sua imagem. Seu culto era ligado a Deméter e Cora. Na comédia, a imaginação poética e a criatividade do autor apresentam uma criatura ambígua — hora tratada como deus, hora como mortal — mas que puxa na memória a afinidade primeva com a abundância:

Deste pressuposto mítico e cultural, adveio o entendimento de que Pluto pudesse representar um modelo de vida utópico, perfeito, abundante, como que um regresso à Idade do Ouro, onde todos os

bens se oferecessem espontaneamente ao Homem; este parece ter sido o sentido da comédia [...]. (SILVA, 2015, p. 14)

Neste fim do período clássico a veia telúrica de Pluto, no contexto ateniense, foi simplesmente escamoteada? Crermos nisso seria olharmos a História por seu ponto de vista estritamente linear, e mais: como se fosse possível um documento mais recente se sobrepor em sentido a um mais antigo, em uma perigosa visão evolucionista dos processos. De modo contrário, percebemos que o Pluto da comédia rememora e reacende o Pluto do período arcaico, entretanto dentro de sua própria lógica enquanto documento.

Após ciclos de urbanização, de apogeu e declínio do sistema democrático ateniense, da Guerra do Peloponeso e do próprio ideal de cidadania e urbanidade fizeram com que muitas divindades, mas principalmente as ctônicas, agregassem outras características em seus imaginários sociais, sem perder, para certos grupos, comunidades ou localidades, suas antigas divinizações.

Concordando que cada documento apresenta um discurso específico e dele nos é possível retirar apenas frações das intrincadas vivências destes povos, Aristófanes transforma o rural e misterioso Pluto de Hesíodo e do *Hino Homérico a Deméter* em uma figura urbana — apesar dos camponeses demonstrarem sua importância na peça — que, cego, passou a distribuir infelicidade.

Como apontamos, a riqueza passa a não ser adjunta exclusiva à terra; também é vinculada ao cidadão, apesar de existirem na comédia *Pluto* referências ao mundo do trabalho ruralizado. Podemos afirmar, com certa precisão, que Pluto passa de essencialmente ctônico para uma deidade que conta com elementos olímpicos no final do período clássico, da mesma forma que a realidade da Ática também se encontrava modificada.

Referências

Documentação

ARISTÓFANES. **Pluto**. Trad. Américo da Costa Ramalho. Brasília: Editora UnB, 1999.

ARISTOPHANE. **Ploutos**. Trad. Hilaire van Daele. Paris: Les Belles Lettres, 2008.

HESÍODO. **Teogonia**. Trad. Jaa Torrano. 3ª edição, São Paulo: Iluminuras, 1995.

HINO HOMÉRICO 2: A DEMÉTER. In: RIBEIRO JR. Wilson Alves (org.). **Hinos Homéricos**: tradução, notas e estudo. São Paulo: EdUNESP, 2010, p. 228-267.

Bibliografia

ALMEIDA, Solange Maria Soares de.; POMPEU, Ana Maria César. A Riqueza é uma Ilusão. In: Congresso da Associação Brasileira de Literatura Comparada, 11, 2014, Belém. **Anais do XIV Congresso da Associação Brasileira de Literatura Comparada**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2014, p. 01-08.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia Grega**: volume I. Petrópolis: Vozes, 1986.

BURKERT, Walter. **Religião Grega na Época Clássica e Arcaica**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

CARVALHO, Sílvia M. S. de. Deméter e os Mistérios Eleusinos. In: RIBEIRO JR. Wilson Alves (org.). **Hinos Homéricos**: tradução, notas e estudo. São Paulo: EdUNESP, 2010, p. 270-325.

CLINTON, Kevin. Pluto. In: **Lexicon Iconographicum Mythologiae Classicae**, vol. VII — Oidipus — Theuseus. Zurique/Munique/Düsseldorf: Artemis & Winkler Verlag, 1994.

Gernet, L. **Anthropologie de la Grèce Antique**. Paris: Maspero, 1968.

FLORENZANO, Maria Beatriz B. O “Outro lado da moeda” na Grécia Antiga. In: **Livro do Seminário Internacional**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2002, p. 49-66.

GRIMAL, Pierre. **Dicionário de Mitologia Grega e Romana**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

LÉVÊQUE, Pierre. **Animais, Deuses e Homens: o imaginário das primeiras religiões**. Lisboa: Edições 70, 1996.

MAGALHAES, Luiz Otavio de. **Curtumeiros e salsicheiros: a representação cômica da demagogia em cavaleiros de Aristófanes**. Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

MASSI, Maria Lúcia G. Hino Homérico 2: A Deméter — Tradução e Notas. In: RIBEIRO JR. Wilson Alves (org.). **Hinos Homéricos: tradução, notas e estudo**. São Paulo: EdUNESP, 2010, p. 270-325.

MOSSÉ, Claude. **O Cidadão na Grécia Antiga**. Lisboa: Setenta, 1993.

RAMALHO, Américo da Costa. Introdução. **Pluto**. Brasília: Editora UnB, 1999.

ROCHA, Kleber Bezerra. **Pluto é Rico Quando a Riqueza Enxerga Novamente: estudo e tradução de *Pluto* de Aristófanes**. Dissertação (Mestrado em Letras) — Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2019.

SILVA, Maria de Fátima Sousa e. *Dinheiro*, uma peça para um momento de crise social. In: **O Dinheiro: tradução do grego, edição e comentários**. Coimbra/São Paulo: Imprensa da Universidade de Coimbra/Annablume, 2015, p. 11-20.

As insígnias dos *quattuor amplissima collegia sacerdotum* e a consolidação do poder de Augusto: entre anverso e reverso

CARLOS EDUARDO DA COSTA CAMPOS¹

Introdução

Entre o período de 30 AEC e 14 EC observamos evidências discursivas imagéticas de Caio Júlio César Otaviano Augusto como restaurador da ordem social romana. Temos como pressuposto que o recurso iconográfico numismático integrou uma das diversas medidas que lhe permitiu comunicar e se consolidar no poder. Christian Meier (1993, p. 67) salienta que esta ação buscava visibilidade social, jogava com as demandas sociais e formava uma rede sociopolítica entre Augusto, seus apoiadores e a sociedade romana. Nesse campo, a produção imagética religiosa sobre Augusto assumiu uma função central para a comunicação do poder. Desse modo, entre as diversas faces institucionais augustanas, nesse texto, nos interessamos pela sacerdotal.

Entre os colégios sacerdotais ocupados por Otávio Augusto, destacamos a relevância dos *quattuor amplissima collegia sacerdotum* (QACS) para a pesquisa sobre a construção do seu poder. Afinal, a sua centralidade proeminente² como supremo comandante militar, juiz ou legislador já nos

1. Professor Adjunto de Pré-História e Antiguidade da FACH / UFMS, membro do Museu de Arqueologia, coordenador do PIBID/HIST/FACH e do Grupo de Pesquisa ATRIVM, os quais são sediados também pela UFMS. Docente do Mestrado Profissional em Ensino de História da UEMS e pesquisador do Museu Histórico Nacional — RJ.

2. A centralidade proeminente trata do destaque que um agente social apresenta em todas as conectividades sociais, de forma simétrica e ou assimétrica, no interior de um sistema.

apresenta uma ideia clara sobre as suas conectividades e redes políticas em Roma; no entanto, notamos que a sua participação nos QACS requer também maior aprofundamento da análise histórica.

Os atos cultuais do *princeps* integravam o repertório que era esperado dele como líder de Roma. Dessa forma, o contexto da operação dos rituais religiosos é um elemento essencial para compreendermos o raio de suas ações. Augusto era, com efeito, a pessoa mais importante nas tomadas de decisões entre os vários sacerdotes romanos. O pontificado máximo, como veremos, foi ressignificado no Principado ao ponto de se transformar no cargo com maior poder de decisão sobre questões religiosas e legais (BEARD, 1990, p. 19-46; KUNZ, 2006, p. 15). Além disso, os imperadores posteriores emularam as medidas de Augusto, ao unificar funções religiosas até então distintas no período republicano. Assim, passava a ser atribuição de todo *princeps* assumir a imagem de um *sacerdos publicus* e colocar-se como defensor do bom funcionamento dos rituais romanos, única garantia para a *pax deorum*.

As associações de Augusto junto aos grupos religiosos visavam à obtenção da *auctoritas*. Os QACS não são, portanto, meros adornos na linguagem política de Augusto, pois eles estão bem ressaltados nas *RGDA*, 7: “*pontifex maximus, augur, XV sacris virum faciundis, VII virum, arvalis Frater, sodalis tito, fetialis*”. Temos assim uma lista completa de cargos sacerdotais exercidos por Augusto, os quais, conseqüentemente, viriam a integrar as honrarias dos demais imperadores. Ser membro desses colégios assegurava, a nosso ver, a liderança, a governabilidade e a opinião pública favorável de todas as camadas da sociedade romana. Além disso, a investidura, o título e a função, em conjunto, conferiam valor carismático ao seu portador na tradição religiosa.

As insígnias dos QACS e o poder de Augusto

Percebemos que os membros dos grandes colégios dispunham de certas insígnias³ que estavam relacionadas às atividades religiosas que

Essa é a posição que forma os maiores laços de reciprocidade com outros agentes sociais (KNOKE, 1990, p. 10).

3. Compreendemos as insígnias sacerdotais como um amplo conjunto de sinais distintivos, os quais eram reconhecidos como atributos de poder, bem como de dignidade, pertencimento e posição social, relativos a cada grupo de especialistas religiosos em Roma.

desenvolviam no mundo romano. Por exemplo, a própria vestimenta⁴, bem como os utensílios sagrados desses colégios, que antes eram constantemente manipulados pelas principais famílias romanas, foram adequados no Principado à linguagem de dominação do *princeps*. Que explicação há para isso? Antes de mais nada, devemos lembrar que o *princeps* deveria adotar uma performance ritual para expressar quem ele era na sociedade, isto é, parecer e aparecer — ou seja, portando insígnias — como um grande sacerdote para a sua afirmação social.

Passemos para a análise das insígnias que eram atribuídas aos QACS. O *aspergillum*, também chamado de *adspersorium*, era um instrumento em cuja extremidade havia uma longa crina, que os sacerdotes romanos usavam para borrifar água sobre aqueles que contribuíram para os sacrifícios e também lançar a água lustral sobre o altar e sobre os animais que viriam a ser sacrificados. É considerado um instrumento de manejo pontifical. Outros elementos que podemos destacar são o *apex* (uma touca pontiaguda) e o *suffibulum* (véu) dos pontífices (SEAR, 2000, p. 8-14).

Já o *lituus* era uma insígnia dos áugures. Era uma espécie de bastão que o áugure portava enquanto descrevia e analisava as diferentes regiões do céu em sua consulta sobre os desígnios dos deuses. A pátera (*patera*), por sua vez, era um prato ou tigela redonda e rasa usada nas libações de vinho aos deuses ou no recolhimento do sangue de animais sacrificados. Era um objeto de culto atribuído aos epulões. A trípole (*tripus*) era um instrumento de três pés, que tinha forma de mesa ou assento e era usada, entre outras coisas, para a queima de incensos, para portar a água lustral e para suporte de vasos. Chamamos atenção para o seu emprego, até mesmo, no lugar de altares sacrificiais. Comumente ela é associada aos quindécenviros, mas integrava também o cotidiano de outros sacerdócios (SEAR, 2000, p. 8-14).

A *secespita* era uma longa faca com um punho redondo de marfim, ornamentado com ouro ou prata, que os sacerdotes usavam para abater animais e extrair suas entranhas. O *praefericulum* era um vaso metálico usado

Logo, elas devem ser analisadas de forma contextual e sem generalizações, pois condizem a segmentos específicos.

4. Voltando ao tema das vestimentas sacerdotais, evidenciamos o uso da toga *praetexta*, que somente o *flamen Dialis* portava permanentemente. No entanto, no que se refere ao pontificado máximo, não encontramos um vestuário fixado e exclusivo para a sua distinção social (Dionísio de Halicarnasso, *Ant. Rom.* 2.21.3; *Lex Vrsonensis*, 66, 67 e 68, de Júlio César promulgada em 44 AEC para a colônia *Genetiva Iulia*, na Hispânia).

pelos áugures e outros sacerdotes romanos em seus sacrifícios. Tinha uma boca proeminente e uma orelha ou alça semelhante às nossas atuais. Nele era depositado o vinho ou outros licores dedicados às libações. Já o *securis* era um machado usado para abater animais sacrificados. O *simpulum* era uma concha ou copo com uma alça muito longa, usada para levar o vinho ou outros licores de uma cratera a outro vaso, fazer libações ou ainda, talvez, provar e derramar líquidos na cabeça de animais que seriam sacrificados. É uma das insígnias mais recorrentes do colégio dos pontífices. O *urceus* era um jarro usado para guardar a água que seria usada em sacrifícios (SEAR, 2000, p. 8-14).

Para Ruth Stepper (2003, p. 11-24), os instrumentos sacrificiais e augurais, como as insígnias sacerdotais, simbolizavam a autoridade, a responsabilidade e a piedade do seu emissor, seja ele o pontífice máximo, um sacerdote ou um líder político como Júlio César e os imperadores subsequentes. Em particular, são notórios o desenvolvimento e a utilização dessas insígnias na linguagem monetária, a qual comunicava informações sobre o império e circulava no cotidiano romano durante a época de Augusto. Sendo assim, recorreremos aos dados catalogados por C. H. V. Sutherland e R. A. G. Carson, nos livros *The Roman Imperial Coinage*, os quais foram elaborados em 10 volumes, entre os anos de 1923 — 94. Esse amplo conjunto de dados fornecidos no RIC possibilitam analisarmos a iconografia de Augusto em tais insígnias.⁵ No total, levantamos quinze moedas referentes aos QACS, cunhadas entre 28 e 12 AEC. Dentre elas, temos oito moedas de denário de prata⁶, dois quadrantes de bronze,⁷ um dupôndio de bronze⁸, um asse de bronze⁹ e três áureos¹⁰ diretamente relacionados a Augusto. Vale ressaltar que todas as moedas analisadas circularam, provavelmente,

5. A numeração das moedas segue o padrão da catalogação do CINA — Catálogo Iconográfico Numismático Augustano, foi desenvolvida por Carlos Eduardo da Costa Campos, na tese de doutorado: *Otávio Augusto e as suas redes político-religiosas nos quattuor amplissima collegia sacerdotum Romanorum* (2017), com base no RIC I.

6. 1 — RIC I 275 — A; 2 — RIC I 275 — B; 4 — RIC I 343; 5 — RIC I 344; 8 — RIC I 367; 9 — RIC I 397; 10 — RIC I 398; 12 — RIC I 410.

7. 14 — RIC I 421; 15 — RIC I 424.

8. 16 — RIC I 429.

9. 17 — RIC I 471.

10. 7 — RIC I 350; 11 — RIC I 402; 13 — RIC I 411.

na Península Itálica, mas também encontramos evidências da sua circulação nas áreas provinciais (HOWGEGO, 1995, p. 39-60).

No material numismático, verificamos a recorrência do tema do Egito capturado (*AEGVPTO CAPTA*) a partir do ano de 28 AEC, referente à vitória de Augusto contra Marco Antônio e Cleópatra VII na Batalha do Ácio em 31 AEC. Tomando Christopher Howgego (1995, p. 39-60) como nossa fundamentação metodológica de análise numismática, frisamos que esse tema se insere tanto na área das insígnias sacerdotais quanto nas categorias das imagens imperiais e da legitimação do poder. De fato, as imagens em moedas apresentam não somente a legitimidade dos agentes políticos, mas também o simbolismo de suas vitórias e, até mesmo, o pensamento do direito romano de governar o mundo. Nesse sentido, podemos perceber uma gama de signos triunfais e de subjugação quando, por exemplo, povos e regiões são mostrados como derrotados, ajoelhados diante de notórios símbolos de poder romano ou de outros elementos que indiquem tanto a sua condição de subordinação quanto a vitória de Roma.

O repertório do Egito capturado está representado em dez recorrências no tipo denário (fig. 1 e 2), que circularam na Península Itálica. Na moeda 1 (RIC I 275 — A), vemos no anverso a efígie de Augusto virada para a direita e, na moeda 2 (RIC I 275 — B), a cena se repete com a efígie virada para a esquerda. Atrás da cabeça, há um *lituus*. Segundo Seth W. Stevenson e Frederic Madden (1889, p. 520), em *A Dictionary of Roman Coins, Republican and Imperial*, o *lituus augurum* assegurava ao seu portador a *auctoritas* religiosa dos áugures e a posição de conhecedor dos desígnios divinos, o que vem a legitimar a conquista e autoridade de Augusto. No reverso de ambas as moedas, encontramos imagens similares de um crocodilo em pé virado para a direita. Stevenson e Madden (1889, p. 296) pontuam que o crocodilo era um símbolo habitualmente usado para representar o Egito e o Nilo, em especial nas moedas, pois esse animal era bastante visto naquelas regiões.

As moedas 1 e 2 também possuem legendas semelhantes inscritas no campo. No anverso, lê-se *CAESAR COS VI*, ou seja, “César cônsul pela sexta vez”. Já no reverso, há as seguintes palavras *AEGVPTO CAPTA*, que significam “Egito capturado” (VALVERDE, 2014, p. 67-91). Vejamos a seguir alguns exemplares das referidas moedas e as suas análises:



FIG. 1 Tipo de Moeda: Denário — Prata; Datação: c.a 28 AEC; Região: Península Itálica. Período Consular — VI Consulado de Otaviano; CINA, n.: 1; Referência: RIC I 275 — A



FIG. 2 Tipo de Moeda: Denário — Prata; Datação: c.a 28 AEC; Região: Península Itálica. Período Consular — VI Consulado de Otávio Augusto; CINA, n.: 2; Referência: RIC I 275 — B.

O crocodilo com a legenda formula uma imagem sobre o processo de subjugação do Egito¹¹ decorrente das vitórias de Augusto no Ácio e em Alexandria, além de legitimá-lo como governante. Consideramos que o futuro *princeps* usou as moedas para incutir no *horizonte mental* da época um

11. Cabe lembrar o caso da *Colonia Nemausus*, na província da Gália, onde se encontram cunhagens com o tema da subjugação do Egito apresentando o repertório do crocodilo associado a novos elementos, como as faces de M. Agripa e Augusto, além do crocodilo acorrentado em uma palmeira, o que simboliza a sua união a Roma. O período de cunhagem foi extenso, compreendido entre 20 AEC e 14 EC. Os suportes detectados foram as moedas de dupôndio e asse de bronze, como podemos ver em RIC I 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160 e 161. Em tais cunhagens percebe-se uma substituição da legenda *AEGVPTO CAPTA* por *COL NEM* (*Colonia Nemausus*). Nesse caso, a legenda fixava o estatuto jurídico-administrativo do lugar. Contudo, apesar de algumas alterações no repertório contido nessas moedas, não podemos ignorar que elas fazem menções diretas ao processo da conquista de Augusto sobre o Egito.

fato que lhe era interessante, sobretudo se considerarmos que essas moedas circularam por diversas regiões e em vários momentos.

Nas moedas 3 (RIC 343) e 4 (RIC 344), que catalogamos, notamos outros dois denários com repertório aproximado e produzidas em 17 AEC, ano dos Jogos Seculares em honra a Roma, à paz e à nova era augustana. Nesse contexto, vemos uma referência ao pontificado e ao epulonato de Augusto. Na moeda 3 (fig. 3), temos no anverso a efigie de Augusto virada para direita e, no reverso, um ápice (*apex*) no centro do campo entre dois escudos ovais. Já na moeda 4 (fig. 4), há no anverso uma imagem de Augusto laureado e montado a cavalo. Além disso, ele segura uma pátera e está virado para direita. No reverso, temos o ápice no centro do campo entre dois escudos ovais, como na moeda 4. No que diz respeito às legendas, as duas moedas apresentam no anverso a inscrição *AVGVSTVS TR POTEST*, que significa “Augusto por seu poder tribunicio”. Já no reverso, lê-se *P STOLO III VIR* — “P. (Licínio) Estolão Triúnviro”.



FIG. 3 Tipo de Moeda: Denário — Prata; Datação: c.a 17 AEC; Região: Península Itálica, Roma. CINA, n.: 4; Referência: RIC I 343.



FIG. 4 Tipo de Moeda: Denário — Prata; Datação: c.a 17 AEC; Região: Península Itálica, Roma. CINA, n.: 5; Referência: RIC I 344

O ápice que aparece entre os dois escudos ovais é um indicador do pontificado de Augusto, pois P. Licínio Estolão, apesar de ter sido um triúviro monetário, não integrava o corpo de pontífices nesse período, como podemos ver na, *Prosopografia dos quatro grandes colégios sacerdotais no período de consolidação do poder de Otávio Augusto* (29 AEC — 14 EC), que foi produzida por Carlos Eduardo da Costa Campos (2017). Os escudos eram tidos como um presente divino — de Marte ou de outras divindades, como Júpiter — para proteger os romanos. Tito Lívio os menciona ao tratar da formação dos sacerdotes sálíos durante o reinado de Numa:

Igualmente escolheu doze sálíos para Marte Gradivo e deu-lhes como traje distintivo uma túnica bordada e, sobre ela, uma placa de bronze no peito e lhes encarregou de levar as armas divinas que são chamadas de *anciles*, a caminharem pela cidade, entoando cantos acompanhados de saltos e dança solene (*Hist. Rom.* 1.20.4).

De acordo com Leonard Curchin (1991, p. 167), em Sagunto, o culto sálío também era dedicado a Marte e aqueles que tiveram acesso ao seu colégio sacerdotal eram oriundos da oligarquia local. George Szemler (1971, p. 113-114) frisa que esse sacerdócio, geralmente, era vitalício, mas, quando um sacerdote ascendia a outro posto religioso, deveria abdicar de suas antigas funções. Friederike Fless e Katja Moede (2007, p. 253-255) nos informam que os sálíos eram responsáveis em realizar uma dança (*tripudium*) por toda a cidade, duas vezes ao ano, carregando seus escudos sagrados especiais e brandindo espadas neles. Ainda segundo os autores (2007, p. 253-255), o *tripudium* poderia estar vinculado a uma antiga forma de dança guerreira. Analisando as características desse ritual, entre elas o uso das armas e o percurso por toda a cidade, podemos supor que ele procurava expulsar, de dentro da *urbs* ou da *ciuitas*, certos elementos negativos, como os perigos da guerra ou doenças. Destacamos ainda que a pátera (fig.4), objeto do epulonato, também foi uma insígnia colocada nas mãos de governantes e sacerdotes como atributo de suas funções religiosas e, nas mãos das divindades, como o símbolo das honras divinas que lhes são atribuídas (CURCHIN, 1991, p. 167). Assim, os objetos sacerdotais formam todo um

discurso de ordenamento social e zelo escrupuloso de Augusto com o *mos maiorum* e a *religio* num ano que comemorava o início de uma nova era.

É importante destacar a moeda 5 — RIC 350 (fig. 5). Trata-se de um áureo cunhado entre 16-15 AEC e que circulou pela Península Itálica, mais precisamente com contexto arqueológico de descoberta em Roma. Não temos a imagem do anverso, mas, pela descrição do RIC, sabemos que nele há a efigie de Augusto virada para direita com a legenda: *IMP CAESAR TR POT IIX* — “Imperador César, poder tribunício pela oitava vez”. No reverso, ele aparece togado, sentado à direita numa plataforma com a inscrição *LVDS* e distribuindo *suffimenta*¹² a uma das duas outras figuras na cena. Aqui, encontramos a seguinte legenda: *L MESCINIVS AVG SVF P* (L. Mesquíno [Rufo]; Augusto dá *suffimenta* ao povo)



FIG. 5 Tipo de Moeda: Áureo — Ouro; Datação: c.a 16-15 AEC; Região: Península Itálica, Roma. CINA, n.: 7; Referência: RIC I 350.

Entendemos que a moeda 5 apresenta no seu conjunto numismático uma comemoração aos Jogos Seculares realizados no ano anterior. Tais jogos, celebrados por Augusto, também faziam parte de suas atividades como quindécenviro, por isso ele aparece distribuindo os *suffimenta* purificantes aos cidadãos (STEVENSON; MADDEN, 1889, p. 764). Como vimos há pouco, tais donativos costumavam ser dados visando a expiação e purificação, seja pelos próprios imperadores, no período imperial, seja pelos côn-

12. Ressaltamos que os *suffimenta* eram donativos de enxofre, betume e outras substâncias inflamáveis e combustíveis para a composição das tochas, que eram distribuídas entre o povo, poucos dias antes da celebração dos jogos seculares, e com a qual desempenharam sua parte nas cerimônias expiatório e lustral peculiar a essas ocasiões.

sules e decênviros da República, quando oficiavam os sacrifícios em Roma antes da construção dos templos de Apolo Palatino e Júpiter Capitolino. Logo, os jogos e os donativos entregues pelo próprio *princeps* geravam no *horizonte mental* a legitimação do seu poder, através da performance pública e do carisma que ele demonstrava para o povo.

Também vale mencionar a ideia de equidade dos colégios sacerdotais na linguagem política e religiosa de Augusto. A concórdia entre essas duas esferas se faz presente nas moedas de denário, como vemos na moeda 6 — RIC 367 (fig. 6) e 7 — RIC 410 (fig. 7) do CINA. A primeira moeda data de 16 AEC e a segunda, de 13 AEC. Seu contexto de circulação é a Península Itálica, com localização da descoberta em Roma. Na fig. 6, verificamos na iconografia do anverso o simulacro da deusa Vênus, portando um diadema, drapeada e virada para a direita; no reverso, vemos acima o *simpulum* e o *lituus* e o tripé e a pátera, abaixo. Quanto à legenda do anverso, lê-se a inscrição *C ANTISTVS VETVS IIIIVIR* — C. Antístio Veto Triúnviro e no reverso: *COS IMP CAESAR AVGV XI* — Cônsul Imperador César Augusto pela décima primeira vez. Na fig. 7, encontramos na iconografia do anverso a efígie de Augusto virada para a direita e no reverso, como na fig. 6, o *simpulum* e o *lituus* acima e o tripé e a pátera abaixo. Vemos no anverso a legenda *CAESAR AVGVST* — César Augusto e no reverso *C ANTISTIVS REGINVS IIIIVIR* — C. Antístio Regino Triúnviro.



FIG. 6 Tipo de Moeda: Denário — Prata; Datação: c.a 16 AEC; Região: Península Itálica, Roma. CINA, n.: 8; Referência: RIC I 367.



FIG. 7 Tipo de Moeda: Denário — Prata; Datação: c.a 13 AEC; Região: Península Itálica, Roma. CINA, n.: 12; Referência: RIC I 410

Na fig. 7, nota-se a utilização de uma referência religiosa, a deusa *Venus Genetrix*. Ela era a matrona da *gens Iulia* e uma das principais divindades euforizadas por Júlio César e Augusto em prol da sua legitimidade social. Portanto, o simulacro da deusa vem a representar algo que o povo compreendia e associava com o *princeps* e a sua família. Na fig. 8, notamos desta vez a própria efígie de Augusto e, nos seus reversos, a linguagem sobre as insígnias sacerdotais é bastante similar, exceto no tocante às legendas produzidas pelos triúnviros monetários. Entendemos que essas insígnias eram importantíssimas para a expressão da identidade sacerdotal do *princeps*, tratando-se, possivelmente, não só de uma demonstração de concórdia entre os QACS, mas também de autoridade sobre eles.

Entretanto, apesar do discurso de equilíbrio entre os colégios, detectamos uma grande recorrência da associação entre as insígnias do pontificado e dos áugures na época de Augusto. Isso se evidencia, sobretudo, nas moedas 8 — RIC 398 (fig.8), 9 — RIC 402 (sem imagem), 10 — RIC 421 (fig.10) e 11 — RIC 424 (fig. 11), do CINA. A moeda 8 é um denário e a moeda 09, um áureo, ambos produzidos em 13 AEC e com circulação na Península Itálica, mais especificamente, em Roma. Já as moedas 10 e 11 são quadrantes, também provenientes de Roma, e circularam, respectivamente, nos anos 9 AEC e 8 AEC.

Na moeda 08, temos na iconografia do averso a efígie de Augusto virada para a direita com um *lituus* atrás dela; no reverso, Augusto aparece

velado e togado, virado para a esquerda com o *simpulum* na mão direita. No anverso, há a legenda *AVGVSTVS* — Augusto e no reverso, *C MARIVS C F TRO III VIR* — C. Mário Triúnviro. A moeda 09, não tivemos acesso a imagem dela, apenas a sua descrição. Assim, no anverso há a efígie de Augusto virada para a direita e, atrás dela, um *lituus* e um *simpulum*. No reverso, encontramos à direita o *princeps* velado e togado, arando a terra diante dos muros da cidade com dois bois. Na legenda do anverso, lemos *CAESAR AVGVST* — César Augusto e, no reverso, *C MARIVS C F TRO III VIR* — C. Mário Triúnviro. Na moeda 10, temos o *simpulum* e o *lituus*, enquanto no reverso não há qualquer imagem. Além disso, encontramos na legenda do anverso *LAMIA SILIVS ANNIVS* — L. Élio Lâmia, P. Sílio, P. C. Ânio Polião e, no reverso, *III VIR A AA FF — S C.* — Triúnviros Monetários por decreto do Senado. Na moeda 11, temos no anverso, novamente, o *simpulum* e o *lituus* e, no reverso, apenas inscrições. Na legenda do anverso, encontramos *PVLCHER TAVRVS REGVLVS* — P. Cláudio Pulcro, Tito Estatílio Touro, Livineio Régulo e, no reverso, *III VIR A AA FF — S C.* — Triúnviros Monetários por decreto do Senado.



FIG. 8 Tipo de Moeda: Denário — Prata; Datação: c.a 13 AEC; Região: Península Itálica, Roma. CINA, n.: 10; Referência: RIC I 398.



FIG. 10 Tipo de Moeda: Quadrante — bronze; Datação: c.a 9 AEC; Região: Península Itálica, Roma. CINA, n.: 14; Referência: RIC I 421.



FIG. 11 Tipo de Moeda: Quadrante — bronze; Datação: c.a 8 AEC; Região: Península Itálica, Roma. CINA, n.: 15; Referência: RIC I 424.

As insígnias de ambos os colégios são recorrentes na temática do poder e da legitimidade do *princeps*. Para Christian Kviem (2011, p. 63-90), a preocupação dos políticos com os áugures e os pontífices se deve às suas funções primordiais no cotidiano romano, desde o início da República. Evidências confiáveis de sua história institucional remontam à própria luta entre patrícios e plebeus pelo acesso aos colégios sacerdotais, como vimos no caso da *Lex Ogulnia* de 300 AEC. Os estudos de G. Szemler (1972, p. 21) endossam esse fato, posto que o prestígio do colégio dos pontífices e dos áugures, devido à sua posição de consulta pelo Senado sobre questões religiosas mais controversas, dava aos seus respectivos sacerdotes grande visibilidade social. Assim, a partir do Principado, o conselho do *princeps* sobre o acesso de membros aos colégios sacerdotais deveria ser considerado. Obviamente, apesar de formarem dois colégios totalmente distintos,

tanto pontífices quanto áugures tinham uma acentuada importância para a consolidação do poder augustano na sociedade.

Federico Santangelo (2011, p. 161-186) critica o destaque, quase exclusivo, dado pela historiografia ao colégio pontifical no período augustano, como o faz Mary Beard (1990, p. 19-48). Para o autor, os QACS, em seu conjunto, eram a forma política de poder aristocrático por excelência, sendo um veículo de comunicação e performance do poder que era vital a Augusto. Dessa forma, os seus apoiadores cunharam moedas enfatizando a relevância desses colégios e fizeram circular essa informação para diferentes níveis da sociedade, o que propiciava tanto a euforização automática dos membros desses colégios e do próprio Augusto quanto a consolidação da ordem social vigente no poder.

Considerações finais

Ao nos depararmos com a produção histórica atual na área de História Antiga, notamos que ela não ficou isolada das transformações historiográficas em torno do *campo político* que ocorreram ao longo do século XX. Um autor que problematizou tais renovações aplicadas para as pesquisas em Antiguidade foi Ryan Balot (2009, p. 03-19). Segundo o autor, por meio das modificações historiográficas, como as propostas pela *História Cultural* e a *História Política Renovada*, novas formas de análises sobre as *práticas políticas* das Sociedades Antigas foram desenvolvidas nos últimos trinta anos. Balot salienta que é o momento de nos voltarmos para as diversas fases que compreendem o famoso “Mundo Antigo”, que nos possibilitam traçar novos olhares sobre as *relações de poder*. De acordo com R. Saller e Peter Garnsey (2014, p. XII) os nossos próprios olhares mudaram em decorrência principalmente da maior utilização de recursos oriundos das novas tecnologias nas áreas de arqueologia, de ciências naturais, dos métodos estatísticos, e da história comparativa, por exemplo.

Assim, em nossas leituras sobre os Mundos Antigos, muitas vezes, ficamos fascinados com os incríveis feitos dos líderes antigos, ante a nossa época e as nossas realizações. O estudo sobre os governantes e o pensamento político e social clássico são poderosos instrumentos de reflexão para os estudiosos contemporâneos, por possibilitar os alargamentos de visões sobre aspectos antropológicos e políticos do cenário atual. Nesse sentido,

a história de Roma é repleta de personagens e líderes que nos propiciam diversas análises sobre as suas condutas e formas de agir politicamente, entre eles: Eneias, Rômulo, Numa, Cipião Africano e Augusto. Para Ana Tereza Marques Gonçalves (2014, p. XV-XXIII), a produção historiográfica, através dos anos, tem analisado com maior ênfase os atos e realizações de alguns imperadores romanos à frente da condução dos assuntos imperiais, bem como ao seu comportamento, do que outros aspectos. Assim, demarcamos que o *princeps* Caio Júlio César Otaviano Augusto é um desses temas e personagens antigos que continuam a encantar e a inquietar os estudantes e pesquisadores de todo o mundo.

Consideramos Augusto como um camaleão no poder, pois ele se adaptou e modificou-se de acordo com cada contexto político, para assim perseguir e preservar as suas propostas políticas. Para Andrew Wallace-Hadrill (2007, p. 55-84), as transformações e adaptações da nova ordem social formam um processo cultural notável em Roma. O autor ressalta que ainda é difícil, para os pesquisadores atuais, encontrarem uma linguagem apropriada que possibilite caracterizar o impacto de Augusto no horizonte mental da época e dos períodos posteriores. Partilhamos da opinião de Hadrill de que, ao falarmos de uma “revolução romana”, evocamos inevitavelmente os significados que ela possui no mundo contemporâneo, bem como os seus antagonismos sociais, que se encontram enraizados no capitalismo. Nesse sentido, Hadrill propõe, a partir de estudos sobre Ovídio, compreendermos a era augustana como uma “metamorfose romana”, ao contrário de “revolução”. Afinal, a palavra permite lidar com a tradição e a inovação da época, ou seja, uma acomodação entre os processos que coexistiam no período.

Em termos estruturais e materiais, Augusto criou as bases para o novo sistema de governo chamado de Principado, que durou mais de 200 anos. Desse modo, apontamos que, para Paul Zanker (1992, p. 18), tal estabilidade romana na época do Principado foi o resultado de um amplo programa cultural, o qual Augusto promoveu para a construção de uma renovação moral em todos os níveis, desencadeando uma efetiva transformação da mentalidade social. Assim, mecanismos como sua elevação social como eleito pelos deuses se opunham à competição entre os homens pelo poder; contra o luxo privado, Augusto investiu nas reformas de Roma (*publica magnificentia*);

contra a falta humana com a religião romana e a moralidade, o *princeps* promoveu um trabalho de renovação religiosa e moral (*pietas e mores*).

Um programa dessa magnitude necessitava alicerçar-se sobre uma nova linguagem e iconografia. Desse modo, Augusto construiu aquilo que Zanker denominou de *mundo das imagens e a linguagem das imagens*. Ou seja, respectivamente o conjunto de imagens, que são formadas por uma variedade de textos literários, estátuas, moedas, epigrafia, vestimenta, pintura e etc., os quais influenciam por seu discurso os contemporâneos de uma sociedade. Na perspectiva de Zanker, devemos observar os efeitos das imagens e dos *discursos* em seu observador. Unindo os apontamentos de Zanker aos estudos da *semiótica do discurso* de Algirdas Greimas e Joseph Courtés (1979, p. 125-30), evidenciamos que a iconografia e a literatura são dotadas de *discurso*, o qual pode ser definido como uma mensagem formulada por meio de uma linguagem, que é dotada de intencionalidade e intrinsecamente relacionada a um sujeito ou grupo social. Logo, um *discurso* está atrelado a diversos interesses pessoais; de tal maneira a *ação discursiva*, bem como o mundo das imagens e a linguagem das imagens, não deve ser pensada de forma simplista, devido à mensagem contida em seu conteúdo.

A *conexão* elaborada entre Augusto e os membros dos *quattuor amplissima collegia sacerdotum* e externos a eles foi responsável por produzir ideias, informações, recursos e serviços que podem ser transmitidos a outros segmentos. Na verdade, pensamos que Augusto formou uma rede abrangente e densa. Tanto que esses padrões foram replicados entre grupos inteiros em uma escala mais ampla e complexa, o império, assim envolvendo as relações hierárquicas de poder e interdependência. Tais ações permitiram compreendermos como essas conexões e elos estavam ligados ao processo de consolidação de poder augustano, através da religião, nos colégios sacerdotais, e da magistratura.

Desse modo, Augusto se valeu de um conjunto de insígnias religiosas atreladas a sua imagem no campo numismático. Tal relação estabelecida entre o personagem e os símbolos sacerdotais expressava a sua atuação com os colégios sacerdotais, os elos entre ele e os membros dos sacerdócios, assim como demarcava o seu zelo pelo sagrado. A *pax deorum*, de certa forma, também se liga com a produção e circulação dessas imagens, as quais validam o compromisso do *princeps* com a paz e o ordenamento social através do *mos maiorum*. As insígnias não são meros adereços, pois comunicam o

pertencimento a determinados cargos religiosos e conferem ao seu portador legitimidade. Logo, Augusto ao se valer de tais insígnias em suas representações comunicava as camadas sociais sobre sua atuação sacerdotal, bem como assegurava seu papel diante de toda comunidade.

Referências

Referência Documental Literária

CASSIUS DIO. **Roman History**. 9 vols. Loeb Classical Library. Trans.: Earnest Car. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1914-1927.

CESAR AUGUSTO. **Res Gestae** (Coisas Feitas). Tradução: Matheus Trevizam, Paulo Sérgio Vasconcellos, Antônio Martinez Rezende. Belo Horizonte — Mg: Ed. UFMG, 2007.

_____. **Res Gestae Divi Augusti**. Trad.: John Scheid. Paris: Belle Lettres, 2007.

DIONISIO DE HALICARNASSO. **Roman Antiquities**. Trad.: Earnest Cary. Vol. I (L. I-II). Cambridge: Harvard University Press; London: William Heinemann Ltd., 1937.

SUETÔNIO. **Vida do Divino Augusto**. Tradução: Matheus Trevizam, Paulo Sérgio Vasconcellos, Antônio Martinez Rezende. Belo Horizonte — Mg: Ed. UFMG, 2007.

VELEYO DE PATERCULO. **História Romana**. Tradução: Maria Sanchez Manzano. Madrid: Editorial Gredos, 2001.

Referências de matriz arqueológica

CIL I² (**Corpus Inscriptionum Latinarum**). Theodor Mommsen (et alli). Berlin, 1893-1896.

EHRENBERG, Victor; JONES, A. H. M. **Documents illustrating the reigns of Augustus & Tiberius**. Oxford: At the Clarendon Press, 1949.

RIC — **Roman Imperial Coinage**, Vol. 1, segunda edição. Por C. H. V. Sutherland e R. A. G. Carson, Londres — UK: Spike and Sons, 1984 (Primeira edição em 1923).

RUPKE, Jörg. **Fasti Sacerdotum** — A prosopography of Pagan, Jewish, and Christian Religious Officials in the City of Rome, 300 BC to AD499. Oxford: Oxford University Press, 2008.

Referências bibliográficas

BALOT, Ryan K. Rethinking the History of Greek and Roman Political Thought. In: BALOT, Ryan K.(org.) **A Companion to Greek and Roman Political Thought**. Massachusetts-EUA; Oxford — Reino Unido:Wiley-Blackwell Publishing Ltd, 2009, p. 03-19.

BEARD, Mary; CRAWFORD, Michael. **Rome in the Late Republic: Problems and Interpretations**. London: Duckworth, 1985.

_____. **SPQR: A History of Ancient Rome**. Londres: Profile Books Ltd., 2015.

_____. **Pagan Priests**. Religion and Power in the Ancient World. London — UK: Duckworth, 1990.

_____. Priesthood in the Roman Republic. In: _____; NORTH, John. **Pagan Priests**. Religion and Power in the Ancient World. London: Duckworth, 1990.

_____; _____; PRICE, S. **Religions of Rome**. Vol. I: a history; Vol. II: a source book. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

CAMPOS, C. E. C. **Otávio Augusto e as suas redes político-religiosas nos quattuor amplissima collegia sacerdotum romanorum (29 AEC — 14 EC)**. Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

CRAWFORD, Michael H. **Coinage and Money under the Roman Republic: Italy and the Mediterranean Economy**. California: University of California Press, 1985.

_____. **Roman Republican Coinage**. Vol.II. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.

CURCHIN, Leonard Andrew. **Roman Spain: conquest and assimilation**. London: Routledge, 1991.

DELGADO, José A. Delgado. **Sacerdocios y Sacerdotes de la Antigüedad Clásica**. Madrid: Ediciones del Orto, 2000.

DROGULA, Fred K. Imperium, Potestas, and the Pomerium in the Roman Republic. **Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte**, Bd. 56, H. 4,

2007.

FLESS, Friederike; MOEDE, Katja. Music and Dance: Forms of Representation in Pictorial and Written Sources. In: RÜPKE, Jörg. (Ed.). **A Companion Roman Religion**. Oxford: Blackwell Publishing, 2007.

GARNSEY, Peter Garnsey; SALLER, Richard. **The Roman Empire: Economy, Society and Culture**. London; New York: Bloomsbury Academic, 2014.

GONÇALVES, Ana Thereza Marques. Apresentação. In: CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa [et. al.]. **Caesar Augustus: Entre Práticas e Representações**. Vitória: Dll/UFES, 2014, p.XV-XXIII.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de Semiótica**. São Paulo: Ed. Cultrix, 1979.

HOWGEGO, Christopher. **Ancient History from Coins**. London: Routledge, 1995.

KNOKE, David. **Political Networks: the Structural Perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

KONSTAN, David. **A amizade no mundo clássico**. São Paulo: Ed. Odysseus, 2005.

KRANJC, Janez. **Virtues in the Law: The Case of Pietas**. New York: NYU School of Law, 2012.

KUNZ, Henriette. **Die Religionspolitik des Augustus**. München: Grin Verlag, 2006.

SANTANGELO, Federico. Pax deorum and pontiffs. In: _____; RICHARDSON, James H. Richardson. **Priests and State in the Roman World**. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2011, p.161-186.

STEPPER, Ruth. **Augustus et sacerdos**. Untersuchungen zum römischen Kaiser als Priester. Wiesbaden: Steiner, 2003.

SEAR, D. R. **Roman coins and their values: The millennium edition**. vol. I. London, Spink, 2000.

STEVENSON, Seth William; MADDEN, Frederic William. **A dictionary of Roman coins: republican and imperial**. London: G. Bell and Sons, 1889.

SYME, Ronald. **Imperator Caesar: A Study in Nomenclature**. **Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte**, Bd. 7, H. 2, Apr., 1958, p. 172-188.

SYME, Ronald. Problems about Janus. **The American Journal of Philology**, Vol. 100, No. 1, Tekmhpon. A Special Issue in Honor of James Henry

Oliver, Spring, 1979, p. 188-212.

SYME, Ronald. **The Augustan Aristocracy**. Oxford: Clarendon Press, 1989.

SZEMLER, George. Religio, Priesthoods and Magistracies in the Roman Republic. **Numen**, Vol. 18, Fasc. 2, Aug., 1971, p. 103-31.

_____. The priests of the Roman Republic. A Study of Interactions Between Priesthoods and Magistracies. **LATOMUS — Revue d' Études Latines**. Bruxelles, 1972.

TRAN, Nicolas. **Les membres des associations romaines: Le rang social des collegiati en Italie et en Gaules, sous le Haut-Empire**. Paris: Publications de l'École française de Rome Collection: Collection de l'École française de Rome, 2006.

VALVERDE, Luis Amela. Augusto antes de Augusto: La amonedación de C. Julio Octaviano en su imaginario. **Revista Numismática — OMNI**. Special Issue: Bimillennium of Augustus death, n.º: 08, 2014, p. 67-91.

VERBOVEN, Koenrad. The associative order: status and ethos among Roman businessmen in Late Republic and Early Empire. In: **Athenaeum: studi periodici di letteratura e storia dell'antichità**, n° 95, 2007, p. 861-893.

VOGEL-WEIDEMANN, Ursula. The Opposition under the Early Caesars: Some Remarks on Its Nature and Aims. **Acta Classica**, 22, (1979), p. 91-107.

WAGENVOORT, H. **Pietas: Selected studies in roman religion**. Leiden: E. J. Brill, 1980.

WALLACE-HADRILL, Andrew. Mutatas Formas: The Augustan Transformation of Roman Knowledge. In: GALINSKY, Karl (ed.). **The Cambridge Companion to The age of Augustus**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

_____. **Augustan Rome**. London: Bristol Classical Press, 2012.

WERNER, Eck. **The Age of Augustus**. Oxford: Blackwell Publishing, 2007.

WILKINSON, Sam. **Republicanism during the early Roman Empire**. London: Continuum International Publishing Group, 2012.

WILLIAMS, Jonathan. Religion and Roman Coins. In: RUPKE, Jörg (Ed.). **A Companion to Roman Religion**. Oxford: Blackwell Publishing, 2007.

YAKOBSON, Alexander. Popular Power in the Roman Republic. In: ROSENSTEIN, Nathan; MORSTEIN-MARX, Robert (org.) **A Companion to the Roman Republic**. Oxford — UK: Blackwell Publishing Ltd, 2006.

YAVETZ, Zvi. The Personality of Augustus: Reflections on Syme's Roman Revolution. In: RAAFLAUB, Kurt A.; TOHER, Mark; BOWERSOCK, G. W. (org.). **Between Republic and Empire: Interpretations of Augustus and His Principate**. California: University of California Press, 1993.

ZANKER, Paul. **The Power of Images in the Age of Augustus**. Michigan: The University of Michigan, 1988.

_____. **Augusto y el poder de las imágenes**. Madrid: Alianza Editorial, 1992.

Sobre os autores

Aguinaldo Rodrigues Gomes

Possui graduação em História pela Universidade Federal de Uberlândia (1997), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (2000) e doutorado em Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2015). Atualmente é voluntário do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL, docente do corpo permanente — PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS, docente do corpo permanente — PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO RONDONÓPOLIS, docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Tem experiência na área de História atuando principalmente nos seguintes temas: História e Ditadura, Educação e Comunismo, Gênero e Sexualidade, Estudos Culturais.

Carlos Eduardo da Costa Campos

É Professor Adjunto de Pré-História, História Antiga e Medieval da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul; coordenador do grupo de pesquisa, no CNPQ, ATRIVM / UFMS; membro do conselho de pesquisa do Museu de Arqueologia da UFMS; é docente do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História — PROFHIST/UEMS. Doutor (2014-2017) e mestre (2011-2013) em História, na linha: política e cultura, do Programa de Pós-Graduação em História da UERJ com foco em Antiguidade Romana. Campos também é doutor em Letras Clássicas,

com ênfase em Epigrafia Latina, através do Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas da UFRJ (2017-2021). Possui estágios de pesquisa no ANHIMA (Anthropologie et Histoire des Mondes Antiques ANHIMA), sob a direção da Professora Dra. Violaine Sebillote Cuchet e supervisão do Prof. Dr. Anderson Martins (2018), na Universidade Paris I, Sorbonne; na Ecole Francaise DAthenes (2012); na Universidade de Coimbra, sob supervisão da Professora Doutora Carmen Soares (nos anos de 2012 e 2014). A área de atuação do pesquisador é: História Antiga; Ensino de História Antiga; Arqueologia e História da Cultura Material; Patrimônio Cultural.

Estevão C. de Rezende Martins

Possui graduação em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras N. S. Medianeira (1971) e doutorado em Filosofia e História — Universität München (Ludwig-Maximilian) (1976). Professor (desde 1977) titular (desde 2008) da Universidade de Brasília, em exercício até 2017. Realizou pós-doutorados em Teoria e Filosofia da História e em História das Ideias na Alemanha, na Áustria e na França. Trabalha com os seguintes temas: teoria e metodologia da história, história política e institucional do Brasil, cultura histórica, história contemporânea (Europa, União Europeia e relações internacionais) e história política (Brasil, Europa ocidental e relações internacionais). Pesquisador Colaborador Sênior na UnB desde 11.10.2017 (História).

Leandro Hecko

Possui graduação em História pela Universidade Estadual de Londrina (2003), mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2006), doutorado em História pela Universidade Federal do Paraná (2013) e Pós-Doutorado em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (2021). Atualmente é professor associado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e docente do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História — PROFHISTÓRIA/UEMS. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Antiga, atuando principalmente nos seguintes temas: história antiga, usos do passado, ensino de história antiga, história da arte, antiguidade clássica e história e cultura da alimentação.

Leandro Mendonça Barbosa

Graduado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás. Doutor em História Antiga pela Universidade de Lisboa. Pós-Doutor em Estudos Culturais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Foi docente do curso de História da Universidade Católica Dom Bosco-MS, do curso de Serviço Social da Universidade Anhanguera-Uniderp e Docente substituto do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/CPTL. Foi Diretor do Grupo de Trabalho em História Antiga da ANPUH-MS (biênio 2018-2020) e membro do Conselho Consultivo da Direção da ANPUH-MS (biênio 2019-2021). Atualmente atua na Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Educação/Campo Grande-MS. Tem experiência na área História, atuando principalmente nas áreas de História Antiga e Historiografia. Foi líder do Grupo de Pesquisa “Cultura e Poder na Antiguidade e no Medievo” (UFMS) e é integrante dos Grupos de Pesquisa “LEIR — Laboratório de Estudos sobre o Império Romano” (UFG), “ATRIVM-Espaço Interdisciplinar de Estudos da Antiguidade” (UFMS) e “Historiografia e Ensino de História: diálogos em trânsito” (UFMS).

Miguel Rodrigues de Sousa Neto

É Bacharel (2002) e Licenciado em História (2004) pela Universidade Federal de Uberlândia, mesma instituição por meio da qual obteve os títulos de Mestre (2005) e Doutor (2011) em História. É docente do Curso de Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, ambos do Campus de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. É Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais no mandato 2019-2021. Integra o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFMS. Lidera o Laboratório de Estudos em Diferenças & Linguagens — LEDLin). Integra a Rede Internacional de Pesquisa em História e Culturas no Mundo Contemporâneo e o Núcleo de Estudos Néstor Perlongher. É editor de albuquerque: revista de história. Tem experiência nos Estudos Culturais, Estudos Gays, Lésbicos & Transgêneros, Estudos Queer, em Linguagens Artísticas, Mídias e Movimentos Sociais contemporâneos.

Nathalia Monseff Junqueira

Professora Adjunta de História Antiga e Medieval da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal. É doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (Bolsista CAPES). Possui graduação em História pela Universidade Estadual de Campinas (2005) e mestrado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2007). Realizou estágio de Pós-Doutorado na École des hautes études en sciences sociales, EHESS (2011) e na Università degli Studi di Perugia (2021). É investigador do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos (CECH), da Universidade de Coimbra e pesquisador do G.LEIR-UNESP/Franca, Antiguidade e Modernidade: História Antiga e Usos do Passado — UNIFESP, Laboratório de Estudos sobre o Império Romano — USP, ATRIVM / UFMS — Espaço Interdisciplinar de Estudos da Antiguidade — UFMS. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Antiga e Medieval, atuando principalmente nos seguintes temas: História Antiga, Egito Antigo, Grécia Clássica, Literatura e Imperialismo francês no século XIX, Estudos de Gênero, Heródoto e Estrabão. É membro associado da ANPUH desde 2010 e foi membro da diretoria estadual (vice-presidente) no biênio 2018-2020.

Vitor Wagner Neto de Oliveira

Possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1997), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2000) e doutorado em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (2006). Pós-doutorado em Ciências Humanas e Sociais na Facultad de Filosofía y Letras da Universidad de Buenos Aires (2018-2019). Atualmente é professor Titular da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, onde coordena o Núcleo de Documentação Histórica. Lidera o grupo de pesquisa CNPq “Mundos do Trabalho: História Social do Trabalho na Bacia Platina”. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: história, trabalhadores, Bacia do Prata e transnacionalidade.



Desalinho

Este livro foi editado no município de São João de Meriti,
Rio de Janeiro, Brasil, em outubro de 2022.

Família tipográfica

Adobe Devanagari e Quiche Text.

“...CONTINUANDO uma tradição da ANPUH-MS das duas gestões anteriores, consolida-se este trabalho, publicado e representando uma parcela daquilo que o evento mostrou e agora socializa neste formato, para distribuição entre os associados da ANPUH-MS e demais interessados nos temas em questão. Significa o livro uma parcela de um evento tão grande, nas poucas páginas da obra e dentro das possibilidades orçamentárias. Outro fator importante que cabe ser destacado nesta apresentação da obra, em relação ao seu significado, diz respeito à forma como o livro constitui uma memória de nossa regional da ANPUH, divulgando pesquisas e pesquisadores, bem como trazendo contribuições de outras instituições e estados, importantes para o enriquecimento do livro, conforme já muito bem prefaciado pela professora Maria Celma Borges. Que tenham uma ótima leitura e divulguem o conhecimento que o livro representa!”

FABIO DA SILVA SOUSA
LEANDRO HECKO
NATHALIA MONSEFF JUNQUEIRA

 Desalinho

ANPUH^{MS}
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

ISBN 978-65-88544-27-3

